



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA
REGIONAL

LINHA 1: CULTURA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

JULIANA DA COSTA RAMOS

**Museu do Homem do Nordeste: A Narrativa Expográfica de
uma Região (1979 – 2002)**

Recife
2016



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SOCIAL DA CULTURA REGIONAL**

**MUSEU DO HOMEM DO NORDESTE:
A NARRATIVA EXPOGRÁFICA DE UMA REGIÃO (1979 – 2002)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

JULIANA DA COSTA RAMOS

APROVADA EM 03 /03/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Dr^a Giselda Brito Silva
Programa de Pós-Graduação em História - UFRPE

Prof^o Dr^o Maurício Antunes
Fundação Joaquim Nabuco– Fundaj

Prof^o Dr^a Emanuela Souza Ribeiro
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

JULIANA DA COSTA RAMOS

Museu do Homem do Nordeste: A Narrativa Expográfica de uma
Região (1979 – 2002)

Trabalho de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em História Social da Cultura Regional.

Este Trabalho foi desenvolvido sob a orientação da Prof^a Dr^a: Ana Lúcia do Nascimento Oliveira, e com a co-orientação da Prof^a Dr^a. Giselda Brito Silva.

Recife
2016

In memoriam de Oton Ramos.

AGRADECIMENTOS

Nenhum trabalho é escrito sozinho. Assim como nenhuma vida segue isolada. Toda narrativa é transpassada pelas experiências daquele que escreve. Toda escrita esconde nas entrelinhas os encontros, as angústias, as conversas, os sorrisos que permeiam a vida daquele que escreve e daqueles com os quais nos relacionamos.

Cada um empresta seu olhar, suas percepções de mundo àquele que está sensível a trazer para a narrativa um pouco da realidade. Deste modo, estas palavras de agradecimento são destinadas a todos que me permitiram chegar onde estou, cada conversa, cada olhar, cada sorriso, cada aconchego, cada bronca, foi responsável por me trazer até aqui.

Em especial não poderia esquecer minha família, através da figura da minha avó Glória e, de minha mãe, Valéria, ambas representam para mim o que de mais importante podemos carregar de nossa trajetória no mundo, o amor recíproco e pleno. Atemporal e infinito. Com amor, agradeço ao meu avô Oton Ramos, que já não está mais entre nós. Agradeço pelo seu amor de pai, suas orientações. Saudades das boas histórias sobre o corço, do sorriso largo e do abraço forte.

Gostaria de agradecer a todos os funcionários do Museu do Homem do Nordeste e da Fundação Joaquim Nabuco, em especial à Silvia Brasileiro, pelos ensinamentos “pra vida”, a Irene Silva pelo carinho de mãezona, a Henrique Cruz que muito me ajudou a desvendar os arquivos do Museu e as loucuras das minhas primeiras hipóteses. Agradeço a Silvana Araújo, sua dissertação foi valorosa na busca das minhas fontes, a Ciema Melo, cuja as ideias, as provocações e insights me fizeram despertar para o meu objeto de pesquisa.

Agradeço querida Sandra pelo cafezinho na volta do almoço. Assim, é também meu dever mencionar Marlinda, com sua gentileza, muito me ajudou na árdua tarefa de reunir as fontes necessárias à pesquisa. Marla, você foi fundamental para que a realização deste trabalho.

Agradeço a Maria Regina Batista e Silva e a Mario Chagas que me confiarem suas histórias, espero que se sintam contemplados com a minha escrita.

Aos “Amigos do Muné”: Déborah Roberta, RaysaLouisier e Diego Sena, “não está sendo fácil”, mas com vocês e Kátia sei que vou conseguir. Com carinho agradeço a Renata Moraes, João Lucas e BrunnoAzêvedo pelas gargalhadas intermináveis das eternas piadas e imitações dos sotaques de cada um.

Agradeço ao meu querido Thiago Beltrão, pela confiança e apoio, assim como à Rômulo Felipe e Izabela, pelas correções do texto. O que seriam os autores, sem essa leitura apurada e as correções necessárias.

As “mestradoras” Izabelle Lúcia, Helisangela Andrade e Sandra Souza agradeço por me lembrar que posso ser melhor, agradeço por ter vocês na minha vida, cada uma a seu modo renova em mim mesma o melhor que posso ser e o melhor que posso dar aos outros.

Agradeço a Rafa, por me ouvir, por me deixar explodir, por acalantar meu choro, por dizer que confia em mim e me fazer acreditar que vai dar certo. Por acolher minhas angústias durante a escrita e me dar força para seguir em frente.

Gostaria de agradecer a todos os docentes do Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura Regional, em especial a minha orientadora a professora Ana Nascimento, e a minha co-orientadora, Giselda Brito, que se fizeram mais que professoras e profissionais admiradas, tornaram-se amigas e me mostraram que mesmo com a dureza da vida acadêmica podemos ser humanos e afetuosos.

Lembro com afeto do professor Tiago de Melo Gomes, que nós deixou de modo tão precoce, mas de quem ficará saudades e boas lembranças.

Por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Profissional de Nível Superior (Capes) por fomentar, durante esses dois anos, os meus estudos.

“Real museums are places where Time is transformed into Space.”

— OrhanPamuk, The Museum of Innocence

Resumo

Criado em 21 de Julho de 1979 o Museu do Homem do Nordeste é uma das instituições museológicas mais importantes do Estado de Pernambuco e nos anos 1980 foi uma das principais referências nacionais dentro do campo da museologia, sobretudo, por sua atuação na região Nordeste como agente formador de mão de obra especializada para atuar no campo dos museus, da cultura e do patrimônio. Tal instituição imprime desde a sua criação uma concepção sólida acerca das representações sobre a região Nordeste do Brasil, principalmente a partir do paradigma teórico de seu fundador o sociólogo Gilberto Freyre. Deste modo, o Museu do Homem do Nordeste realizou ao longo de sua trajetória experiências curatoriais apresentadas em suas exposições longa duração, de modo que, tais narrativas museais congregaram ao longo dos anos aspectos gerais do que a instituição e seus profissionais acreditavam representar a identidade e a cultura do homem do Nordeste e seu ecossistema. Contudo, com a emergência das novas cidadanias, grupos étnicos, realidades e empoderamento discursivo de diversos grupos sociais, como negros, pobres, indígenas e mulheres, se colocam em debate que identidades são construídas a partir das exposições de instituições tradicionais, como é o MUHNE. Esse movimento passa a contestar o poder de fala ou de representação dos museus enquanto agentes da memória. No centro desses debates nossos anseios foram não só, trazer a trajetória institucional do Museu do Homem do Nordeste, mas problematizar as narrativas museais produzidas por essa instituição ao longo de sua trajetória. Nesse sentido, surgem os enunciados produzidos, o território de produção dos discursos – o lugar social -e seus agentes – os autores - , no sentido em que também devemos refletir sobre os museólogos, esse grupo de sujeitos, que elaborou o discurso museal do MUHNE. Assim, na esteira da história cultural, este trabalho, que se encerra em um campo de fronteira, em que aspectos teórico-metodológicos da teoria historiográfica e da ciência museológica se encontram, busca compreender que discursos e que representações de região Nordeste foram predominantemente construídas pelas exposições de longa duração realizadas no Museu do Homem do Nordeste, pelo Departamento de Museologia entre os anos de 1979 e 2002. E de que modo, tais representações se materializaram discursivamente através dos acervos e configuraram uma comunidade imaginada e idealizada em que está circunscrita à Região Nordeste do Brasil.

Palavras-chaves: Museu do Homem do Nordeste, Narrativa Histórica, Memória e Identidade Cultural.

Abstract

Created on July 21, 1979 the Museum of the Northeast Man is one of the most important museum institutions of the State of Pernambuco and in the 1980s was one of the main national reference in the field of museology, above all, for his performance in the Northeast as agent hand trainer of skilled labor to work in the field of museums, culture and heritage. Such an institution prints since its inception a solid conception of representations of the Northeast region of Brazil, mainly from the theoretical paradigm of its founder sociologist Gilberto Freyre. Thus, the Northeast Man Museum held throughout his career curatorial experiences presented in their long-term exposures, so that such museological narrative gathered over the years general aspects of the institution and its professionals believed to represent the identity and the man of the culture of the Northeast and its ecosystem. However, with the emergence of new citizenships, ethnic groups, realities and discursive empowerment of various social groups, such as blacks, poor, indigenous and women are placed under discussion that identities are constructed from the exhibition of traditional institutions, such as MUHNE . This movement begins to challenge the power of speech or representation of museums as memory agents. At the center of these debates our wishes were not only bring the institutional trajectory of Northeastern Man Museum, but problematize the museological narrative produced by the institution throughout his career. In this sense, produced statements arise, the production area of speeches - the social position-and its agents - the authors - in the sense that we should also reflect on the museum experts, this group of subjects who developed the museum discourse MUHNE . Thus, in the wake of cultural history, this work, which ends in a border camp in which theoretical and methodological aspects of historiographical theory and museological science meet, seeks to understand that discourse and Northeast representations were predominantly built by long-term exhibitions in the Museum of the Northeast Man, the Department of Museology between the years 1979 and 2002. and how such representations materialized discursively through the collections and configured an imagined community and idealized that is confined to the Region Northeast of Brazil.

Keywords: Museum of the Northeast Man, historical narrative, memory and identity cultural.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEHIBRA – Centro de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade

Condi – Conselho Diretor

D.A – Departamento de Antropologia

Demu– Departamento de Museologia

DP – Diário de Pernambuco

Fundaj – Fundação Joaquim Nabuco

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool

IAHGP – Instituto Arqueológico Histórico Geográfico de Pernambuco

Ibram – Instituto Brasileiro de Museus

Icoom – International Council of Museums

IJN – Instituto Joaquim Nabuco

IJNPS – Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais

Indoc– Instituto de Documentação

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MA – Museu de Antropologia

Map – Museu de Arte Popular de Pernambuco

MHN – Museu Histórico Nacional

MUHNE – Museu do Homem do Nordeste

PNM – Política Nacional de Museus

Presi – Presidência

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Unesco – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista 2º área da exposição em 1981	105
Figura 2: Ilustração da Exposição Relatório de Gestão 1981	106
Figura 3: Vista módulo Luminárias Populares em 1981	107
Figura 4: Vista módulo religiosidade afro-brasileira c/ vista para o módulo do Maracatu Elefante em 1985	108
Figura 5: Vista do módulo Maracatu Elefante	108
Figura 6: Retalho de Jornal do Comércio, pasta de clipagem. Arq. Institucional do Museu do Homem do Nordeste.	120
Figura 7: Planta Baixa do MUHNE – Pavimento Térreo (1996)	121
Figura 8: Planta Baixa do MUHNE – Pavimento Superior (1996)	122
Figura 9: Planta Baixa do MUHNE – Pavimento Térreo (2000)	123
Figura 10: Planta Baixa do MUHNE – Pavimento Superior (2000)	124
Figura 11: Vista módulo Açúcar – Escravidão	126
Figura 12: Vista módulo Açúcar – Escravidão 2	126
Figura 13: Vista módulo Folclore	128
Figura 14: Vista módulo Colonização e Primeiros Habitantes	133
Figura 15: Vista módulo Ôh de Casa!	133
Figura 16: Vista módulo O Legado	135

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Levantamento de Todas as Exposições Registradas nos Relatórios de Gestão entre os anos de 1971 e 1978	137
Tabela 2: Levantamento das Exposições Inéditas Registradas nos Relatórios de Gestão entre os anos de 1971 e 1978 por cronologia de citação	140
Tabela 3: Levantamento do quadro de Dirigente do Museu do Homem do Nordeste entre 1979 e 2003	98
Tabela 4: Quadro comparativo dos módulos do pavimento térreo da Exposição de longa duração do Museu do homem do Nordeste de 1998	121
Tabela 5: Quadro comparativo dos módulos do pavimento superior da Exposição de longa duração do Museu do homem do Nordeste de 1998	142

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	
I -Fundação Joaquim Nabuco: As permissões do lugar social	25
1.1O Lugar de Produção de Sentido	25
1.2 Genealogia museológica: Museu de Antropologia, de Arte Popular e do Açúcar	45
CAPÍTULO II	
II - Departamento de Museologia do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais	60
2.1 A construção de uma ciência museológica local	61
2.2 Autoridade e Autoria do Discurso Museológico	73
CAPÍTULO III	
III Capítulo – Museu do Homem do Nordeste: narrando a Região	94
3.1 Tessitura Expográfica: os interdiscursos do Museu do Homem do Nordeste	95
3.2 A reformulação da exposição de longa duração e o amálgama da visão regionalista de homem e de cultura nordestina	115
Considerações Finais	137
Referências Bibliográficas	141
Anexos	151

Introdução

Ao buscar na literatura especializada o histórico da instituição museal¹, é corriqueiro depararmos-nos com a definição que assimila os museus à *Casa das Musas*. Tal conotação está associada ao mito das origens, “que toma como referência esse duplo estereótipo: Conservatório do patrimônio da civilização e escola das ciências e das humanidades”. (POULOT, 2013. p. 15.).

Tais espaços são representados como locais de referência da história, da memória, da civilização e da erudição. Assim, o museu se assemelha e se imbrica a outras instituições clássicas como as bibliotecas, arquivos, galerias de arte. Ambientes historicamente destinados, quase sempre, a um tipo muito particular, quando não restrito, de público.

Essas representações sobre os museus - “o túmulo ou o templo, a um só tempo, lugar de acúmulo de riquezas intelectuais e lugar de sacralização, representariam as raízes de uma antropologia da musealidade”. (IDEM, 2013. p. 15). Assim, pensar as instituições museais como produtoras de discursos e representações na sociedade contemporânea requer analisar sua historicidade.

A função da instituição museológica, influenciada pelo movimento iluminista e impulsionada pelas ideologias da Revolução Francesa, sofrera mudanças importantes a partir do século XVIII. O museu, antes local destinado a um público seletivo, passa a ser instrumento de difusão dos ideais republicanos destinados às massas.²

¹ Utilizamos o termo museal e museologia a partir da concepção definida no texto Conceitos-chave de Museologia/André Desvallées e François Mairesse, editores; Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury, tradução e comentários. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. Pág 54; que diz: (1) O adjetivo “museal” serve para qualificar tudo aquilo que é relativo ao museu, fazendo a distinção entre outros domínios (por exemplo: “o mundo museal” para designar o mundo dos museus); (2) Como substantivo, “o museal” designa o campo de referência no qual se desenvolvem não apenas a criação, a realização e o funcionamento da instituição “museu”, mas também a reflexão sobre seus fundamentos e questões. Esse campo de referência se caracteriza pela especificidade de sua abordagem e determina um ponto de vista sobre a realidade (considerar uma coisa sob o ângulo museal é, por exemplo, perguntar se é possível conservá-la para expô-la a um público). A museologia pode, assim, ser definida como o conjunto de tentativas de teorização ou de reflexão crítica sobre o campo museal, ou ainda como a ética ou a filosofia do museal.

² Se a conjuntura da Revolução Francesa, em fins do século XVIII, traçou a acepção moderna de museu, esta se consolidaria no século XIX com a criação de importantes instituições museológicas na Europa. Em 1808, surgiu o Museu Real dos Países Baixos, em Amsterdã; em

De modo que, os grandes museus nacionais nascem simultaneamente com o conceito de patrimônio público, “os museus públicos, assim como os conhecemos, tomaram forma nesse momento, ao final do século XVIII e princípio do XIX, transformando as práticas das primeiras instituições colecionistas”. (BENNET APUD CANTARELLI 2012. p. 6).

A trajetória desses museus atendeu não apenas aos ideais dos recém-formados Estados-Nacionais, mas serviu de modelo para instauração das demais instituições museológicas em diversos lugares do mundo, inclusive no Brasil, como referência histórica, estética e conceitual sobre o que expor acerca da história material das sociedades, definidas dentro do padrão positivista, linear e progressista do discurso científico para o qual tais dispositivos serviram como balizas.

O *boom* dos museus que ocorre nos anos finais século XIX por todo o mundo, traz consigo a prospecção de uma realidade completamente diferente. A experiência temporal se modificou bruscamente impulsionada pela industrialização iniciada no século anterior. Dentre tantos elementos as grandes reformulações urbanas são apontadas por Choay (2006) como catalisadores para uma consciência patrimonial contemporânea.

No século XIX [...] a consagração institucional do monumento histórico dá a este um estatuto temporal diferente. Por um lado, ele adquire *a intensidade de uma presença concreta*. Por outro, é instalado num *passado definitivo e irrevogável, construído pelo trabalho conjunto da historiografia e (tomada de) consciência historial das mutações impostas pela Revolução industrial às habilidades dos seres humanos. Relíquias de um mundo perdido, devorado pelo tempo e pela técnica [...] tornam-se segundo o termo de Riegl, objeto de culto. [...] No solo desestabilizado de uma sociedade em processo de industrialização, o monumento histórico parece lembrar aos membros dessa sociedade a glória de um gênio ameaçado.* (CHOAY, 2006 p. 206).

1819, o Museu do Prado em Madri; em 1810, o AltesMuseum, em Berlim; e em 1852, o Museu Hermitage, em São Petersburgo, antecedidos pelo Museu Britânico, 1753, em Londres, e o Belvedere, 1783, em Viena. Concebidos dentro do “espírito nacional”, esses museus nasciam imbuídos de uma ambição pedagógica – formar cidadão a partir do conhecimento do passado – participando de maneira decisiva do processo de construção das nacionalidades. Conferiam um sentido de antiguidade à nação, legitimando simbolicamente os Estados nacionais emergentes (JULIÃO. 2006. p.19)

Estes sentimentos simultâneos de perda de uma memória destituída pela modernização e de pertencimento vinculado ao retorno a uma dada tradição encontram-se fortemente imbricados aos patrimônios arquitetônicos, de pedra e cal, os monumentos históricos e os lugares de salvaguarda dos bens de valor, os museus.

Nesse sentido, verificamos o movimento de musealização de espaços estratégicos da cidade proporcionou, além da salvaguarda de bens de valor e de excepcionais destinados à pesquisa e ao deleite, a instauração não só do acervo e das exposições, mas, sobretudo, uma representação do museu como espaço legitimador e irradiador de referências para as sociedades ocidentais no que diz respeito a identidade cultural e a memória coletiva, supostamente ameaçada pelo processo de modernização.

Assim, os museus se consagram como as mais antigas e reconhecidas instituições do campo da cultura e do patrimônio como virá afirmar Oliveira (2008). A afirmativa supracitada é reveladora de um dos panoramas da historiografia para as práticas patrimonialistas e de musealização realizadas no Brasil até meados do século passado. Isso significa que a realização de uma prospecção histórica sobre os museus no Brasil, implica numa reflexão indissociável a respeito das práticas preservacionistas.

Pensando nesse cenário, nos deparamos com diversos sujeitos que ao seu modo contribuíram para o que hoje é definido como pensamento preservacionista brasileiro³, são homens, em sua maioria, intelectuais, que ainda nas primeiras décadas do século XX, por sua relevância, influência política e/ou teórica, contribuíram para a construção das políticas públicas de memória do nosso país.

No Brasil, não por acaso, a história das instituições museológicas se confunde com a história das práticas preservacionistas e com as políticas públicas de memória. Percebemos que o museu em geral foi, de modo mais sistemático, a instituição que atuou como agente para o patrimônio e bens

³ Ver Chuva (2009), Fonseca (2005), SANTOS (2006), CANTARELLI (2012), ALBUQUERQUE JR. (2013).

culturais, situação que se modifica significativamente no século XX com a criação da Serviço Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁴.

A criação do Sphan é um marco para institucionalização das atividades de preservação do patrimônio e para a própria constituição do nacional brasileiro. Tal instituição legitima algumas narrativas que se colocaram em disputa, ao longo do século XX, pela hegemonia da história nacional. Salienta-se, sobretudo, a narrativa modernista, idealizada pelos irmãos Andrade. Contudo, se colocavam em embate, diversas narrativas e micro narrativas regionais que buscavam através dos processos de institucionalização legitimar seus projetos de nação e de nacional, com seus ícones e histórias. Nesse sentido, também se inscreve nesses conflitos a narrativa do regionalismo “nordestino” dos anos 1930. Idealizado por Gilberto Freyre, intelectuais e literatos pernambucanos dos início do século XX.

Em meio a esses confrontos emergem diversas instituições de memória e de saber. Sejam nas cadeiras das escolas normais e universidades, nos cafés que remontavam o clima da belle époque francesa, até nos museus, bibliotecas e instituições públicas. De maneira que, o museu como lugar de guarda de bens culturais de excepcional valor marca a concepção do museu moderno. Assim, a análise da historicidade dos museus e das ideias produzidas por tais instituições são fundamentais na problematização da história dos museus e do pensamento museológico brasileiro, lugar onde mais a frente, buscaremos inserir a trajetória do Museu do Homem do Nordeste.

Quando se problematiza o museu como local de produção de sentidos é necessário apontar que tal instituição é produtora de discursos, lugares sociais, práticas de subjetivação e construção de verdades. Nesse sentido é imperioso circunscrever o museu não apenas a partir do binômio museu-memória, mas, em torno das relações de poder que nele estão inseridas.

⁴ Existe em um dado momento da criação do SPHAN uma separação entre “as coisas dos museus e as coisas do patrimônio” para compreender melhor essa questão ver Chagas e Santos (2002). E, Sobre a história do SPHAN ver FONSECA (2005) e CHUVA (2009). Optamos por não nos estendermos nesse tema, sobretudo, por achar que o mesmo já foi amplamente debatido e contemplado por trabalhos de maior densidade. Aos interessados consultar bibliografia sugerida.

Assim, organizar um balanço a respeito da história dos museus, ou das práticas museológicas no Brasil, significa realizar uma investigação em torno da própria construção do pensamento científico brasileiro. Visto que, as instituições museais chegam ao Brasil antes mesmo das universidades e esse panorama é fundamental para compreendermos a especificidade dessa instituição e de suas práticas, assim como seu lugar de fala na sociedade brasileira.

Como afirma Guarniere (1979. p. 88), “O Museu antecede, no Brasil, em cerca de uma década, a criação dos cursos jurídicos e, em cerca de 120 anos, a das Universidades. Durante esse longo período, foi, praticamente, o único centro de investigação científica que a nação dispôs”.

Observamos que com o passar das décadas os museus foram as instituições que com melhor desenvoltura se adaptaram as mudanças sociais. Tais instituições conseguiram ao longo dos tempos incorporar de modo muito eficaz os discursos daqueles agentes do Estado, tendo seu ápice quando da emergência do Estado republicano se instaurando como dispositivo⁵ da nacionalidade, local privilegiado de exposição/construção da história da nação.

O museu moderno, marca a consolidação da instituição museológica como um espaço de saber. Nos anos finais do século XIX e início do século XX os Museus, são as instituições a serviço da nação, tem por objetivo educar o público e são marcadas basicamente por três finalidades: conservar, pesquisar e expor. Deste modo, os museus vêm atender o imperioso chamado de guardar a história e a memória da nação, frente às intensas modificações urbanas e sociais que se desenvolvem no país.

Contudo, o museu em sua especificidade, ainda é considerado um tema recente no campo da pesquisa histórica, por ter sido, durante longo tempo, objeto de estudo quase restrito aos arquitetos, folcloristas, antropólogos e cientistas sociais. (ÓRIA, 2009). É partir da revisão historiográfica e da

⁵ Para Agambem, 2005. p.11: “no uso comum como no foulcaultiano, parece se referir a disposição de uma série de práticas e de mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não-linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) com o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito.”

ascensão epistemológica dos estudos culturais que se torna emergente tal temática na historiografia brasileira.

Esta abertura ocorreu, principalmente, pelos problemas de pesquisa relacionados ao patrimônio/museu estarem inseridos no bojo dos debates que buscavam refletir sobre as identidades nacionais e a memória coletiva, assim como, sobre o deslocamento da narrativa histórica para outros territórios, não àqueles dominados pelas histórias dos grandes ícones e heróis nacionais.

Assim, as discussões que hoje permeiam a pesquisa histórica, que tematizam o museu, inserido no campo do patrimônio e dos estudos culturais, tem por objetivo “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990. p. 16-17).

Ao refletir em torno dessas questões formulam-se problemas que dizem respeito à crise das representações sociais balizadas pela instituição museológica, enquanto dispositivos de poder e ordenamento para a sociedade ocidental, além da salutar atuação das instituições museais na definição das identidades coletivas e nas orientações a respeito das políticas públicas de memória.

De modo geral, as atividades realizadas pelos museus legitimaram sua existência e esses empregos também foram determinantes para uma orientação acerca da função dos museus nos mais diversos contextos históricos. Poulot (2013) ao mapear algumas das funções dos museus, vira afirmar que tais funções variavam de importância dentro das instituições, vistas suas especificidades, mas, de modo geral, alguns aspectos são fatalmente observados por seu caráter recorrente, sendo eles: A conservação, o estudo/pesquisa e a exposição/comunicação.

A atividade de *conservação* justificou em muitos sentidos a própria existência da instituição museológica. O discurso de preservação do objeto e da memória personificada pelo mesmo delega ao museu a garantia da inalienabilidade dos patrimônios, sobretudo, daqueles considerados públicos. Nesse sentido cabe à instituição não só a manutenção desses bens, mas o

controle sobre que acervos são adquiridos ou vendidos sendo evidenciadas as questões referentes aos direitos de propriedade dos museus e seu devir social.

Esse contexto também é sintomático no sentido em que a valoração do bem patrimonial constrói uma prática associada a uma perspectiva estetizante, em que os aspectos estéticos dos objetos são evocados em detrimento das experiências humanas suscitadas pelos mesmos. São a partir desses problemas que são construídas as primeiras reflexões acerca das identidades culturais representadas pelo discurso museológico.

O lugar do museu, também é demarcado, pela sua especialidade, assim a pesquisa e o estudo dos artefatos e coleções também dimensionam aspectos referentes à existência das instituições museais, na maioria das vezes aparecendo como funções intrínsecas aos museus. Determinando, inclusive, aspectos da aquisição ou manutenção dos bens culturais, exposições e objetos museais.

O estudo e a pesquisa erudita vão subsidiar a produção de livros, catálogos e saberes que legitimam o discurso museológico, tendo em vista que tais produções ficaram, em sua maioria, restritas aos interesses dos próprios conservadores e profissionais de museus, além do próprio Estado, pois, boa parte desses catálogos funcionou como inventários acerca das riquezas materiais da nação. Esse legado é apropriado pelo Estado e pelos museus a partir do século XIX, imbuídos pelo discurso da cientificidade, são elementos que tornaram possíveis a consolidação dos museus como dispositivos da nacionalidade.

Entretanto, é igualmente reveladora à questão das pesquisas em instituições museais, a percepção de que exista certo distanciamento entre museu e universidade. Instituições que deveriam se complementar, acabam por produzir sentidos descolados uma da outras.

Nesse sentido, suspeitamos que o caráter prático do envolvimento do conservador ou dos intelectuais, vinculados às instituições museais e aos objetos patrimonializados, lhe confere um status de saber diferenciado, e até certo ponto hegemônico no que se refere à história da arte, do patrimônio e da conservação dos bens culturais. Tais aspectos implicam em uma naturalização

dos discursos construídos e na manutenção de aspectos implícitos que na realidade consagram o território de saber dos museus.

Essa característica é no mínimo intrigante se pensarmos no contexto brasileiro, sobre a ascensão da intelectualidade e sobre como esses sujeitos se mobilizaram em torno de instituições públicas como agências de seus lugares teóricos, isso acontece com Gilberto Freyre, através do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, com os irmãos Andrade, através do Sphan, com Gustavo Barroso, no Museu Histórico Nacional, com Edson Carneiro, no Museu do Folclore, e tantos outros personagens significativos da história patrimonial brasileira. Em que o lugar da instituição reflete o lugar do intelectual que nela fez agência de sentido.

Por fim, a exposição e a o poder comunicativo dos museus e das instituições do patrimônio são as funções de maior impacto e visibilidade social. Podemos considerar que a função comunicativa dos museus parte de uma, ainda recente, tomada de consciência, uma reflexão de que a exposição nada mais é do que uma expressão comunicacional do museu com o público. Tais questões, suscitadas na segunda metade do século passado, são extraídas de análises que buscam superar a condição do museu como um depósito de coisas velhas, e passam a entender que as expografias são construções discursivas que pretendem comunicar ao público não só o que é dado objeto, mas desvelar o pensamento curatorial e conceitual da instituição museológica.

Dentre as funções dadas ao museu moderno se encontra uma reflexão significativa em torno do lugar do museu, enquanto espaço de comunicação com a sociedade. Nesse sentido, nas últimas décadas o museu tenta se definir a partir de sua relação dialógica com o público, e vem tentando se tornar uma instituição aberta e democrática aos diversos segmentos sociais, na tentativa de expurgar de sua memória sua representação como espaço destinado as elites.

Conservar, Estudar, Pesquisar, Comunicar e Expor são de modo sintético as funções básicas dos museus. Tais ações aparecem comungadas na atual definição de museus dada pelo International Council of Museums -

ICOM -, Conselho Internacional de Museus⁶, acrescentadas do aspecto educativo, visto o papel social e educacional dos museus na atualidade.

Uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade. (ICOM, 2011)

Após essa visualização de caráter mais generalista em torno de um panorama geral sobre os aspectos e conceitos referentes ao fazer museológico e suas zonas de contato (JULIÃO, 2015) com a ciência histórica nosso objetivo é pensar a especificidade dos museus brasileiros, sem perder de vistas aspectos gerais do fazer museológico e as construções interdiscursivas dessas práticas.

Ao longo de sua trajetória a instituição museal também compartilhou a produção de sentido acerca do passado, de modo que tal atividade vem sendo a cada dia mais evidenciado como algo que não se encontra restrito a ciência histórica. Na esteira dessa constatação, diversos são os sujeitos, os veículos, as instituições que se organizam enquanto campo de produção de narrativas e significados acerca do passado.

Nesse sentido, emergem os debates sobre como os museus constituem saberes e nas últimas décadas podemos perceber que as reflexões que ocorrem no interior dos museus têm contribuído na organização de processos mais transparentes. Esse movimento mobiliza os museus a desmistificarem os postulados do fazer museológico, demonstrando suas vulnerabilidades e convocando o público a dialogar com as suas escolhas.

Se a conjuntura afirma que a narrativa da história não é um privilégio dado aos historiadores, pensamos que talvez seja pertinente incorporar o método de análise historiográfico a outros espaços produtores de saber e de narrativa histórica.

Nesse sentido, o museu por sua relação com a memória, com documentos acerca da história material da sociedade poderia ter sua narrativa

⁶ Livre tradução

museológica analisada a partir dos postulados da *operação historiográfica*? É a partir desse desafio que surge este trabalho.

A ascensão da teoria crítica que colocou em questão a produção da veracidade da escrita da história lançou os historiadores a buscarem outros campos e a problematizar o estatuto de veracidade da narrativa histórica. A luz de Paul Ricoeur (2007) e Michel de Certeau (2007), este trabalho também trás como problemática a produção historiográfica.

Assim, se o museu se configura como espaço onde se circunscrevem representações do passado e da vida coletiva da sociedade, decidimos fazer o exercício de transpor a análise e postulados da produção histórica para compreender o museu enquanto instancia criadora de saber histórico.

Ao problematizar o papel da instituição museológica na produção de narrativas históricas, tomamos como objeto de análise, o Museu do Homem do Nordeste (MUHNE), instituição fundada em 21 de julho de 1979 pelo sociólogo Gilberto Freyre, para deste modo discutir o papel de tal instituição na construção dos discursos acerca da identidade nordestina e da história do Nordeste do Brasil, materializada através das narrativas expográficas produzidas por essa instituição ao longo dos seus 35 anos de existência.

Assim a análise dessa dissertação encontra-se estruturada nas três premissas que compõem a operação historiografia: O lugar social, a prática e a escrita. O *lugar social* é o território de produção de sentido da história, e nesse caso do museu, para Certeau (2007), toda e qualquer pesquisa, encontra-se circunscrita em um *lugar social* que delimita as fronteiras e as possibilidades de realização.

Em seguida, toda a operação historiografia, toda pesquisa, pressupõe um campo de atuação e experiência prática, essa atividade se encerra pela ida aos arquivos, pela seleção das fontes, pela organização da estrutura que constitui o fazer historiográfico. O que se define a partir do gesto do historiador.

Mas não apenas isso, o lugar da prática historiográfica também se delimita por uma separação daquilo que é demasiado natural, o trabalho prático da história condiz, sobretudo, com a separação entre natureza e cultura, na

compreensão de que o ambiente de estudo, magistralmente a vida social, não é um dado natural. Nesse sentido, é lugar do historiador problematizar as fontes e “redistribuir o espaço”, recortar a temporalidade, criar os mecanismos interpretativos necessários à instauração ou ressignificação dos lugares e tempos históricos.

Por fim temos a delimitação escriturária que se inscreve a partir da escrita da história, cabe a está última atividade dotar de sentido, de inteligibilidade as experiências das demais etapas da operação historiográfica. Para Certeau (2007. p. 94) “a representação escriturária é “plena”; preenche ou oblitera as lacunas que constituem, ao contrário, o próprio princípio da pesquisa, sempre aguçada pela falta. Dito de outra maneira [...] torna presente aquilo que a práticas percebe como seu limite [...]”. A narrativa, seja escrita, seja expográfica, é plena de sentido, são produzidas de modo em que não se percebe a construção na qual estão submetidas. E, é esse processo que buscamos desvelar.

Assim, no primeiro capítulo será apresentada a trajetória da Fundação Joaquim Nabuco, a partir da concepção de lugar social definida por Michel de Certeau (2007) compreendemos que é impossível pensar o Museu do Homem do Nordeste isoladamente. Essa instituição está circunscrita no âmbito da Fundação e suas práticas discursivas estão intimamente vinculadas a este lugar de produção.

Em seguida, buscamos realizar uma genealogia museológica do Museu do Homem do Nordeste a partir do mito fundador que o instaura como produto da fusão de três museus pertencentes ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Sendo eles o Museu de Antropologia, o Museu de Arte Popular e o Museu do Açúcar; com o objetivo de perceber que narrativas se sobrepõem para dizer sobre a história da própria instituição.

No segundo capítulo são problematizados, aspectos que dialogam com os postulados práticos descritos na operação historiográfica (CERTEAU, 2007). Nele são problematizados o lugar do Departamento de Museologia e seus atores na produção de sentido mobilizados através das exposições museológicas. Buscamos perceber a maquinaria que dá forma as exposições,

que seleciona os acervos, que constrói sentidos, em forma de bricolagem, à teoria da democracia racial, de Gilberto Freyre. E como esses sujeitos são observados sob a condição de autores das exposições.

Por fim o terceiro e último capítulo analisa a exposição museológica tal qual a narrativa da história, sua estrutura discursiva, seus pressupostos conceituais e o produto da narrativa. Nesse sentido, a exposição museal não é apenas analogamente problematizada como narrativa histórica, mas como o que Ricoeur (2007. p. 294.) delimita como a “representação historiadora do passado”. Assim, é a partir desse traçado que buscamos identificar as práticas sociais que foram responsáveis por constituir o discurso expográfico do Museu do Homem do Nordeste e problematizar esse lugar como produtor de narrativa histórica acerca da região.

I Capítulo - Fundação Joaquim Nabuco: as permissões do lugar social

É fundamental que, ao se tratar das exposições de longa duração realizadas pelo Museu do Homem do Nordeste (Muhne), se reflita sobre a trajetória dessa instituição, que não pode ser observada fora da estrutura da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Por mais renomado que seja o Museu, enquanto instituição museológica, ele encontra-se contido, desde sua origem, em um universo único, e esse lugar social é ponto de articulação de capital simbólico⁷ ímpar para a produção de sentidos organizada pelas suas exposições.

Para Certeau (2007, p. 66): “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que, circunscrito por delimitações próprias [...], está, pois, submetido a imposições, ligado a privilégios, enraizado em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões lhes serão propostas, se organizam”. Tais implicações se impõem à produção deste trabalho de dissertação, assim como são utilizadas como instrumento metodológico para a análise do objeto de pesquisa.

1.1 O Lugar de Produção de Sentido

Ao longo de sua existência, a Fundação Joaquim Nabuco⁸ muda de nomenclatura. A princípio, é identificada como Instituto Joaquim Nabuco (IJN), quando da aprovação do projeto, em 1948. Nos anos 1960, é transformada em autarquia federal, e sua nomenclatura é alterada para Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, até que, ao final da década de 1970, mais mudanças ocorrem dessa vez, não apenas no nome dado ao Instituto, mas em sua

⁷ As diferenças sociais não se referem unicamente a desigualdades econômicas que distinguiriam as classes sociais. Para Bourdieu existem barreiras, também causadas pelo déficit de capital cultural e de acesso aos bens simbólicos. Esse capital simbólico permite distinguir os agentes sociais no ambiente;

⁸ Assim, para maior entendimento do leitor, quando citarmos Fundação Joaquim Nabuco, ou a sigla Fundaj, estaremos empregando uma menção genérica a essa instituição. Quando os demais nomes forem citados, eles farão alusão ao percurso histórico dessa mesma instituição, localizando-a temporalmente.

natureza jurídica. Como fundação, passa a ser denominada Fundação Joaquim Nabuco e a possuir orçamento próprio.

Acreditamos ser imperativo, nessa conjuntura, problematizar a impossível dissociação que se põe à reflexão sobre o objeto de estudo desta dissertação, de maneira que o corpo de idealizadores das exposições do Muhne não pode ser isolado de seu lugar de produção, de seu lugar de fala e enunciação, seu lugar político e simbólico, sendo esse lugar a Fundação Joaquim Nabuco.

Compreendendo a atual Fundação como um local privilegiado em que diferentes sujeitos sociais se vinculam e elaboram formas de construir a Região Nordeste, ou a própria noção de identidade regional, a partir de seus capitais simbólicos, de seu poder de fala, sem claro, de se deixar constituir pelo lugar de produção e por seus limites, compartilhamos do pensamento de Hall (2006, p. 71):

Todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos. Elas têm aquilo que Edward Said chama de suas *geografias imaginárias*: suas *paisagens* características, seu senso de *lugar*, de *casa/lar*, ou *heimat*, bem como suas localizações no tempo — nas tradições inventadas, em mitos de origem que projetam o presente de volta ao passado, em narrativas de nação que conectam o indivíduo a eventos históricos nacionais mais amplos, mais importantes.

Nesse sentido, tais sujeitos não apenas constroem esses lugares como paisagens ou “geografias imaginárias”, mas são constituídos pelos mesmos, pelas inter-relações que constroem com aquele grupo social, compartilhando visões de mundo e formas de intervir nesse universo delimitado, no caso da Fundação e seus atores, pelas fronteiras e imagéticas da Região Nordeste.

Para o leitor, pode parecer estranho nos referirmos inicialmente à Fundação como uma instituição abstrata, transparecendo, à primeira vista, o que se impõe às narrativas institucionais, o fato de o lugar social transcender os sujeitos individuais. Contudo, esse é apenas um ponto de partida; ao longo da análise, abordaremos os sujeitos emblemáticos, como forma de contextualizar para o leitor quem atuou como engrenagem para que essa máquina institucional pudesse realizar suas atividades.

Apesar de haver um destaque em demasia à figura de Gilberto Freyre, idealizador e promotor do projeto de criação do Instituto Joaquim Nabuco e do

Museu do Homem do Nordeste, podemos perceber que, ao longo da história dessa instituição, muitos outros sujeitos se apresentam como notáveis e deixaram sua marca na construção do pensamento intelectual brasileiro e nordestino.

Destacamos nomes como o de José Reginaldo Gonçalves de Mello⁹, Mauro Motta, Nilo Pereira, Cícero Dias, René Ribeiro, Valdemar Valente, Aécio de Oliveira, dentre tantos outros nomes emblemáticos dentro do corpo intelectual formado no *Campus de Apipucos*¹⁰. Entretanto, elencamos esses sujeitos por sua relevância direta associada às ações realizadas no âmbito do Muhne. Os sujeitos supracitados citados atuaram por anos na Fundação Joaquim Nabuco.

O poeta Mauro Mota atou como diretor do Instituto no período da primeira grande reforma institucional ocorrida nos anos 1960, na ocasião em que o Instituto Joaquim Nabuco (IJN) se transforma em Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS).

Nesse mesmo momento também fazem parte do quadro funcional do Instituto René Ribeiro e Waldemar Valente antropólogos que, por quase 20 anos, atuam no Setor de Antropologia; suas pesquisas foram as bases das primeiras produções do Setor, e o trabalho sobre a cultura afro-brasileira produzido por René Ribeiro é um dos mais relevantes do país na época, além de render um importante convênio do IJN com pesquisadores estrangeiros, o que foi responsável por dar aderência internacional aos trabalhos realizados no IJNPS. (Jucá, 1991)

É no Setor de Antropologia, posteriormente transformado em departamento, que se organiza o primeiro museu do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, como poderemos observar no decorrer desta narrativa. É fato que, em diversos discursos proferidos por Freyre nos palanques da

⁹ É um dos historiadores, especializados no período holandês, mais importantes do século XX. Dentre as suas principais obras, encontra-se o livro *Tempo dos Flamengos* (1947); é nomeado como primeiro diretor do Instituto Joaquim Nabuco, seu prestígio junto à comunidade acadêmica internacional permite uma integração importante com a universidade e o estabelecimento dos primeiros convênios entre o IJN e com outras instituições de pesquisa

¹⁰ Como será apelidado por muitos anos o Departamento de Pesquisas da Fundaj. Citamos o Departamento de Pesquisas porque, dentro da hierarquia institucional da Fundaj, foi um dos únicos setores que não sofreu modificações significativas em sua estrutura. Ademais, todos os núcleos apresentados nos organogramas sofreram alguma alteração, seja de campo de atuação, ou fusões e, quando não, em extinções.

Escola do Recife¹¹, existem tentativas de dar visibilidade às atividades voltadas à pesquisa social, sobretudo aquelas ações que ele próprio empreendia.

Não só Freyre, mas os intelectuais das *bancadas tradicionais*¹² do Recife comungam um perfil narrativo ao produzirem obras que, no geral, se configuram como culto da saudade ao modo de vida que se perdia frente à industrialização da cidade, com o surgimento de novo sujeitos sociais, com o fim de uma hierarquia regional e com a perda de representatividade local na política nacional, dentre tantas inquietações que movimentam os circuitos de debates, os chamados *lugares de sociabilidade*, em que a noção de *identidade regional* é acunhada. Como sugere Durval (2013, p. 57):

Os discursos que formulam a ideia de Nordeste e de cultura nordestina expressam, muitas vezes, esse descontentamento com o lugar ocupado por esse espaço na política nacional; exprimem a reação das elites políticas e intelectuais de Estados que se veem como preteridos pela política do governo da República, que se veem como elites alijadas das principais decisões políticas do País e discriminadas pelas atitudes e políticas do governo central, através de uma nostalgia em relação ao passado [...].

Nesse sentido, não seria diferente que esses sujeitos que partilharam das mesmas angústias e ideais de saudade, pertencimento e arraigamento aos aspectos locais tratassem de construir trabalhos não muito distanciados. De certo modo, esse conjunto de sujeitos construiu um *campo* no sentido bourdieuiano e compartilharam da mesma mentalidade que dará formas e cores àquilo que, nas obras literárias, pitorescas e artísticas pernambucanas se caracterizará como *elemento regional da cultura local*.

O recorte espacial que toma forma no redesenho da economia e do poder nas primeiras décadas do século XX é concomitante ao investimento simbólico realizado pelos intelectuais, ao de Pernambuco muito particularmente, que resultará num conjunto

¹¹ “Uma das principais correntes filosóficas que se desenvolveu entre os intelectuais, não apenas na capital pernambucana, mas em várias regiões do Brasil, foi a Escola do Recife. Sendo difundido nos primeiros anos da segunda metade do século XIX, o movimento ampliou uma discussão teórica que influenciou parte dos letrados que circularam no Recife naquele momento. As propostas da Escola do Recife foram cruciais para o engajamento político de alguns pensadores no início da República, debatendo e colaborando com as ideias que foram ampliadas entre 1930 e 1937. Muitos dos homens das letras que entraram em contato com as propostas da Escola ocuparam cargos políticos no regime republicano” (MOURA, 2012, p. 62). E com Gilberto Freyre não foi diferente, apesar de seu caráter modernista-tradicionista, fez parte da rede de sociabilidade que circulou não apenas na Escola do Recife.

¹² Compreendemos esses intelectuais conservadores, sobretudo, como os sujeitos com ideias filiadas ao Movimento Católico, sendo alguns inclusive integrantes da Ação Católica Brasileira e do Movimento Integralista. Sobre isso ver: Silva (2002).

geográfico chamado Nordeste, dentro do qual serão fixados os elementos identitários reunidos pelos modernistas-tradicionalistas liderados por Gilberto Freyre. Eles darão forma e cor a esse recorte espacial argamassado nas relações oligárquicas do mundo tradicional, apontando sua oposição identitária em relação ao conjunto à frente do qual se encontrava São Paulo, que ia se industrializando, dinamizando sua economia e diversificando sua composição social sob o influxo das imigrações estrangeiras. O Nordeste foi, de fato, uma grande criação na qual laboraram decisivamente os modernistas-tradicionalistas do Recife. Trata-se de uma diferenciação espacial efetuada sobre o território geográfico onde será forjada uma identidade nacional [...]. Uma região desenhada sobre uma geografia do poder oligárquico, como já se disse, mas igualmente uma geografia do afeto e da saudade que os modernistas-tradicionalistas localizam dentro da sociedade açucareira (ARRAES, p. 20 e 21).

É importante destacar que a intelectualidade pernambucana já foi tema de muitas narrativas¹³, não vamos aqui nos estender nessa discussão. Desse debate, nos interessa perceber os intelectuais, escritores, bacharéis, artistas que pertenciam ao que Burke (2000) denomina como *Clã de Freyre*. A saber, sujeitos como Nilo Pereira, Cícero Dias, Manoel Bandeira, Ulysses Pernambucano de Mello, Mauro Motta, José Reginaldo e tantos outros que compartilhavam visões de mundo, outros que dividiam bancadas políticas de uma juventude de direita tradicional. Homens que, no geral, partilhavam das vanguardas de uma época e do sentimento de dever em relação ao futuro da nação, mas, principalmente da Região.

Nesse sentido, o aflorar do sentimento de denúncia e a recorrência dos discursos salvacionistas de uma memória e história regional parecem tomar conta desses sujeitos num movimento de *retórica da perda*. Assim, nada mais preciso do que um líder, como se apresentou em muitos momentos Gilberto Freyre, encampar, em espaços onde ele tinha legitimidade de fala, a angariação de recursos à instalação de um centro de pesquisas voltado ao regional, um campo para desenvolvimento do seu próprio trabalho, um lugar em que se profissionaliza aquilo que já acontecia nos cafés, nos palanques políticos, nos jornais da cidade desde os anos 1920. Um local para institucionalizar tais visões de mundo e, mais que isso, formas de dar sentido ao futuro da Nação e da Região.

¹³ Azevedo (1984); Souza Barros (1985); Rezende (1992); Falcão (2005); Moura (2012); Bruce (2005), entre outros.

Para Gonçalves (1996, p. 89):

As práticas de preservação histórica nas modernas sociedades nacionais estão associadas a narrativas que se configuram como respostas a uma situação social e histórica na qual valores culturais são apresentados sob um risco iminente de desaparecimento. Os intelectuais que se dedicam a pensar esse tema assumem tal situação como um dado, e veem a perda do chamado *patrimônio cultural* como um processo histórico objetivo, desdobrando-se no tempo e no espaço. Em suas narrativas, a perda pressupõe uma situação original ou primordial de integridade e continuidade, enquanto a história é concebida como um processo contínuo de destruição daquela situação. Sua missão é, conseqüentemente, definida como a de proteger aqueles valores ameaçados e redimi-los em uma dimensão de permanência e transcendência. No entanto, o processo de perda e desintegração desse patrimônio é, de certo modo, propiciado pelas próprias narrativas partilhadas por esses intelectuais. Na medida em que, em nome da nação, de um grupo étnico ou de qualquer categoria coletiva, esses intelectuais, por meio de políticas de Estado, reapropriam-se de múltiplos e heterogêneos objetos e os recontextualizam sob os rótulos de patrimônio cultural, civilização, tradição, valores que supostamente estão em processo de declínio e desaparecimento. Apesar de sua condição fragmentária, esses valores expressariam uma condição de totalidade, integridade e continuidade — atributos que caracterizariam uma autêntica identidade nacional. Em outras palavras, a perda não é um atributo exterior, mas parte das próprias estratégias discursivas de apropriação de uma cultura nacional.

Durante sua atuação como deputado federal por Pernambuco, na legenda da União Democrática Nacional (UDN), entre os anos de 1946 e 1951, Gilberto Freyre não conseguiu captar recursos para a criação de um centro de pesquisas apenas com o seu discurso. Se pudermos falar em sorte, ou coincidência, é no final da década de 1940, com a criação da Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), que no Brasil as Ciências Sociais iniciam a transição, deixando paulatinamente de se configurar como uma atividade de gabinete e apontando no cenário nacional como um recurso científico de interpretação das mazelas que assolavam a nação, mas também um meio de diagnosticar e traçar as ações necessárias para solucionar os problemas sociais do País.

Nesse sentido, destacamos duas vertentes que sinalizam a ascensão da Sociologia Científica: o primeiro é o abandono dos discursos jurídicos, tais quais aconteciam, inclusive na Escola do Recife¹⁴; a segunda é a assunção do

¹⁴ “Com a liderança inicial de Tobias Barreto e Silvio Romero, a Escola do Recife desenvolveu-se como alternativa para os debates das ‘ideias novas’, criticando as correntes religiosas positivistas das Ciências Sociais. Mesmo sendo um grupo que apresentava concepções que buscavam a reestruturação filosófica no Brasil, alguns integrantes apresentavam propostas

discurso sociológico para o qual a obra *Casa Grande & Senzala*, de Freyre, é marco fundador, pois, para Elide Rugai Bastos (apud SEGATTO e BARIANI, 2010, p. 204):

O início do processo de institucionalização da Sociologia nos anos 1930, com a obra *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, que representaria “um ponto de inflexão, um fechamento de um ciclo: marca o momento em que a teoria social deixa de se apresentar como manifestação dispersa e surge como sistema: a Sociologia”.

Assim, o período em que se ensaiam os debates na Câmara dos Deputados pela criação do Instituto Joaquim Nabuco é também o momento em que ocorre a ascensão da Sociologia Científica, marcada pelo imperioso chamado de resolver as questões sociais brasileiras frente ao processo de redemocratização e à crise dos grandes modelos explicativos aliados ao fracasso das teorias raciais que decaem frente à barbárie dos regimes nazifascistas e das guerras mundiais.

Assim, vive-se um momento de busca por soluções locais, livres dos estrangeirismos, com duras críticas às apropriações teóricas estrangeiras, além de um intenso processo de institucionalização das ciências sociais no País.

Em meio às disputas quanto à origem e à evolução das Ciências Sociais no Brasil, as interpretações baseadas na institucionalização como fator preponderante de seu desenvolvimento tornaram-se hegemônicas. A despeito das diferenças (mas de grau que de modo) e do gradiente de intensidade do processo na caracterização dos vários autores, a institucionalização tornou-se não apenas marco do nascimento das Ciências Sociais no Brasil, mas também chave explicativa e, no limite, critério de valorização e até mesmo de legitimação das interpretações sociais (SEGATTO e BARIANI, 2010, p. 205).

O retorno ao bucolismo com relação à história da Região Nordeste, que já se arrasta pelas narrativas locais desde o início do século XIX, institui o conceito de *regional* como um fato absoluto, consolidado não por práticas históricas quaisquer, mas, sobretudo, pelo valor intrínseco aos objetos e aos lugares de memória, condição que nos permite perceber a dimensão não só dos trabalhos de Freyre, mas daqueles produzidos pelo grupo de intelectuais

independentes, o que o caracterizou como uma organização heterogênea, porém, com os objetivos de discutir caminhos para as Ciências Sociais, além de sua aplicação para o desenvolvimento sociopolítico do Brasil” (MOURA, 2012, p. 63).

que, na primeira metade do século XX, tiveram papéis singulares ao circunscreverem representações acerca do Nordeste.

Ao compreender o preâmbulo que se inicia com o projeto regionalista de 1930 e se estende até meados da década de 1960 nos faz refletir sobre como tais narrativas forjaram as chamadas *figuras imagético-discursivas*¹⁵ acerca do Nordeste e orientaram práticas de subjetivação da Região e de seus indivíduos. Essas práticas encontram, nos anos finais da década de 1940, no projeto de criação do Instituto Joaquim Nabuco, um local de objetificação desses discursos acerca da Região.

O Nordeste surge como reação às estratégias de nacionalização que esse dispositivo da nacionalidade e essa formação discursiva nacional-popular põem em funcionamento; por isso não expressa mais os simples interesses particulares dos indivíduos, das famílias, dos grupos oligárquicos estaduais. Ele é uma nova região nascida de um novo tipo de regionalismo, embora assentada no discurso de tradição e numa posição nostálgica em relação ao passado. O Nordeste nasce da construção de uma totalidade político-cultural como reação à sensação de perda de espaços econômicos e políticos por parte dos produtores de açúcar e algodão, dos comerciantes e intelectuais a eles ligados (DURVAL, 2008, p. 67).

Em Pernambuco, o discurso nacionalista de base tradicionalista ganha visibilidade nos palanques políticos da direita, nas produções narrativas que circulavam nos periódicos locais; assim, são nos discursos locais que vemos o aflorar desses sentimentos saudosistas e salvacionistas em relação a uma dada “tradição regional”.

Essa é a marca de uma geração que, nos anos 1920 e 1930, são jovens de vanguarda e que, nas décadas seguintes, por influência ou *status* social, ocupam cargos políticos, são intelectuais renomados ou assumem lugares de destaque do campo da produção artística, cultural e política regional e nacional.

Nesse contexto é que devemos perceber a emergência de Gilberto Freyre à política nacional e suas bandeiras de luta no Congresso. Assim, o projeto de Centro Científico voltado à compreensão dos problemas locais da Região Nordeste do Brasil é a consolidação do projeto social e discursivo de uma geração sob autoria de Freyre.

¹⁵ Essas produções imagético-discursivas dizem respeito ao “[...] arquivo de imagens e enunciados, um estoque de verdades, uma visibilidade e forma de dizer do Nordeste [...] como a própria ideia de Nordeste e nordestino impõe uma dada forma de abordagem imagética e discursiva, para falar e mostrar a ‘verdadeira’ região.” (DURVAL, 2008, p. 32)

Assim, é em resposta a essas demandas que é criado, a partir da Lei nº 770, de 21 de julho de 1949¹⁶, o Instituto Joaquim Nabuco. Fruto de um acalorado debate que, segundo sugere a documentação¹⁷, se inicia ainda no ano de 1946, quando, na ocasião, o então deputado Gilberto Freyre anuncia em discurso a necessidade de se criar um instituto de pesquisas sociais no País.

No mesmo ano do nascimento do grande brasileiro, filho da Bahia, ocorre o centenário do nascimento de outro brasileiro igualmente grande, este de Pernambuco: Joaquim Nabuco. Para o fato, procurei, a longos meses, na verdade há mais de um ano, em discursos apresentados à Mesa desta Câmara para ser dado como lido, e que consta dos anais da Casa e se acha agora publicado em opúsculo, chamar a atenção do ilustre Senhor Ministro da Educação e da Saúde e do Parlamento Brasileiro. Verifico, entretanto, com tristeza, que não se sabe, até hoje, de providência alguma no sentido da comemoração do centenário de nascimento daquele que foi, tanto quanto Rui Barbosa, grande como homem público, grande como parlamentar, grande como intelectual e que, tanto como Rui Barbosa, foi um homem de sua província e de seu Estado e, ao mesmo tempo, um brasileiro do Brasil inteiro, um americano de todas as Américas, um autêntico cidadão do mundo (FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 1981, p.11).

Esse argumento ganha fôlego quando da ocasião de comemoração do centenário de nascimento de Rui Barbosa. Freyre lança mão de um discurso fervoroso em torno de uma comemoração do centenário do “igualmente ilustre Joaquim Nabuco”, tomado posteriormente como patrono do Instituto Joaquim Nabuco.

Devemos destacar também a preocupação do autor do projeto de criação de um centro de pesquisas sociais de não o delimitar apenas como uma instituição de homenagem ao abolicionista, mas focar no caráter interdisciplinar de tal instituição e na forma como as ações realizadas dariam subsídios à solução dos problemas sociais.

¹⁶ O término do período denominado como Estado Novo (1945) impõe um reordenamento e o restabelecimento das liberdades democráticas, das quais a promulgação da Constituição de 1946 é suscitada como marco. Esse período é marcado pela retomada dos debates acerca das questões nacionais e pelo retorno das narrativas nacionais através das instituições de memória que se organizaram durante a ditadura varguista, que, na ocasião da redemocratização, tratariam de reescrever e representar a história e a identidade nacional, mais uma vez retomada como projeto de muitos dos políticos brasileiros, como é o caso de Gilberto Freyre.

¹⁷ Ver texto referente à sessão de 04 de dezembro de 1946 da Câmara dos Deputados, onde o então deputado federal Gilberto Freyre anuncia em discurso o texto *Necessidade de Institutos de Pesquisa Social do Brasil*, publicado posteriormente em opúsculo e disponível no livro *Retratos Parlamentares* nº 39.

Assim, ainda durante a sabatina realizada na sessão de 04 de dezembro de 1946, Freyre lança mão da justificativa para o Projeto de Lei com o objetivo de consolidar a criação de um instituto de pesquisas sociais. Ele afirmava que:

O instituto projetado incluirá a investigação de recursos e hábitos regionais de alimentação, o que permitirá, ao fim de algum tempo, retificações e soluções econômicas para as deficiências atuais de dieta. A importância científica do material que se reunirá através deste estudo será grande e de interesse para professores, estudantes de várias escolas: de Direito, da de Medicina, da de Agronomia, da de Filosofia. Mas grande será também seu valor prático (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1994, p. 235).

Seja por antevisão ou oportunismo, Gilberto aproveita a ocasião não só para pensar uma forma de celebração do centenário de Nabuco, mas uma maneira de perpetuar esse legado ou de garantir um campo de atuação dentro da pesquisa social a partir da instauração de uma instituição nova na dinâmica ainda primária das pesquisas realizadas no o País.

Senhor Presidente, que será o Instituto Joaquim Nabuco? Uma instituição de interesse apenas acadêmico? Uma casa de antiquário em ponto grande e com caráter oficial? Uma peça a mais na burocracia federal? Não: será principalmente um centro de estudo vivo, de pesquisa de campo, anexo, talvez, à Universidade de Pernambuco e no qual se estude o homem regional das zonas rurais do Norte do Brasil (IDEM, 1981, p. 22).

Freyre buscou demarcar a diferença entre o projeto do Instituto de Pesquisa, com relação a universidade, ainda que em diálogo com a mesma, mas atuando de forma autônoma e distinta.

Percebemos que as fontes apontam certa indefinição de datas, visto que algumas apresentam a data de 12 de dezembro de 1946 e outras apontam esse discurso ora sendo apresentado em 1947, ora em 1948. Entretanto, antes de adentrar numa problematização das datas, supomos que tal incongruência se dá ou por apresentações em sessões distintas do projeto à Câmara dos Deputados ou a falhas na edição desses mesmos discursos que foram posteriormente publicados e disponibilizados ao público.

Todavia, o que é necessário ser apontado, para além de uma precisão em demasia de datas, é que o projeto de criação do Instituto Joaquim Nabuco não foi algo fácil de ser retirado do papel, mesmo contando com o prestígio e a articulação política do já à época renomado cientista social e escritor dos

clássicos: *Casa Grande & Senzala* (1933), *Sobrados & Mocambos* (1936), entre outros.

É o que sugere a fala do deputado Ataliba Nogueira, principal crítico do projeto do IJN, que, durante a sessão de votação do projeto, verbaliza sucessivas e duras críticas, como segue em transcrição que pode ser abaixo observada:

Também guardo reservas quanto ao projeto. Trata-se, evidentemente, de cultuar a memória de um grande brasileiro. Mas há várias observações a fazer. A primeira é o vulto da verba — dois milhões de cruzeiros. A segunda, e exponho o que V. Exa. disse, é que há inúmeros projetos de importância social, principalmente os relativos à assistência, que estão protraídos ou para os quais não há verba. A terceira é que sempre no domínio cultural, quando se cogita de reverenciar a memória de grandes intelectuais, costumam os especialistas estrangeiros reunir trabalhos, notadamente os que têm relação com a especialidade do homenageado, e publicá-los em volume especial, em sua honra ou *in memoriam*. A isto é que se deveria restringir o projeto, ao seu artigo inicial, (FUNDAJ, 1981, p. 22).

A fala reitera os aspectos relacionados aos custos que envolviam a criação do Instituto, além da tentativa de reduzir a comemoração às atividades de caráter acadêmico e literário, delimitando-as à organização de uma publicação e a votação de elementos ditos como prioritários, a partir do discurso de que tal verba poderia servir para uma dada demanda das políticas assistencialistas.

Tanto no livro *Perfis Parlamentares* (1994) quanto nas publicações da Fundação Joaquim Nabuco¹⁸ que refazem a história institucional, podemos ter acesso aos documentos que demonstram as sabatinas ao idealizador do projeto comemorativo ao centenário de Joaquim Nabuco, Gilberto Freyre. Entretanto, antes mesmo de apresentar esses debates, é importante conhecer a proposta que dará origem ao Instituto Joaquim Nabuco e às comemorações do centenário do abolicionista no final da década de 1940.

Segundo proposta de Freyre quando da ocasião dos debates a respeito do centenário de Rui Barbosa, seria igualmente importante celebrar, de algum

¹⁸ *Retratos Parlamentares*, 39. Gilberto Freyre (1994), *30 anos do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais* (1981), edições dos *Relatórios de Gestão publicados de 1972 a 2002*. É importante atentar que nenhuma dessas três publicações discrimina uma autoria individual ou coletiva, são inscritas a partir da autoria das instituições que as publicam. Nesse sentido, a problematização das mesmas se faz pela análise do não dito em relação ao que pode ser percebido do cruzamento desses relatos com outras fontes, e com uma reflexão, com suporte da bibliografia, acerca do período histórico de produção desses documentos.

modo, o centenário do também ilustre Joaquim Nabuco. Seja por vaidade ou antevisão, Gilberto buscou intensamente argumentar da necessidade não só de uma efêmera ação de comemoração do centenário de Nabuco, mas também da consolidação de uma das primeiras, senão “pioneiras”, instituições de pesquisas sociais voltadas aos problemas regionais do Nordeste do Brasil.

Nesse sentido, Freyre buscou alinhar seus interesses de instauração de um instituto de pesquisas sociais aliado à emblemática figura de Joaquim Nabuco, sujeito de admiração de Freyre desde a juventude. O ambicioso projeto suscitou intensas sabatinas, e as fontes apontam uma desaprovação por parte de alguns políticos, sobretudo por caracterizarem o IJN como instituição acadêmica que poderia ser associada às já existentes universidades. Como podemos perceber no trecho da fala do deputado Campos Vergal, como se segue:

Veja V. Exa. que iríamos aplicar mal esse dinheiro. Isso não significa Senhor Presidente, que eu não reverencie a grande, a oceânica cultura do grande brasileiro Joaquim Nabuco. Esse ilustre patricio marcou um período histórico de nossa pátria e deixou, nas letras, na arte, na diplomacia e na oratória, esteira luminosa. Oriundo de família abastada, o ilustre pernambucano tornou-se merecedor da nossa maior admiração. Não resta a menor dúvida. Entretanto, como diz o nobre deputado Ataliba Nogueira, é preciso que se tomem outras iniciativas de caráter cultural, nas escolas e nas academias; não podemos tirar do Erário essa volumosa quantia para aplicá-la, talvez, sem o bom senso que a questão requer (FUNDAJ, 1981, p. 22–23).

Apesar dos posicionamentos contrários por parte de alguns membros da Câmara e dos intensos debates em torno não só à viabilidade, mas da execução de um projeto que se associaria na fala do deputado supracitado, Ataliba Nogueira, às cadeiras das faculdades de Direito ou Filosofia. O projeto do Instituto é aprovado.

Mas não sem algumas ressalvas. A primeira diz respeito à atuação, antes restrito à Região Nordeste, é por indicação da Comissão de Educação, após parecer apontado como de interesse por sua atuação também frente à Região Norte do País.

Por indicação da Comissão de Justiça, o Instituto de Pesquisas deveria carregar o nome de Joaquim Nabuco, visto que essa, a princípio, não era intenção declarada no projeto. Assim, com poucas ressalvas, é aprovada a lei de nº 770, sancionada em 21 de julho de 1949 pela presidência da república,

que institui o IJN e que ordena o orçamento destinado à criação dessa instituição e das ações celebrativas do centenário de Joaquim Nabuco.

Com a aprovação do Projeto de Criação do IJN, vemos emergir, nos periódicos, sobretudo a partir da rede colaborativa de Freyre, sucessivos artigos parabenizando a vitória na Câmara pela criação do Instituto, conclamando o “grande feito” dessa conquista para a Região, como afirma o deputado paulista Aureliano Leite em matéria publicada no *Jornal do Commercio*¹⁹, do dia 09 de setembro de 1948.

Felizmente a obra de Joaquim Nabuco não se perdeu. Vasta e profunda, de verdadeiro transformador social, ela precisa realmente tornar-se conhecida pelo povo. O autor do projeto nem sequer o justificou. É que, na realidade, bastaria o seu próprio texto. Esse projeto se justifica por si mesmo.

Os diversos artigos publicados também sugerem a percepção em torno de um gradiente de disputas e rivalidades políticas com relação à criação do Instituto e da disputa pela representatividade local. Como sugere o artigo publicado no *Jornal Pequeno*, do dia 21 de maio de 1949, que diz:

O projeto de Gilberto Freyre, criando o Instituto Joaquim Nabuco, foi aprovado já na Câmara dos Deputados e entrou em discussão no Senado Federal.

Quando se tem notícia dos argumentos invocados contra a aprovação desse projeto, ocorre de imediato a impressão de que só o combatem por ter sido de iniciativa do Sr. Gilberto Freyre, isto é: daquele que foi um dos mais destacados líderes da destruição da ditadura e da restauração do País no regime democrático.

[...] Dizem os despachos telegráficos que contra ela se insurgiram, sobretudo, os senadores Ismar de Góes Monteiro e Vilas Boas. E, se os argumentos do segundo são abundantemente destituídos de bom senso, os do primeiro reproduzem estritamente as razões invocadas, na Câmara dos Deputados, pelo Sr. Agamenon Magalhães. Pelo Sr. Agamenon Magalhães só, não. Pelo Sr. Etelvino Lins também.

Quais as razões de Agamenon e Etelvino? São as razões de que “não é necessário” criar esse instituto. E, mais ainda: que, em lugar dele, se poderia fundar um museu no Engenho Massagana.

¹⁹ O *Jornal do Commercio*, o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal Pequeno*, os quais utilizamos e citamos muitas das suas matérias como fontes, foram à época pertencentes a membros das elites tradicionais do Recife, quando não se enquadravam numa posição mais conservadora como é o caso do *Jornal Pequeno*, com uma linha editorial de cunho integralista. No geral, será comum vermos, em todos esses jornais, posições positivas acerca das ações promovidas por Gilberto Freyre, em particular o *Diário de Pernambuco* será um dos periódicos nos quais Freyre e seus aliados políticos possuíam cadeira cativa — o mesmo contava com um espaço semanal para publicação de seus artigos, desde a juventude. De todos, o *Jornal do Commercio*, apesar do caráter tradicional, apresenta posturas menos tendenciosas em relação à família Freyre e às ações empreendidas pelo IJNPS.

As críticas às quais o texto faz referência foram imputadas pelos senadores Agamenon Magalhães²⁰ e Etelvino Lins²¹, rivais políticos de Freyre e seu clã que também representavam a direita tradicional pernambucana e que colocavam, assim como o deputado Ataliba Nogueira, a equiparação desse projeto a umas cadeiras das universidades já existentes ou até mesmo a indicação de que o trabalho a ser realizado por tal instituto já estava contemplado nas atividades do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP).

É feita ainda a sugestão de que, em comemoração ao centenário de Nabuco, fosse constituído, no Engenho Massangana, local de seu nascimento e vivência da primeira infância, um museu da escravidão. Contudo, não só no *Jornal Pequeno* foram publicadas duras críticas a tal sugestão. O escritor pernambucano José Lins do Rêgo, amigo pessoal de Freyre, descarta sumariamente a sugestão de que, em lugar do IJN, fosse construído um museu

²⁰ Agamenon Sérgio de Godói Magalhães nasceu no município de Vila Bela, atual Serra Talhada (PE), em 1893. Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife em 1916, no ano seguinte foi promotor público em São Lourenço da Mata (PE). Em 1918 iniciou sua carreira política como deputado estadual, eleito na legenda do Partido Republicano Democrata (PRD), liderado pelo então governador Manuel Borba (1915-1919). Tornou-se também redator dos jornais *A Ordem* e *A Província*, de Recife. Em 1922 reelegeu-se para a Assembléia pernambucana e apoiou a candidatura oposicionista do fluminense Nilo Peçanha à presidência da República, lançada pela Reação Republicana. Em 1923 elegeu-se deputado federal e quatro anos depois renovou seu mandato. Em 1929-30, junto com o PRD e em oposição ao governador pernambucano Estácio Coimbra, apoiou a candidatura presidencial de Getúlio Vargas, lançada pela Aliança Liberal. Com a derrota da Aliança, participou ativamente em Recife do movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luís e levou Vargas ao poder. Nos primeiros anos do governo Vargas, foi um dos articuladores do Partido Social Democrático (PSD) de Pernambuco e nessa legenda elegeu-se deputado federal constituinte em 1933. (Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001)

²¹ “Etelvino Lins de Albuquerque nasceu em Alagoa de Baixo, hoje Sertânia (PE), no dia 20 de novembro de 1908, filho de Ulisses Lins de Albuquerque e de Rosa Bezerra Lins de Albuquerque. Em 1930, bacharelou-se em Direito e em dezembro foi nomeado promotor público na comarca de Goiana (PE), cargo que assumiu em fevereiro do ano seguinte. Permanecendo no exercício dessas funções até agosto de 1934, foi então nomeado segundo-delegado-auxiliar. Assumindo o cargo em fins de agosto de 1934, procedeu de imediato a uma ampla reforma nos quadros policiais do interior. Em novembro de 1935 passou a responder pela 1ª Delegacia Auxiliar. Com a implantação do Estado Novo em novembro de 1937, foi convidado a ocupar a Secretaria do Governo de Pernambuco. Etelvino Lins assumiu de imediato o cargo, abandonando suas funções na 1ª Delegacia Auxiliar. Permaneceu como secretário do Governo até dezembro de 1937, quando foi nomeado secretário de Segurança Pública do estado. Em fevereiro de 1945, em plena fase de redemocratização do país, Agamenon Magalhães, convidado por Vargas para assumir a pasta da Justiça e Negócios Interiores e assim auxiliar no controle do processo de abertura política, indicou Etelvino Lins para substituí-lo na interventoria em Pernambuco. Nomeado no dia 28 de fevereiro, tomou posse em 5 de março. Ainda neste mês, participou dos trabalhos de criação do Partido Social Democrático (PSD) em Pernambuco. Em virtude do golpe político-militar de 29 de outubro que depôs o presidente Getúlio Vargas, foi destituído da interventoria federal em Pernambuco.” Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

da escravidão. A crítica de Lins é contundente, como podemos observar a seguir:

Desde o começo que este projeto foi tomado, pelos homens dominantes de Pernambuco, como uma coisa a se evitar. Aqui mesmo, na imprensa carioca, um porta-voz do governador Barbosa Lima fez severas restrições ao conteúdo da peça.

E vem agora o senador Ismar, e na melhor das intenções, se deixa envolver pelas cavilações derrotistas dos atuais donos de Pernambuco. E o tal “museu da escravidão”, com que pretendem substituir o Instituto de Pesquisas Sociais, da sugestão de Gilberto Freyre, outra coisa não é que uma simulação para tapar com manobra de sabotagem. Pretendem trocar um instituto vivo por uma coleção de instrumentos de suplício anotados, é reduzir um ato criador de homenagem a Nabuco ao morto de um museu de peças nefandas. Pode ser que a Sr. Etelvino Lins, apologista de tal museu, agrade a exibição dos troncos e gargalheiras, torpes recordações de um tempo que nos humilha (O JORNAL²², 18 de maio de 1949).

O fervor do julgamento realizado pelo literato pernambucano sugere que a criação de um museu da escravidão era contemplar com visibilidade uma das chagas das quais a memória nacional precisava superar. A miscigenação e a memória escravocrata brasileira caracterizavam-se como barreiras das quais o projeto de Freyre se propunha a superar no imaginário nacional.

Passados os confrontos políticos, a efetivação do Instituto Joaquim Nabuco enfrentava agora a batalha burocrática. Em 12 de Maio de 1955, é assinado o Decreto de nº 37.334, publicado no Diário Oficial de 14 de Maio de 1955, que aprova as normas que regeram o funcionamento do IJN, que “[...] preceitua que o Instituto se dedicará especialmente à colheita e interpretação científica de material concernente aos estudos compreendidos na sua finalidade, e o Instituto servirá de centro de treinamento em técnicas de pesquisas sociológicas no campo da sua especialidade [...]” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 19/ago./1949, apud FUNDAJ, 1981, p. 97).

Entretanto, a provação de portaria foi apenas o primeiro passo de uma longa trajetória na burocracia institucional para a efetivação funcional do IJN. Ainda sem sede própria, é escolhida, por Gilberto Freyre, a figura daquele que viria a ser o primeiro diretor do Instituto: para o cargo é selecionado o escritor e historiador José Antônio Gonsalves de Mello, primo do idealizador do projeto.

²² Não tivemos como levantar qual era a referência desse jornal, o acesso a tal matéria se deu a partir da publicação (FUNDAJ, 1981) que não especifica a fonte. Contudo, o contexto nos leva a crer que se trata da revista semanária *O Jornal*, publicada no Rio de Janeiro, que fez parte do grupo *Diários Associados*. Porém, mesmo com essa lacuna, não se perde o mérito da crítica à fonte e da abordagem à temática em específico.

Assim, ficou para José Antônio a incumbência de providenciar uma sede no Recife para abrigar o recém-instituído centro de pesquisas sociais. Jucá cita que há uma solicitação do então diretor, de utilizar temporariamente as salas da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco. Mas, as rivalidades políticas são novamente inflamadas quando da negação do espaço, segundo Jucá (1991)

Basta lembrar o episódio em que o então diretor da Biblioteca Pública, Dr. Olinto Costa Júnior, colocou as dependências da Instituição à disposição de José Antônio para as providências burocráticas iniciais que precederam à instalação do Instituto. O oferecimento foi sustado, poucos dias depois, por uma contraordem do então Secretário de Educação do Governo de Barbosa Lima Sobrinho, Sylvio Rabello, proibindo a utilização daquelas dependências para os tramites de instalação do Nabuco (JUCÁ, 1991, p. 66).

A passagem supracitada desvela a conflituosa relação que se põe à instalação do IJN frente aos políticos locais. Situação que obriga José Antônio Gonsalves de Mello a buscar abrigo junto às dependências do Instituto Arqueológico Histórico Geográfico de Pernambuco (IAHGP) durante os primeiros meses de funcionamento do Instituto.

Assim, somente em 9 de setembro de 1950, é realizada, na Faculdade de Direito do Recife, a solenidade de abertura do Instituto Joaquim Nabuco, com a presença do ministro da Educação à época, Pedro Calmon. A ocasião conta com a presença do corpo de intelectuais emblemáticos ainda nos primeiros anos do Instituto. Além do próprio Freyre e de José Antônio Gonsalves de Mello, merece destaque o discurso realizado por Waldemar Valente, antropólogo que mais tarde ficará responsável pelo setor de antropologia do IJN. Na ocasião, afirma Valente:

A instalação do Instituto Joaquim Nabuco assinala os começos de um movimento, bem intencionado e sério, que se processará em bases rigorosamente científicas pelo perfeito conhecimento das condições, em todos os aspectos precárias, do nosso trabalhador, e com o fim prático de melhorá-las ou corrigi-las.

É como uma espécie de reatamento da campanha abolicionista, significativamente simbolizada em Joaquim Nabuco.

[...] Uma espécie de campanha de libertação dos homens que devem ser justamente considerados como um dos maiores fatores de nossa riqueza — o aproveitamento racional da terra pelo trabalho agrícola.

(Discurso publicado no jornal *Diário de Pernambuco* no dia 10/set/1950).

É importante perceber que a rede de sociabilidade e a missão de representação regional na cultura política nacional é um projeto discursivo partilhado pelos intelectuais pertencentes ao já citado clã de Freyre (BURKE, 2000). Assim, ainda que entre as divergências políticas entre Freyre e os políticos locais, o IAHGP cede algumas de suas salas para o acolhimento do Instituto Joaquim Nabuco.

Após esse turbulento período de acomodação, a instituição ainda necessitará de uma sede própria; a documentação não apresenta ao certo em que momento ocorre a saída do IAHGP, mas o que nos parece é que com pouco menos de 1 ano ocorre tal transferência em definitivo. A mudança para Vila Elvira²³ será lembrada como emblemática para a constituição da autonomia do Instituto, mesmo que se organizando de forma altamente precária e sem perspectiva de maiores investimentos.

Por uma incompatibilidade funcional, José Antônio, em 1951, se vê obrigado a declinar do cargo de diretor do Instituto. Em seu lugar, assume a direção do IJN o economista Paulo Maciel, que já pertencia ao quadro de pesquisadores do Instituto.

É durante a gestão de Paulo Maciel que ocorrem ações importantes para o IJN, dentre elas a efetivação das atividades de pesquisa, através dos convênios firmados com a Organização das Nações Unidas (ONU), sobretudo a partir das relações construídas por Gilberto Freyre, que já atuava de modo intenso nas relações entre o IJN e as universidades do exterior, como a Universidade da Califórnia, com o Departamento de Sociologia do Michigan State College. O resultado de uma das primeiras pesquisas realizadas no IJN e pelo professor Olen Leonard sobre “os problemas da habitação rural” pode ser encontrado no *1º Boletim do Instituto Joaquim Nabuco* (JUCÁ, 1991).

As pesquisas em geral contavam com a participação de jovens estudantes brasileiros que auxiliavam os pesquisadores na captação de dados, nas visitas de campo. Ainda em 1951, é realizado um importante acordo com a United Nations Educational Scientific and Cultural, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) através de Alfred

²³ Casarão localizado na Av. Rui Barbosa, número 1654, na Ponte D’Uchoa, entre os bairros da Jaqueira e das Graças, na cidade do Recife/PE, hoje é conhecido como Solar da Jaqueira, o prédio se mantém preservado e foi o abrigo da primeira sede do IJN.

Métraux e do Departamento de Ciências Sociais dessa mesma instituição. Propõe a pesquisa sobre as questões raciais no Brasil, e para o Nordeste a coordenação dessa investigação ficaria a cargo do antropólogo René Ribeiro, e dos pesquisadores José Antônio Gonçalves e Paulo Maciel, do IJN (IDEM, 1991).

O que podemos perceber é que a atuação do Instituto se ampliou proporcionalmente à capacidade de articulação de seus intelectuais em formar parcerias e convênios. Ante as dificuldades de financiamento por parte do Estado brasileiro, a força de articulação desses sujeitos se sobrepunha aos problemas e impetraram, ao menos nos primeiros anos, a angariação de recursos através, principalmente, do prestígio e da visibilidade que estava sendo dada ao IJN.

Em 1953, o Instituto realiza uma reorganização administrativa com a Lei nº 1.817, de 23 de fevereiro, cuja redação diz respeito à lotação funcional do IJN, que, com a vigência da referida lei passa a ser uma despesa direta do Ministério da Educação e Saúde. Essa ação desonera a verba do IJN, visto da isenção de orçar para este fundo o pagamento dos funcionários do Instituto. Contudo, a referida lei não só garante a questão funcional da instituição, ela será o primeiro passo para a aprovação do regimento interno do IJN, que só ocorre em 1955.

O Primeiro Regimento é aprovado mais de 5 anos depois da efetivação das atividades do Instituto. O Decreto nº 37.334, de 12 de maio de 1955, publicado no *Diário Oficial da União* (DOU) de 14 de maio de 1955, aprova o Regimento do IJN. Nesse documento, encontra-se delineado o perfil de atuação do IJN, e nele podemos observar a existência das sessões que compõem o Instituto, que já se apresenta a partir de um caráter interdisciplinar.

Segundo o projeto de criação do Instituto enviado à Câmara e provado em 1948 IJN assume como finalidades: o estudo dos problemas sociais das regiões agrárias do Norte; a colaboração dos estudos de qualquer outro problema social nordestino; a promoção do ensino das ciências sociais e das técnicas de pesquisas sociais; atividades de colaboração com universidades e escola técnicas, com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e com o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA); o oferecimento de treinamento em

técnicas de pesquisas sociais; e a divulgação dos resultados dos trabalhos realizados.

Com esses fins, o IJN se consolida enquanto instituição formal de Pesquisas Sociais, campo de pesquisa importante no período citado e, de modo híbrido, congrega atividades dos centros universitários de excelência, sem o ônus de ter suas ações restritas a salas de aula formais.

Para a execução dessas finalidades, sete seções passam a compor o Instituto Joaquim Nabuco a partir de 1962. São elas: Seção de História Social (SHS), Seção de Sociologia (SS), Seção de Antropologia (SA), Seção de Economia (SE), Seção de Geografia Humana (SGH), Seção de Estatística e Cartografia (SEC) e Seção de Administração (SA).

Como podemos inferir, na composição inicial do IJN não existe, em sua organização regimental, um setor destinado aos museus, contudo a instituição museológica é, por diversas vezes, utilizada por Gilberto Freyre como argumento à efetivação do IJN, o que nos indica que já se configurava como um anseio de seu idealizador a criação de uma instituição dessa natureza sob a tutela do IJN.

Não no esqueçamos de que museus sociais ou museus do homem como o dirigido na França por mestre Rivet, institutos de pesquisa social, centros de estudo regionais de Sociologia, Etnologia, Etnografia, etc., existem hoje nos países mais adiantados e não apenas naqueles onde o tradicionalismo é uma espécie de saudosismo: saudade ou nostalgia das glórias ou simplesmente dos usos do passado [...] o Instituto de Francfort, dedicado aos estudos de povos e culturas africanas, tornaram-se exemplos de como institutos desse gênero podem tornar-se úteis não só à cultura nacional como a administração de populações retardadas. (Freyre s/ano. In – Fundaj, 1981. p. 27)

Da fala supracitada podemos retirar algumas reflexões, a primeira sem dúvidas é o respaldo dado a instituição museal, os museus que Freyre, ao citar explicitamente, coloca também como referencia, expondo assim o lugar que ele almeja para a representação dos museu no brasil, encabeçados e produzidos pelo IJN. Vemos ainda uma forte tendência que evidência a abordagem em torno da narrativa do regional e por fim esse projeto como marco civilizatório.

A instalação do primeiro museu ocorre logo após a efetivação do Regimento do Instituto, ainda que vinculado da Seção de Antropologia. Não

negamos, porém, que a criação do primeiro museu do IJN já estava sendo gestada desde o pré-projeto do Instituto, destinado à Câmara, visto muitas das justificativas de Gilberto Freyre incluir a necessidade ou perceberem, quase que de modo simbiótico, o museu como extensão do IJN.

Como poderemos observar a partir de trecho extraído do discurso de Freyre na Câmara:

E claro que tal instituto deverá ter o seu museu de etnografia matuta e sertaneja, de arte popular, de indústria caseira. Mas só um indivíduo com a visão estreitamente acadêmica de que seria a ciência social, considerará inútil ou apenas divertida ou recreativa a reunião de semelhante material. Será obra de maior interesse científico e prático a de reunir-se, com critério científico, o material mais relacionado com a vida e com o trabalho das nossas populações regionais. (Freyre IN - Fundaj, 1981. p. 26)

Buscamos, desse modo, trazer para este tópico uma contextualização para o leitor, que pôde, a partir de uma visão geral da instalação do IJN, perceber algumas nuances da dimensão das ações do Instituto Joaquim Nabuco para a dinâmica das pesquisas sociais do Brasil e para a vida intelectual da Região Nordeste, através de suas propostas de interpretação regionais e integração inter-regionais. É claro que o discurso de integração nacional, como forma de estreitar as diferenças sociais e a má distribuição de recursos, é algo que faz parte do processo histórico brasileiro, e a Fundação Joaquim Nabuco faz parte dessa dinâmica.

Contudo, não vamos nos adentrar nas demais gestões, visto a densidade da documentação, para a qual não teríamos capacidade de análise aprofundada e sistemática. Assim, nosso recorte se detém, de forma mais emblemática, à implantação do IJN, e ao ponto em que tal implantação permite a consolidação da criação do Museu de Antropologia do Instituto.

Nesse contexto de implantação a conquista da sede própria caminhou junto ao avanço das parcerias internacionais do IJN, além de ter conquistado prestígio junto à sociedade local e a visibilidade nacional. É durante a gestão de Mauro Mota que se efetivou a instalação do IJN em sua sede própria no antigo bairro do Caldereiro, atual bairro de Casa Forte.

Ainda sob o comando de Mota, ocorre uma importante mudança administrativa: o Instituto foi elevado à condição de autarquia federal, foi criado um conselho diretor, que passou a ser responsável por aprovar a organização

financeira e administrativa da instituição. Assim, Mauro Mota é relocado para a posição de conselheiro e, em 1970, assume a direção executiva do, agora, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais Fernando Freyre, filho de Gilberto Freyre.

É durante a gestão de Fernando Freyre que as ações museológicas ganham mais relevo e intensidade na organização do IJNPS. São incorporados outros equipamentos museológicos, é organizado um novo regimento que permite a inclusão de um departamento de museologia, todas essas mudanças serão fundamentais para a análise da construção do pensamento museológico do IJNPS e para o mapeamento das atividades museológicas desenvolvidas no âmbito do Instituto.

1.2. Uma genealogia museológica: Museu de Antropologia, de Arte Popular e do Açúcar

Será possível Mapear um legado institucional através de sua genealogia? De certo, essa é uma indagação sem resposta absoluta; contudo, muitos dos discursos produzidos por uma instituição museológica são produzidos pela articulação de seus acervos, da expografia e dos sujeitos que fazem parte de um conjunto minucioso que organizará suas práticas e consolidará suas ações para a sociedade.

Se pudéssemos dar sentido mais humanizado às instituições, para além das representações materiais, de pedra e cal, poderíamos pensar que trajetória histórica elas percorreram. Perceberíamos, assim, como tais territórios, aparentemente amorfos, transitaram pelos tempos, pelas diferentes organizações político-sociais, como incorporaram valores sociais, como apontaram tendências, formaram opiniões, foram catalizadores de ideias.

Observamos *a priori* que poucos museus são possuidores de uma genealogia direta que o precede, pois é comum às instituições museológicas que sua criação seja realizada em atos únicos. Entretanto, com o Muhne foi diferente. No mito fundador institucional da Fundaj, o Museu do Homem do Nordeste foi constituído a partir da junção dos três museus anteriormente existentes no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais: o Museu de Antropologia, o Museu de Arte Popular e o Museu do Açúcar.

Se pudéssemos definir o Muhne em uma metáfora, a ideal seria aquela que coloca essa instituição como uma costura em que são alinhavados acervos, sujeitos, formas de expor, temáticas, cores e texturas pertencentes ou intimamente vinculados a cada um desses museus predecessores. Porém, antes de adentrar no resultado dessa costura, vamos pensar nas linhas, nas tramas, na história dessas três instituições distintas, para que assim possamos problematizar esse encontro e seu novo desenho em um único museu.

A primeira instituição que destacamos é o Museu de Antropologia, organizado por volta de 1964. Sob a orientação dos antropólogos René Ribeiro e Waldemar Valente, é coletada, desde 1959, uma série de objetos, em sua maioria advindos de coleções particulares, como as do próprio Freyre, que comporiam o acervo do MA (JUCÁ 1991).

É importante destacar que o Museu de Antropologia é instituído num momento de significativas mudanças institucionais. Na ocasião, ocupa a direção do Instituto Joaquim Nabuco o poeta pernambucano Mauro Mota, e é justamente o período em que ocorre uma reforma no campo da administração federal efetivada com a Lei Federal de nº 3.791, de 01 de agosto de 1960, resultado de um processo que transitava desde 1957, com o Projeto de Lei de nº 3.495, que, em seu primeiro artigo dispõe que:

O Instituto Joaquim Nabuco (IJN), criado pela Lei nº 770, de 21 de Agosto de 1949, alterada pela Lei nº 1.817, de 23 de Fevereiro de 1953, passa a ter personalidade jurídica e autonomia financeira e administrativa para realização de seus objetivos (Câmara Federal Lei nº 3.791, de 1º de agosto de 1960).

Esse contexto de mudanças em muito favorece o Instituto Joaquim Nabuco por promover o Instituto à condição de autarquia federal. Segundo o artigo 2º da legislação anteriormente citada, o Instituto Joaquim Nabuco passa a ser administrado por um Conselho Diretor²⁴ e por um Diretor Executivo, o que permite maior autonomia administrativa ao IJNPS. A instituição também adquire um orçamento anual próprio, ainda que vinculada ao Ministério da Educação.

²⁴ Lei nº 3.495-A, 1957. "Art. 2º. O IJN será administrado por um Conselho Diretor, composto de cinco membros, escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação, que se dedique a estudos e pesquisas científicas de natureza social, e por um Diretor Executivo a quem o Conselho delegará poderes, conforme estabelecer o Regimento do Instituto."

É delegado ao Conselho que se formará, além da administração do IJN, a construção do primeiro regimento para a instituição. Em seu artigo 5º, a legislação já aprovada expõe com clareza tal missão: “O Conselho Diretor elaborará o regimento do Instituto”. Esse novo regimento será aprovado apenas em 1974, é ele que modificará significativamente a atuação dos museus do IJN; situação que abordaremos com mais profundidade no capítulo seguinte. Em 1961, também é levado à Câmara dos Deputados o projeto que altera a denominação IJN, com a Lei nº 4.209, de 09 de fevereiro de 1961, ele passa a ser denominado Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

Assim, o Museu de Antropologia funcionou de 1964 a 1971, sob a direção e organização direta do Departamento de Antropologia, situação que se modifica a partir do ano de 1972, com a criação do Departamento de Museologia (Demu) no Regimento do Interno e sua inserção no organograma do IJNPS.

Contudo, isso não significa afirmar que as ações museológicas só ocorram com a efetivação do Demu, visto que já existe a atuação museológica forte no Instituto, Jucá (1991, pág. 116) afirma que “[...] significativa parte do acervo antropológico coligido pelos pesquisadores da Casa, veio de coleções particulares”. Essas práticas colecionistas, que permitiram parte da composição do acervo do M.A, do IJNPS; revelam que:

[...] as práticas de colecionamento têm papel constitutivo no processo de formação de determinadas subjetividades individuais e coletivas. [...] modernas práticas de colecionamento estão no centro dos processos de transformação dos chamados “artefatos tribais” em “curiosidades” (como eram classificados no século XIX), e posteriormente sua reclassificação como objetos etnográficos. [...] Nessa transformação, são atualizadas estratégias epistemológicas, valores estéticos e políticos [...]. Assim, coleciona-se o que vem a ser classificado como “tradicional”, “autêntico”, deixando-se de lado o que há de híbrido, ou histórico num sentido atual e emergente (GONÇAVES, 2007, pág. 48).

O que nos indica que, na natureza dessa organização, há um anseio pelas expressões etnográficas dos povos “constituidores” da identidade nacional, fortemente influenciado pela teoria das três raças (negra, branca e indígena) comum na mentalidade e no discurso histórico da época, sobretudo quando da influência teórica do próprio Freyre. Essa condição não se difere de uma tendência existencial de boa parte dos museus brasileiros, que possuíam

como finalidade, em grande parte, a atuação na formação do sujeito sobre a história nacional. Em texto clássico Ulpiano (1993, pág. 213) alerta:

O museu de horizontes nacionais é o que maior risco corre, em particular por sua necessidade de dar conta de uma suposta totalidade, a nação. Ocorre, assim, comumente, que ele passe a privilegiar o estereótipo (ver DUNDES 1983:250ss.), por sua capacidade de expressar a quintessência do típico: roupas, alimentos, armas, utensílios, objetos domésticos, de aparato e cerimoniais, equipamentos, imagens e situações, tudo se organiza disciplinadamente, e a diversidade apenas dá mais cor ao núcleo estável da identidade nacional. Por já ter existido no passado, esta deve continuar indefinidamente sua existência. Nos museus históricos, tal perspectiva obriga sínteses já discutíveis como forma de conhecimento histórico (“História Nacional...”) e cujo resultado, muitas vezes, equivale ao de enciclopédias ilustradas que dão ordem, forma e sentido a um universo caótico e trepidante de contradições [...].

Nesse momento ainda inicial, a visão museológica dessa instituição estava muito mais voltada à captação de acervos denominados significativos que estavam por se perder. O que, inclusive, apontava para uma tendência do que era o pensamento museológico e preservacionista brasileiro na época. Voltado para um movimento de salvaguarda do passado que estava por se perder. É o sentimento que Gonçalves (1996) concebera a partir do conceito de “retórica da perda”.

É no início da década de 1970 que o Museu de Antropologia do Instituto Joaquim Nabuco está em plena atividade. Como aponta o relatório de 1971, foram realizadas diversas exposições, além do acréscimo significativo do acervo da instituição, como podemos observar no trecho a seguir:

Foram realizadas quatro exposições: a) *Maracatu Elefante*, de fevereiro a agosto; b) *Ex-votos*, de agosto a novembro; inaugurada por ocasião da *Semana do Folclore*; c) *A República através de Rótulos de Cigarros*, de novembro a dezembro; em comemoração aos festejos de 15 de novembro, d) *Arte Sacra Popular*, em dezembro, no período das festas natalinas. (IJNPS, 1971, pág. 42).

Esse relato, além de buscar demonstrar o volume das ações realizadas pela instituição com o intuito de dar visibilidade às atividades realizadas pelo MA revela que o circuito expográfico caminhava em consonância com a eventologia nacional, acompanhando as principais datas cívicas brasileiras e festividades religiosas.

Essa era uma tendência das instituições públicas, sobretudo quando associadas às ações pedagógicas. Escolas e museus ainda nesse período caminhavam juntos em torno da educação cívica do público.

No acervo colhido em muitas das ações e pesquisas de campo organizadas pelo IJN, durante as incursões às tribos indígenas da região, objetos e coleções considerados importantes são captados ainda nessa ocasião, como é o caso do acervo do Maracatu Nação Elefante, que é o retrato da ênfase dada, pelos antropólogos Waldemar Valente e René Ribeiro, às “manifestações” de ritos e cultos afro-indígenas, o que corrobora com a afirmação de Gonçalves (2007, pág. 45), ao considerar que

Essas coleções e museu poderiam também ser entendidos como uma espécie de “prolongamento do campo”, a desempenhar um papel importante na formação dos etnólogos [entretanto, o que se coloca de modo mais contundente é o fato de que] não se questiona o papel desempenhado por essas instituições na construção de determinada forma de representação do outro.

Fazendo uma leitura do processo de pesquisas, aquisição, catalogação, o Museu de Antropologia do IJNPS parecia buscar e expor, através do acervo, as origens da Região, que se confundiam com a mítica construída em torno da própria origem da nação. Além desse acervo etnográfico, se assim podemos classificá-lo, há citações do acervo trazido pelo próprio Gilberto Freyre. São coleções de materiais de construção em geral, tijolos, pregos, ferramentas, material recolhido pelo mesmo desde a juventude.

O núcleo de estudos antropológicos do então Instituto, que deu origem ao Departamento de Antropologia [no qual iniciaram, ainda que em caráter embrionário e autodidata, as primeiras ações museológicas de classificação e catalogação de acervo] assumiu a tarefa de reunir, pesquisar e organizar o rico acervo que, mais tarde, por volta de 1964, veio a formar o Museu de Antropologia do IJNPS (JUCÁ, 1991, p. 115).

Não podemos deixar de citar as doações de acervos como as dos *Rótulos de Cachaças*, uma coleção de ex-votos, além dos 1.300 rótulos de cigarro. Visto a diminuta verba, poucas serão as ocasiões em que a instituição poderá contar com orçamento próprio para a aquisição do acervo, e, ao lado da questão da conservação e exposição, o fator visibilidade foi um elemento fundamental ao discurso institucional presente nos relatórios de gestão.

O acervo deste Museu foi aumentado de 41 peças adquiridas através de compras e doações. Dentre as peças adquiridas, destacam-se as da coleção de luminária popular de Graziela Peregrino. Durante o corrente ano, o Museu registrou cerca de 1.088 visitantes, superando em número os nos anteriores. (IJNPS, 1971, p., 42).

O relatório do ano de 1971 ainda revela outra característica importante dos Museus do Instituto Joaquim Nabuco: sua atuação externa junto às demais instituições museológicas do Nordeste, condição que trataremos mais à frente, quando citarmos a atuação do Departamento de Museologia e suas ações de inserção no contexto regional.

De modo geral, é visível que a maioria dos objetos que compunham as coleções do MA não eram possuídos, na época, de um grande valor *financeiro*, mas eram, sobretudo, representativas quanto ao olhar desses indivíduos (antropólogos, pesquisadores e sociólogos) do cotidiano regional, referências às experiências de sujeitos comuns.

Esse será um argumento que permeia toda concepção do Museu, a ideia de uma instituição museológica que retrata o cotidiano. Que expõe objetos familiares, de uso corriqueiro e popular. Em que seu acervo poderia ser a extensão do que existe nas feiras, nos mercados, no cotidiano daqueles que vivem na região.

Assim, o Museu Antropológico, ao conferir *status* de autenticidade e legitimidade a artefatos identificados como possuídos de um valor, ou representantes de uma história regional, outorga-os e classifica-os como objetos de “tradição”, garantindo-lhes a ideia de uma essência e uma continuidade no tempo:

Nesses processos, está presente uma determinada noção de temporalidade na qual a história é vista como um processo incontrolável da destruição, devendo as “culturas”, as “tradições”, serem “resgatadas”, “preservadas”, especialmente através do colecionamento e da exposição de seus objetos” (CLIFFORD apud GONÇALVES, 2007, pp. 48–49).

Essa orientação que perpassa a escolha desses itens que compõe o acervo do MA é fundamental para compreender o caráter de familiaridade dado ao acervo, um caráter de apropriação empática da cultura, não classificatória de uma origem erudita ou popular no geral, mas uma valorização, por vezes, exacerbada, do comum, daquilo que é considerado típico e característico.

Essa característica se evidencia na fala de Freyre (1984) apud Heitor (2013) ao afirmar que “Um museu bem orientado acentua, repita-se, enfatize-se, — é o que proporciona de modo sintético, aos visitantes uma sensação de ver, apalpando, como que tocando com as mãos, o que lhe é apresentado”.

Assim, para a autora é possível Mapear:

[...] duas possibilidades de leitura em torno do conceito de empatia relacionado à imaginação museal freyreana: **a empatia para**, que lemos a partir das estratégias desde onde a cultura material é elaborada, exposta, comunicada e interpretada, a fim de criar relações societárias; e a empatia por que consiste no processo de afetação do visitante/observador perante a realidade que o museu apresenta (HEITOR, 2013, p. 17 – Artigo).

A perspectiva de Gleyce Kelly Heitor (2013) é importante para reconhecer as nuances, a profundidade e a atualidade dos escritos de Freyre e sua concepção em torno da instituição museológica. Contudo, nos debruçamos também a pensar o modo como tais discursos se materializam através das práticas museográficas e museológicas realizadas no âmbito dos museus (Antropologia, de Arte Popular e do Açúcar) do IJN/IJNPS e Muhne.

Nesse sentido, é importante destacar que as coleções e os objetos materiais não podem ser vistos como que concebidos em ambientes autônomos, alheios aos processos históricos, culturais, políticos e econômicos que os construíram. (GONÇALVES, 2007).

Desse modo, se faz mister perceber os processos e os sujeitos pertencentes a esse contexto de instalação dos museus do IJNPS. Assim, outro ponto crucial para a construção genealógica do Muhne é o momento em que há a incorporação do Museu de Arte Popular (MAP) de Pernambuco pelo então Instituto Joaquim Nabuco, no ano de 1966.

Percebemos que a vinda do MAP será celebrada internamente no IJNPS, visto duas situações: a primeira por ser percebida como uma ação de resgate de uma instituição que passará 10 anos fechada ao público e esquecida pela administração estadual; a segunda por possuir um acervo de arte popular que conseguiu, ainda nos seus primeiros anos de reinauguração, captar um quantitativo de público e visibilidade popular que o Museu de Antropologia não conseguia capturar, visto o próprio desconhecimento da

sociedade em relação à ciência antropológica e à localização estratégica do Museu de Arte Popular no Horto de Dois Irmãos.

O Museu de Arte Popular resultante de um convênio entre a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco e este Instituto, realizou durante 1971, exposições de caráter didático visando uma maior penetração no meio da comunidade, como a de Cerâmica Popular (janeiro-março); a de Quadros de Bajado (abril-junho), pintor popular da cidade de Olinda; a de artesanato religioso (julho-setembro); e a de Brinquedos Populares (outubro-dezembro), registrando 4.830 visitantes (IJNPS, 1971, p. 42).

Até o início dos anos de 1970, é válido destacar que os ordenamentos em torno das atividades museológicas, museográficas e de conservação eram organizados no âmbito do Departamento de Antropologia. A documentação do período, imediatamente anterior, em geral se restringe aos Boletins Informativos do IJN, que apresentam de modo lacunar as informações e os dados mais detalhados sobre o MAP.

Entretanto, o que parece ser consenso entre os contemporâneos do MAP, no IJN é a percepção da importância à representatividade do acervo de “arte popular”, no geral pertencentes a artistas nordestinos consagrados. Segundo Araújo (2014, p. 44).

O acervo era composto de preciosas obras de ceramistas populares como Vitalino, Zé Caboclo, Faustino, Severino de Tracunhaém, Porfírio, brinquedos populares e uma coleção de ex-votos proveniente da Igreja Santa Quitéria⁷⁵, santuário situado no município de São João, próximo a Garanhuns, Pernambuco, entre outras peças não menos importantes para o patrimônio da Região. Após a criação do Departamento de Museologia em 1972, do acervo foi transferido para a sede o IJNPS, vinculando-se ao Departamento.

Nesse mesmo período, vemos também uma mobilização em torno da criação do Museu Joaquim Nabuco. É no ano de 1974, em comemoração aos 25 anos do IJNPS, que se cria um equipamento de caráter memorialista com o objetivo de homenagear e expor a trajetória do abolicionista e patrono que nomeia o Instituto. Mas foi a indexação do Museu do Açúcar, em 1978, um dos maiores marcos para o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

O Museu do Açúcar, pertencente ao Instituto do Açúcar e do Alcool, era uma voluptuosa instituição museológica, tanto por sua organização quanto por seu acervo e sua exposição. Criado pela Resolução 1.745, de 03 de agosto de

1960, pela Comissão Executiva do Instituto do açúcar e do álcool²⁵, teve sua primeira exposição apresentada na sede do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), na cidade do Rio de Janeiro. Todavia foi sumariamente transferido para a cidade do Recife, onde, no ano de 1963, teve concretizada em definitivo a inauguração da exposição *O Açúcar e o Homem*, organizada pelo artista plástico e museólogo Aloísio Magalhães e pelo arquiteto Armando Holanda.

A transferência do Museu para o Recife era o retrato dos confrontos em torno de representatividade e visibilidade regional no cenário nacional, como podemos perceber a partir do relato de Virginia Barros, servidora do IAA, que, por duas ocasiões, esteve à frente da direção do Museu do Açúcar, inclusive durante a incorporação dessa instituição pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, e sua posterior indexação aos equipamentos museológicos dessa instituição, e seguinte conjunção estruturada a partir da configuração do Museu do Homem do Nordeste.

Antes de tudo, o Museu do Açúcar era um museu único no mundo; existia o Instituto do Açúcar na Alemanha, mas Museu do Açúcar com características como foi criado, só existia no Recife. Quando esse museu surgiu, de uma ideia de Dr. Gil Maranhão, contou com o apoio de Gomes Maranhão para que o museu fosse edificado no Recife, *porque a luta que ele encontrou no Sul foi muito grande.* (Nascimento, Angela e Camarão, Carla. *Transcrição de entrevista colhida com Virgínia Barros e Silva Alves dos Santos. Em 25 de Agosto de 1988. Disponível no setor de História Oral, Cehibra. Fundaj*)

O Museu do Açúcar teve um caráter diferenciado em relação ao Museu de Arte Popular, por ser, sobretudo, uma instituição bastante sofisticada em relação ao MAP e ao próprio Museu de Antropologia do IJNPS. Já existia, na organização institucional do Museu do Açúcar, desde 1963, um departamento de Museologia, além de possuir, no seu corpo funcional, profissionais renomados, como é o caso de Aloísio Magalhães, artista com formação em Museologia no exterior, com uma carreira já solidificada, diferentemente do grupo de museólogos que seriam lotados no IJNPS, que ainda estavam por concluir seus cursos no Rio de Janeiro.

²⁵ Fonte: Catálogo Museu do Açúcar, 1969.

Não se trata de uma valorização demagógica e provinciana de uma formação no exterior, pois Aloísio Magalhães é, até os dias atuais, um importante sujeito histórico quando é problematizada a historicidade das práticas patrimonialistas e museológicas no Brasil. Além desse ponto, outros elementos mais sutis revelam a força do Museu do Açúcar, tal como a disposição de maiores recursos para a compra de acervo, além da organização de uma edificação própria para o abrigo do Museu. Esses são fatores consideráveis para uma época em que se propunha dinâmica de administração pública mais moderna. E o Museu do Açúcar do IAA significava essa vanguarda.

Em sua dissertação, Araújo (2014, p. 38) afirma: “A incorporação do Museu do Açúcar ao IJNPS começou a ser costura em meados do ano de 1972”. Essa assertiva é feita a partir da análise de correspondências das quais não tivemos acesso, mas é indicativa de um movimento de ampliação das atividades realizadas pelo Instituto e da atuação e do prestígio de seu fundador Gilberto Freyre. Ainda segunda à autora (IDEM, 2014, p. 38),

Em carta manuscrita enviada a Freyre, datada de 25 de setembro de 1972, Tavares Carmo [general que ocupava a presidência do IAA] acusa o recebimento de correspondência enviada por Freyre cujo teor, pelo que se apreende, é a **intenção do IJNPS em incorporar o Museu do Açúcar. No ofício enviado ao general, Gilberto ratifica a exposição de motivos para que o Museu seja incorporado ao IJNPS.** Tavares Carmo afirma ser o assunto “[...] merecedor de minha melhor atenção”, que **ambas as Instituições têm muito a lucrar com o convênio “[...] ressaltados, como é óbvio, os interesses dos nossos atuais funcionários e o patrimônio físico do IAA”, solicita um tempo para fazer “sondagens e preparar o terreno” [...], afirmando que “[...] seria ótimo se tudo puder passar sem queixas e ressentimentos.”** [o mesmo ainda solicita que] “E, é só por isso, que peço ainda que mantenha meu entendimento resguardos de qualquer divulgação até que seja oportuno fazê-lo” (Grifos nossos).

Contudo, essa transição não conseguiu se efetivar sem traumas. Em 09 de setembro de 1975, é publicado no jornal *O Estado de São Paulo* uma nota denominada: *Museu Gera Polêmica no Recife: A Sucursal do Recife*, em que são expostos os argumentos do historiador Fernando da Cruz Gouveia, citado no jornal com *status* de fundador, mas que ocupou o cargo ainda como primeiro diretor do Museu do Açúcar. Como pontos de rejeição e desconfiança quanto à incorporação do Museu do Açúcar pelo Instituto, o artigo cita que:

Para o historiador, assim como para outros intelectuais pernambucanos que em junho enviaram memorial ao ministro Severo Gomes da Indústria e Comércio — o Museu do Açúcar, com um acervo considerado valiosíssimo, corre o perigo de “[...] desaparecer como instituição, diluindo-se no Departamento de Museologia do IJNPS”.

Esse movimento de negativa à incorporação do Museu do Açúcar pelo Instituto ganha força quando a divulgação do documento supracitado ganha visibilidade nos jornais de grande circulação, como é o caso da matéria publicada sobre o tema, pelo *Jornal do Brasil*, na edição do dia 10 de setembro de 1975 (ARAÚJO, 2014). Esse documento busca ressaltar a excepcionalidade do Museu do açúcar e denunciar uma possível descaracterização da instituição com o processo de indexação ao IJNPS.

Ao que parece, a disputa ganhou uma proporção bastante significativa, inclusive pela negativa do antigo diretor do Museu do Açúcar em permanecer no cargo, na ocasião de incorporação pelo Instituto. Como nos revela a fala de Virginia Barros (1988):

Em 1977, mais ou menos, quem era o diretor do Museu do Açúcar era Dr. Luiz da Rosa Oiticica, que era um procurador aposentado do IAA. Quando ele soube da transferência do Museu para a Fundação Joaquim Nabuco [na época ainda Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais], ele não quis mais continuar; então, foi se verificando dentro do quadro um pessoal com nível universitário e com uma função mais ou menos para preencher a direção, e então eu fiquei. Primeiro, foi Lúcia Cisneiros quem ficou durante uns 3 meses; depois, ela saiu, não quis mais, e eu fiquei até a transferência.

O mal-estar gerado pela transferência teve repercussões internas e externas. Como estratégias para acalmar os ânimos, alguns grupos da sociedade civil organizada declaram apoio à transferência, como é o caso, sobretudo, das entidades ligadas ao universo açucareiro, como a Associação dos Fornecedores de Cana, o Clube dos Diretores Lojistas e a Associação Comercial de Pernambuco. (ARAÚJO, 2014).

Ainda como forma de acalmar os ânimos da intelectualidade local — e melhorar a imagem do Instituto, colocando essa incorporação como uma parceria interinstitucional positiva, e não como uma ação de favorecimento unilateral ao IJNPS —, em 20 de outubro de 1975, é publicado um discurso em

que o escritor paraibano Ariano Suassuna tece uma série de elogios à figura de Gil Maranhão.

A figura de Gil Maranhão em seguida, será tomado como homenageada do Instituto, convidado inclusive a nomear um dos edifícios da instituição — o prédio Gil Maranhão, localizado até os dias atuais no *campus* de Casa Forte, da Fundação Joaquim Nabuco.

Antes de mais nada, permito-me explicar os motivos de minha presença aqui hoje. Tive a honra de ser convidado, por aquela grande figura humana que foi Gil Maranhão para integrar o primeiro Conselho deste Museu do Açúcar, aquele que, por assim dizer, assistiu ao nascimento desta entidade, hoje conhecida e respeitada nacionalmente.

[...] Assim, quando, há pouco, os jornais noticiaram que o Museu do Açúcar passaria a fazer parte do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, vali-me dos laços afetivos e de parentesco que me ligam a Fernando Freyre para procurá-lo e dizer-lhe que, a meu ver, era chegado o momento de se prestar, no Museu, uma homenagem a Gil Maranhão. Fernando Freyre, para alegria minha, disse-me que essa era já sua intenção e revelou-se, mesmo, qual a linha em que planejara essa homenagem.

[...] Nada mais justo, portanto, do que essa homenagem que todos nós prestamos, hoje, aqui, e que, em breve, será repetida numa dimensão mais ampla. Sim, porque — agora já posso dizê-lo — o que Fernando Freyre foi me comunicar naquela noite, em minha casa, foi que a intenção do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais é dar, não a uma simples dependência, mas a todo prédio onde funciona o Museu do Açúcar, o nome daquela excepcional figura de homem público que foi Gil Maranhão, a quem tributamos todos o nosso respeito, a nossa admiração e a nossa saudade (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20 de outubro de 1975).

O discurso de Ariano Suassuna convoca aqueles que tinham vínculos de amizade e afeto à figura de Gil Maranhão, idealizador do Museu do Açúcar, a abraçarem a transferência da instituição para o IJNPS. Esse mesmo discurso e o apoio das entidades civis ligadas ao ambiente açucareiro consagram e colocam em xeque os movimentos de rejeição e protesto em torno da indexação do Museu do Açúcar, que passa a incorporar o IJNPS no ano de 1978. São transferidos a edificação, todo o acervo e três funcionários. Dentre eles, Virginia Barros, como já citado, ocupará a direção do Museu na ocasião da transferência.

Mas o que era temor dos intelectuais e ex-funcionários do Museu do Açúcar terminou por se concretizar. O Museu transferido não se manteve em funcionamento nem por 1 ano. No dia 21 de julho de 1979, é criado o Museu do Homem do Nordeste, como resultado da junção dos três museus pertencentes ao IJNPS — desta primeira exposição trataremos com mais detalhes no capítulo a seguir.

Contudo, traçar essa genealogia em torno da criação do Museu do Homem do Nordeste (Muhne), esse processo que se apresenta nos discursos da Fundação Joaquim Nabuco, não é apenas apresentar o resultado da fusão de três outros museus anteriormente existentes.

Fazer referência a essas três instituições e ao modo como seus acervos e exposições nos permitem realizar uma genealogia museológica, incomum a maioria dos museus, é esclarecer a complexidade do processo histórico no qual não só as instituições, mas os sujeitos e suas ações no mundo se organizaram, dotando de sentido, não práticas históricas quaisquer, mas a construção de formas de dizer sobre um dado fato histórico em busca das continuidades e permanências dessa conjuntura histórica.

Ainda sobre as condições dessa composição museológica que deu origem ao Muhne, a fala do museólogo Aécio de Oliveira, em entrevista concedida à pesquisadora Joselice Jucá, em 1989, é esclarecedora:

Então nós temos uma dificuldade de lidar com três módulos que era o de Arte Popular, o de Antropologia e do Açúcar em prédios diferentes, e ficava também difícil para a própria visitação, visitar um, depois visitar outro e outro. É aí que vem a ideia, surgiu a ideia de se transformar o Museu do Açúcar com os acervos dos outros dois museus em um Museu do Homem do Nordeste. Isso nós já tínhamos visto, descoberto um artigo de Gilberto Freyre que ele escreve no dia 13 de junho de 1926 sobre como deveria ser um museu para Pernambuco. (JUCÁ, 1989. Transcrição de Entrevista a Aécio de Oliveira. Projeto: 40 anos do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Setor de História Oral. Fundaj)

É a partir dessa organização que é criado o Museu do Homem do Nordeste, que é tipologicamente um museu antropológico. Contudo, é genealogicamente um híbrido de museu de história e ciências sociais. É a partir do legado dos acervos dos três museus, o de Antropologia, o de Arte Popular e do Açúcar, das experiências humanas e das visões de mundo construídas

pelos sujeitos que fizeram parte dessas instituições precursoras que se desenha em linhas gerais a história e a cultura do Homem do Nordeste acunhada e exposta pelo Muhne.

É imprescindível que, ao tratar da Região Nordeste, sobretudo quanto à sua história e cultura, que se observem as brilhantes análises produzidas pelo historiador Durval Muniz²⁶. Visto isso, assim como ele, acreditamos que a Região foi organizada discursivamente e imagetivamente no cenário nacional a partir de processos históricos ocorridos entre os anos finais do século XIX e início do XX e teve Gilberto Freyre, mas não apenas ele, como um dos principais contribuintes na formulação da noção de Região Nordeste que hoje possuímos.

Desse modo, nosso trabalho não se propõe a questionar tal construção, mas busca, sim, perceber de que maneira o Museu do Homem do Nordeste foi, a seu tempo, uma instituição que concomitantemente contribuiu para a tessitura do discurso regional determinando ícones, ou corpo de imagens, imagéticas do regional, elaborados no interior dos espaços de sociabilidade local.

Isso se deu de modo que a produção do conceito de *regional* atendeu a uma demanda de visibilidade de uma época, e como tal produto não é unilateral, a elaboração do conceito de Nordeste e de *povonordestino* foi apropriada a partir de várias formas de dizer, do discurso da seca e pobreza ao *upto date* discurso da cultura pós-capital, da economia criativa.

Assim, o Museu do Homem do Nordeste expõe e legitima formas de Nordeste, elenca acervos, reconstitui momentos históricos, cria ambiências, produz cenários e representações. É um *entre-lugar*, localizado entre o real, o ficcional e o histórico. Assim como os demais museus e bibliotecas, é de natureza heterotópica, e, para Foucault (1967, pág. 07), os museus são heteretopias cumulativas de tempo, “[...] em que o tempo não para de se acumular e se empilhar sobre si próprio”.

²⁶ Ver: Albuquerque Júnior, Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes* (2011); Idem. *A Feira dos Mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920–1950)* (2013).

O museu é, portanto, uma poderosa construção sógnica que se constitui e institui a partir de percepções identitárias, utilizando os jogos de memória e se expressando sob as mais diferentes formas no tempo e no espaço. [...] Mais que representações, o Museu será, portanto, criador de sentidos, na relação: os sentidos que percolam essas sensações, atos e experiências. E é desses sentidos que o Museu constrói o seu discurso, veiculado para a sociedade essencialmente através da exposição. Importa, portanto, identificar e analisar, através dessas relações, o que o Museu representa, como representa e sobre que estratégias se fundamenta o discurso que elabora via exposição (SCHEINER, 2003, pp. 1–6).

Nesse sentido, construir ou buscar a genealogia do Museu e seus sujeitos históricos é primeiramente situá-los nos processos históricos dos quais fazem parte. Em segundo lugar, é desnaturalizar o discurso museológico, que não reconstitui o passado, mas atua num jogo de luz e sombra e produz formas de dizer e legibilidade a um dado discurso. E, por fim, acreditamos que essas condições não eliminam o valor da instituição museológica para a sociedade contemporânea, mas implicam numa mudança significativa na sua condição de templo, lugar de sacralização e de constituição de um poder de memória. Como afirma Ulpiano (2000, p. 93):

Assim, convém ter presente que a memória não pode ser objeto de “resgate”, pois ela não deve ser confundida com os suportes pelos quais indivíduos, grupos e sociedades constroem e continuamente reconstróem (sempre em função das necessidades impostas pelas situações) uma autoimagem de estabilidade e permanência. Trata-se de um processo, historicamente mutável, de um trabalho, e não de uma coisa objetivada ou de um pacote fechado de recordações. Além disso, mais que mecanismos de registro e retenção, depósito de informações, conhecimento e experiências, a memória é um mecanismo de esquecimento programado.

São com esses desafios em mente que produzimos esta análise, cuja problemática se detém a reflexão sobre as instâncias interpretativas e construtivas que teceram valores, formas e sentidos hoje apropriados coletivamente, como signos representativos da “identidade cultural nordestina”.

2. Capítulo - Departamento de Museologia do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais

Historicizar o Departamento de Museologia (Demu) é fundamental para a compreensão de como se organizaram, no âmbito do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, as exposições dos equipamentos museais e como tais práticas, posteriormente, subsidiaram a produção dos argumentos expositivos apresentados a partir da instauração do Museu do Homem do Nordeste e suas exposições.

Desse modo, este capítulo trata de dois eixos fundamentais para a análise dessas práticas e a historicização dessa instituição. O primeiro eixo busca perceber e identificar as práticas museográficas realizadas pelo Demu enquanto órgão do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

Essa percepção torna possível identificar uma genealogia dos discursos produzidos pelos museus e pela historiografia, no sentido de que, para a museologia assim como na operação historiográfica os discursos partem de um lugar social e o que implica pensar em uma dada condição de autoria.

Assim, partindo de tais premissas poderemos realizar o exercício de transpor para à análise a perspectiva de que na museologia, tal qual para a história “[...] tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos [...] Essa nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos” (CERTEAU, 2007, p. 79).

O segundo eixo se debruça na percepção do Departamento de Museologia a partir dos seus atores, utilizando para isso a problematização acerca da condição de autoria nos processos de produção das exposições museológicas. Assim, quando pensamos na produção das exposições, devemos ter em mente a operação museológica que dá sentido aos objetos e bens culturais através da coleta, aquisição e montagem das exposições.

Desse modo, optamos metodologicamente, tal qual Michel de Certeau (2007) ao tratar da operação historiográfica, por analisar, analogamente, as

práticas museológicas através dos postulados concernentes às práticas da escrita da história.

2.1 A construção de uma ciência museológica local

É no início dos anos 1970 que ocorre uma das principais reformas administrativas no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS). Nesse momento, a instituição é presidida²⁷ por Fernando de Mello Freyre, filho de Gilberto Freyre, esse último passa a atuar como membro do colegiado da casa, no chamado Conselho Diretor (Condi), órgão da instituição que autorizava e fiscalizava todas as ações e recursos destinados ao Instituto.

A reforma institucional legitima um novo regimento e amplia órgãos dentro da estrutura administrativa do IJNPS. É a partir desse documento, escrito em 1971 e aprovado em 1974, com a publicação da Portaria nº 310, de 31 de maio de 1974, que o Departamento de Museologia passa a aparecer nos documentos e nas redações institucionais.

É relevante destacar o significado, para o período, da conquista de um lugar no organograma institucional, essa posição teve implicações para a organização de práticas museológicas mais autônomas, aliadas à possibilidade de aglutinação de profissionais da área, além da utilização de uma nomenclatura própria, da linguagem do campo da museologia.

Contudo, o Regimento de 1971 não inaugura as práticas museológicas e museográficas do Instituto Joaquim Nabuco (IJN). Como vimos no capítulo anterior essas já eram realizadas no âmbito do Museu de Antropologia como parte das atividades realizadas pela Seção de Antropologia, como podemos perceber:

O núcleo de estudos antropológicos do então Instituto, que deu origem ao Departamento de Antropologia, assumiu a tarefa de reunir, pesquisar e organizar o rico acervo que, mais tarde, por volta de 1964, veio a formar o Museu de Antropologia do IJNPS. Os pesquisadores envolvidos nessa tarefa, desde 1959, foram René Ribeiro e Waldemar Valente [...] Significativa parte do acervo antropológico coligido pelos pesquisadores da Casa veio de coleções particulares (JUCÁ, 1989, pp. 90–91).

²⁷As atribuições do presidente do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais atendem a uma demanda administrativa. Contudo, tal atividade encontrava-se subordinada às decisões do Conselho Diretor, que teve como presidente do órgão Gilberto Freyre, até a data de seu falecimento, e que convocava alternância dos membros a cada 3 anos; esses cargos são denominados *cargos de confiança* e são ocupados por sujeitos indicados a partir de decisões diretas do ministro da Educação e/ou do presidente da República.

Ou, como nos revelam os relatos abaixo, que citam a aquisição de acervo para a reposição do mobiliário da primeira sede própria do Instituto, na segunda metade da década de 1950:

A casa estava vazia, necessitando de receber mobiliário adequado à sua nobreza de casarão do século XIX. Foram adquiridas 19 peças de mogno que haviam pertencido ao Barão da Soledade, aquisição feita sem despesas para o Instituto, graças à mediação de Odilon Ribeiro Coutinho; e a mobília de jacarandá composta por sofá, cadeiras, consoles, mesa de centro com mármore que pertencera ao antigo governador Júlio Belo, do Engenho Queimadas. [...] Houve como que uma caça aos antiquários empreendida por Abelardo Rodrigues e Aécio de Oliveira, que ainda hoje se recorda das dificuldades para a reposição do mobiliário, particularmente dos lampiões externos da casa: **“Aqueles lampiões de fora, aquilo não existia aqui, porque, quando da Revolução — me parece que de 30 ou 35 —, houve um saque na casa e levaram as estátuas de louça, levaram todas as coisas, inclusive os vidros de cristal da Boêmia foram quebrados e alguns retirados; restam poucos, e nós não pudemos nunca repor”** (OLIVEIRA, apud JUCA, 1989, p. 90. Grifos nossos).

O que muda com o Regimento de 1971 é a identificação atribuída às ações museológicas, que passam a ganhar corpo e reconhecimento institucional. Esse documento passa a definir as atividades não só do Departamento de Museologia, mas cria duas outras divisões dentro desse mesmo setor, sendo eles o Serviço de Museografia e Pesquisa Museológica e a Coordenação de Museus; que, inclusive, já se caracterizavam por trazer um vocabulário especializado no campo da museologia.

A publicação e a autorização desse documento legitimaram as ações museológicas já praticadas no âmbito do antigo Instituto Joaquim Nabuco e deram um caráter profissional a tal atividade. As duas subdivisões atreladas hierarquicamente ao Demu eram responsáveis, respectivamente, pela organização e montagem das exposições, pela pesquisa, aquisição e conservação do acervo; além da administração e coordenação das ações realizadas pelos museus do IJNPS.

São eles, no período, o Museu de Antropologia (MA); o Museu de Arte Popular de Pernambuco (MAP); o Museu Joaquim Nabuco (MJN); e, na primeira metade da década de 1970, o Museu do Açúcar. Além do Museu

Joaquim Nabuco e da Galeria Massangana, que passam a ser citados nos *Relatórios de Gestão*²⁸ a partir do ano de 1973.

No *Artigo 30* do novo regimento, publicado em 1974, ao qual tivemos acesso a partir da publicação *30 Anos do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*²⁹, de 1981, podemos identificar a designação das ações e obrigações do Departamento de Museologia para, a partir daí, ter um panorama mais abrangente em torno das competências desse setor no IJNPS, sendo elas:

I – Coligir, ordenar, pesquisar, classificar, conservar, guardar e divulgar o acervo museológico do IJNPS, bem como objetos fruto de doação ao mesmo Instituto.

II – Promover exposições periódicas e eventuais, dentro do IJNPS ou fora dele, ressalvada, na segunda hipótese, a necessidade de autorização expressa, prévia e por escrito, do diretor executivo.

III – Encaminhar ao diretor executivo, devidamente informadas, propostas de aquisição de material considerado de utilidade ao acervo do Departamento.

IV – Prestar serviços de assessoria técnica a organismos regionais detentores de acervo museológico mediante assinatura de termos de ajustes, do convênio ou de contratos entre os referidos órgãos e o IJNPS.

V – Encaminhar, ao diretor executivo, relatório anual de atividades.

VI – Coletar material necessário aos estudos dos demais Departamentos.

O item “II” do documento supracitado registra o papel do Demu com relação à promoção de exposições, e tais atividades foram observadas a partir dos registros citados nos *Relatórios de Gestão*, além das publicações em periódicos e catálogos dessas exposições, quando acessíveis.

²⁸ Os *Relatórios de Gestão* foram documentos publicados anualmente durante a gestão de Fernando Freyre, entre nos anos 1970 e 2002. Esse vasto e rico acervo documental nos permitiu ter uma visão geral das ações realizadas pelo Instituto Joaquim Nabuco, a partir da fala institucional. Esses documentos foram largamente utilizados durante a pesquisa, além de terem sido cruzados com outras fontes, como as produções historiográficas, com as fontes orais, entrevistas cedidas e/ou anteriormente publicadas com os relatos de funcionários e ex-funcionários da Instituição, as publicações em periódicos e jornais, os catálogos das exposições, os documentos institucionais, comunicação interna e externa, projetos, publicidade e a legislação vigente no período, sobretudo, decretos e portarias.

²⁹ Essa publicação é na verdade um compêndio de documentos institucionais publicado em comemoração ao 30º aniversário do IJNPS. Faz parte da Série Documentos nº 15. Sem uma autoria definida, coloca a Fundação Joaquim Nabuco genericamente como autora, a publicação tem um discurso que busca dar visibilidade e legitimidade à história do IJNPS e às ações desenvolvidas ao longo dos seus anos de atuação. Essa publicação também registra a transição do Instituto para a condição de Fundação que acontece no ano de 1979.

Identificamos, entre os anos de 1971 — período em que os relatórios começam a ser publicados com uma periodicidade anual — e 1978 — enquanto ainda não existia, no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, o Museu do Homem do Nordeste —, o registro de realização de 83 exposições (ver tabela 1 anexa), das quais 63 exposições (ver tabela 2 em anexo) sugerem um ineditismo³⁰.

Nesse período, o Departamento possuía uma média anual de produção de sete exposições ao ano. É a partir da análise detalhada dos Relatórios de Gestão que visualizamos também que muitas das exposições se repetem, quando não, em nível de denominação, se repetem no que diz respeito às temáticas.

A saber, nos *Relatórios* de 1971 a 1974, existe a repetição da citação de uma exposição sobre o Maracatu Elefante. Essa condição nos sugere que tal exposição ficou ativa durante esse período. Contudo, a temática maracatu é citada no Relatório de 1977, quando da exposição sobre o *Centenário de Dona Santa*, rainha do Maracatu Elefante.

Essas recorrências temáticas acontecem principalmente com o macro tema da cultura popular. São várias as exposições que tratam de aspectos do folclore, da arte popular, de artistas populares. É o que ocorre no ano de 1971, quando da exposição *Quadros de Bajado*, e as recorrências de exposições que falam sobre artistas populares, com a citação em 1972, de uma exposição retrospectiva da obra de Mestre Vitalino, ou em 1974, quando da exposição de esculturas de Zezito Guedes. Todas essas citações foram organizadas nas tabelas 1 e 2 que seguem anexas para melhor visualização.

De modo geral, os temas do folclore e da cultura popular são associados sempre a representações acerca da Região Nordeste, organizadas pelas práticas do Demu. Assim, acreditamos que:

³⁰ Algumas exposições são registradas ao longo de períodos diferentes, em relatórios de anos distintos. Esse registro nos parece uma continuidade da exposição do decorrer dos anos, de modo que o quantitativo de 63 representa as exposições citadas e contabilizadas sem essa repetição anual. A esse caráter damos a denominação de *inedita*, mesmo que a exposição tenha continuidade ao longo dos anos. Oitenta e três é o quantitativo geral das exposições citadas nos relatórios de 1971 a 1978, sem excluir as repetições registradas em relatórios de anos distintos. Essa demarcação busca dar fidedignidade a interpretação do registro.

O Nordeste é visto como uma região folclórica por excelência porque aí, dado um baixo poder aquisitivo de amplos setores de sua população e a tardia generalização das relações mercantis e de assalariamento, perdurou, por muito tempo, a prática da fabricação artesanal e caseira de muitos dos poucos artefatos e objetos que compunham o cotidiano das camadas populares (DURVAL, 2013a, p.252).

Contudo, a questão do termo *popular* como categoria de análise é bastante complexa e, segundo Chartier (1995, p. 6):

O "popular" não está contido em conjuntos de elementos que bastaria identificar, repertoriar e descrever. Ele qualifica, antes de tudo, um tipo de relação, um modo de utilizar objetos ou normas que circulam na sociedade, mas que são recebidos, compreendidos e manipulados de diversas maneiras. Tal constatação desloca necessariamente o trabalho do historiador, já que o obriga a caracterizar não conjuntos culturais dados como "populares" em si, mas as modalidades diferenciadas pelas quais eles são apropriados.

Nesse sentido, o autor (IDEM) também aponta que esse processo de apropriação:

[...] tal como a entendemos visa a elaboração de uma história social dos usos e das interpretações relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os constroem. Prestar, assim, atenção às condições e aos processos que muito concretamente são portadores das operações de produção de sentido, significa reconhecer, em oposição à antiga história intelectual, que nem as ideias nem as interpretações são desencarnadas e que, contrariamente ao que colocam os pensamentos universalizantes, as categorias dadas como invariantes, sejam elas fenomenológicas ou filosóficas, devem ser pensadas em função da descontinuidade das trajetórias históricas.

Por fim, percebemos que, em geral, há tendência na utilização do termo *regional* como forma de caracterização de aspectos da cultura local nas exposições, de modo que, para nós, assim como para Durval (2013, p. 51):

A emergência dos estudos do folclore regional e a emergência da noção de cultura nordestina parecem ser inseparáveis do declínio de importância econômica e política vivido por estes também, no mundo das letras. O estudo do folclore local, das tradições regionais, parece ser uma forma de defesa de um dado momento histórico [...] o estudo da cultura popular seria uma espécie de consciência regional que se contraporá ao traço centralizador do Estado.

Visto isso, o que podemos identificar também é que as exposições em sua grande maioria obedeciam a um regime de efemérides, ou seja, acompanhavam um calendário comemorativo, com menções a ações relacionadas à semana do folclore, a festividades de datas comemorativas e a feriados históricos, tais como Dia do Índio, Proclamação da República, etc.

Essa característica também é uma marca do período militar par as ações que envolvem os debates sobre cultura, pois, condiciona o esvaziamento do contexto político das atividades culturais, tornando-as assépticas ou meramente lúdicas, memorialistas e romantizadas.

Há exemplo da realização da semana dedicada ao centenário de nascimento de Estácio Coimbra, em comemoração à semana comemorativa da Independência do Brasil, além de palestras, uma das passagens do Relatório de Gestão, do ano de 1972, afirma que “Um dos pontos de atuação desta iniciativa cultural foi à inauguração da exposição de objetos pertencentes ao homenageado, organizado por Aécio de Oliveira, diretor do Departamento de Museologia do IJNPS” (IJNPS,1973, p. 32).

Essa passagem revela que em muitas ocasiões o Demu era convocado a realizar exposições que atendessem a demandas de produções das eventologias realizadas pelo Instituto. Que o Departamento atendesse às demandas do IJNPS não é necessariamente a questão, o que se coloca é a percepção de história e de prática museológica do IJNPS. As expressões dos textos utilizados como fontes nos sugerem interpretar que as exposições eram identificadas como prática ilustrativa de uma dada história ou acontecimento, ou da vida de um dado personagem histórico ou folclórico.

Nesse sentido, tais ações reiteravam o caráter não só ilustrativo e estetizante do objeto musealizado, mas perdiam de vista a complexidade do fazer museal como produtor de sentidos e discursos sobre o passado. Na realidade, o passado nesse momento não era visto como um produto de uma prática narrativa ou discursiva, mas como um dado objetivo que poderia ser apreendido a partir da identificação de objetos e recriados a partir das cenografias museográficas.

É o que podemos observar a partir do trecho extraído do Relatório de Gestão, do ano de 1975, página 30, que diz:

O Departamento de Museologia, responsável pela orientação técnica dos Museus Joaquim Nabuco, de Arte Popular e de Antropologia, os quais receberam, no ano de 1975, um total de 8.180 visitantes, desenvolve um trabalho de maior relevância dentro das atividades culturais exercida pelo IJNPS. Atuando de maneira dinâmica e entendendo que o museu deve ser uma força viva a serviço das

comunidades, cabendo-lhe, assim, levar a essas comunidades, como complementação pedagógica da educação formal, mensagens didáticas capazes de lhes despertar o interesse pelos nossos valores históricos, artísticos e culturais.

A partir desse trecho, podemos identificar a inserção dos museus no cotidiano da cidade, sobretudo pelo elevado quantitativo de público visitante³¹ para época, além também da perspectiva educativa que é atribuída aos museus; contudo, o público, sobretudo as comunidades são colocadas como hipossuficientes e alienadas com relação aos “[...] nossos valores históricos, artísticos e culturais” (IDEM).

Reitera-se com essa passagem o lugar do museu como espaço de salvação do passado e do futuro, visto que a população, leiga do seu passado, depende da instituição museal para tomar consciência de sua condição. “O povo se torna, portanto, uma noção central para todos os discursos do período, vindo sempre associada à própria ideia de nação ou de nacionalidade” (DURVAL, 2013, p. 47).

Assim, a exaltação memorialista do passado, acompanhada de referências aos sujeitos comuns, a partir do uso do termo *popular*, para expressar aspectos folclóricos, de exaltação dos folguedos, romantização da cultura e estereotipização do “exotismo” das práticas indígenas e afro-brasileiras também são comuns nas práticas realizadas pelo Demu em particular e pelo IJNPS em geral. Sobretudo porque o folclore, a cultura popular, assim como a Região Nordeste, precisam de defesa. Para Durval (2013, p. 54–55):

O Nordeste é uma região que precisa de defesa. Não será mera coincidência que a maior parte dos folcloristas nordestinos pertence a famílias tradicionais da Região, faz parte dos clãs políticos que dominaram, por certo tempo, a política de seus Estados, chegando muitos deles a fazer parte da administração pública em postos de comando. [...] Manter e defender o folclore regional, a cultura regional, passa a ser uma forma também de militância política

³¹ O quantitativo de público é bastante expressivo, contudo não há uma sistematização de como esses dados foram coletados, se dizem respeito ao quantitativo anual individual de cada Museu ou se figuram como somatório de público dos Museus do IJNPS. Se fazem referência a um único ano ou se são o resultado de vários anos de apuração. Contudo, algumas questões se evidenciam, a primeira é que o grande público dos museus foi e continua sendo o escolar, aquele formado pelas escolas, sobretudo da rede pública, e que não visita espontaneamente os museus; o segundo ponto é que o quantitativo de público visitante é sempre utilizado como argumento de produtividade para a administração pública como forma de demonstrar o resultado quantitativo, mas não necessariamente qualitativo das ações realizadas.

regionalista, uma de suas faces mais destacadas, que legitima, por seu turno, não só a atuação intelectual do folclorista, mas a sua atuação como agente político, como representante da Região.

Dentre as menções que caracterizam essa mentalidade, podemos encontrar, nos arquivos institucionais do Museu do Homem do Nordeste, na pasta de *clipagem* do Museu, o recorte de um jornal que acreditamos ser o *Diário de Pernambuco*, que consta na sessão intitulada *Sociedade e Feminino* sem indicação de página ou autoria. Um texto que segue abaixo transcrito relata:

Aécio de Oliveira empenhado em ultimar os preparativos da exposição de luminárias populares que o Departamento de Museologia, do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais vai montar no Palácio da Cultura no rio de Janeiro, com a inauguração prevista para julho próximo. A amostra — com cerca de 158 peças do acervo do Museu de arte Popular do IJNPS — será em convênio com a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e vai acompanhada de audiovisual sobre o mesmo tema, produzido por Fernando Ponce de Leon e Maria Regina Martins Batista e Silva.

Além do folclore, as representações construídas pelas narrativas expográficas também fazem reverência a uma história baseada nos grandes ícones e personagens políticos, sobretudo a partir de um caráter saudosista ou de exaltação do passado. Isso se reflete na recepção das coleções adquiridas, muitas por doação.

Dentre as coleções mais importantes constituídas na modernidade, estão aquelas que se formaram com o intuito de dar sentido aos Estados Nacionais. Museus, bem como monumentos, cerimoniais e rituais, têm sido compreendidos como instituições e práticas que apontam para a construção de um sentimento de solidariedade capaz de unir os membros de uma nação sob a tutela do Estado. No Brasil, compreende-se ainda que a formação desse imaginário coletivo nos museus é fruto da interação entre vários grupos sociais, preferencialmente das elites dominantes, que são representadas por coleções diversas (CHAGAS e SANTOS. 2002, pp. 199–200).

A própria condição de doação de um acervo, muitas têm como implicação da concessão o compromisso de montagem de memoriais, como é o caso das coleções de Joaquim Nabuco, que suscitou a criação do Museu Joaquim Nabuco em 1974, e de Mauro Mota, com a criação da Sala Mauro Mota. Tais indivíduos, em sua imensa maioria representantes das elites sociais, têm, postumamente, seus objetos doados a partir de uma prerrogativa implícita, ou explícita, para os herdeiros doadores, de uma ação sistemática de valorização da memória do sujeito individual. Através, sobretudo, da criação de

salas que funcionam como memoriais daquele indivíduo imortalizado pelo processo de musealização de seus objetos.

Dentre as doações de acervo recebidas pelos Museus, do IJNPS, se destaca a doação da Calunga de Dona Joventina³², esse artefato foi doado pela antropóloga Catarina Real, ao Museu do Homem do Nordeste, no final dos anos 1980, e, desde o fato ocorrido, tramita nos bastidores um conflito entre os Maracatus que reivindicam a propriedade da calunga. Nesse sentido, é importante reiterar o caráter problemático das doações por envolverem questões que dizem respeito aos valores econômicos e simbólicos dos bens musealizados.

Aprofundando as análises a respeito das atribuições erigidas ao Departamento de Museologia, podemos perceber que entre suas competências, está, não apenas, a organização das exposições nos equipamentos museais do IJNPS, mas, o assessoramento à outras instituições museais e do patrimônio, nos serviços de expografia e museologia, sobretudo no âmbito regional, como citado no item IV, que diz: “Prestar serviços de assessoria técnica a organismos regionais detentores de acervo museológico mediante assinatura de termos de ajustes, do convênio ou de contratos entre os referidos órgãos e o IJNPS”. Esse ponto é singular, pois, ao longo dos documentos analisados e das entrevistas coletadas, foram intensos os indicativos a cerca dessa forte atuação das ações museológicas fora dos muros do IJNPS.

Em entrevista concedida para o projeto de pesquisa desta dissertação, no dia 24 de outubro de 2014, no Museu da República, no Estado do Rio de Janeiro, o museólogo Mário de Sousa Chagas relata uma das suas primeiras experiências ao ingressar no quadro funcional do Departamento de Museologia do IJNPS:

³² A calunga ou encantado é uma entidade pertencente a uma nação do Maracatu e representa, geralmente, uma ancestralidade. Dona Joventina é uma calunga e sobre sua origem paira uma indefinição, pois a mesma é reivindicada por duas nações de Maracatu, o Estrela Brilhante, que são localizados na cidade do Recife e de Igarassu. Diante desse conflito se desenrola a doação, tida como ilegítima pelo grupo do maracatu que exige a propriedade da calunga.

Minha primeira tarefa foi uma espécie de trote, foi o Aécio que fez isso comigo, foi o Aécio que me colocou nas mãos uma pilha de fichas deste tamanho [expressando o volume do material] de numismática, e ele me disse: “Eu preciso que você passe a limpo [reescreva] essas fichas para um livro, livro de tombo, livro de registro de um museu no Piauí”. E, eu passei um ou dois meses, fiz calos nos dedos de transcrever essas fichas para o livro de registro do Museu do Piauí. [...] Mas teve um aspecto positivo, quando eu acabei de fazer o livro de registro, o Aécio me disse: “Você está pronto para ir viajar com a gente, nós vamos ao Piauí montar um museu”. E lógico que eu fiquei feliz.

Assim como o relato de Mario Chagas, ao longo dos Relatórios de Gestão, são citadas as assessorias a diversas instituições museológicas, dentre as quais a participação na montagem da exposição do Museu do Trem, de acordo com matéria citada no Relatório de Gestão do ano de 1972, p. 42:

Através de um convênio formado com a Rede Ferroviária Federal, já está em andamento o Museu do Trem, cuja organização ficou ao encargo de museólogos do Instituto. Entre os trabalhos realizados sob a responsabilidade de nossos especialistas, estão: o Estudo da História da Great Western para montagem do Museu, o levantamento dos documentos e objetos, a classificação e o registro do acervo e o roteiro de exposição, o estudo de montagem, o roteiro cronológico, detalhes de iluminação, painéis e vitrines, estudos de cores, a classificação fotográfica e a organização de depósito de acervo.

Além do Museu do Trem, foi realizada, no mesmo ano, uma assessoria a um museu no Estado do Rio Grande do Norte, na cidade de Mossoró. As ações compreenderam a organização, a curadoria e a montagem de exposições em museus através de convênios como os que deram origem ao Museu do Homem do Norte, na cidade de Manaus.

Dentre as assessorias realizadas a criação do Museu do Homem do Norte, no estado do Amazonas, se apresentou como a mais audaciosa proposta já realizada pelo Departamento de Museologia do IJNPS. Tal empreitada possuía como pano de fundo o forte discurso de integração regional, sobretudo, a partir da inserção e adentramento na região norte do país.

O Museu do Homem do Norte é um dos projetos mais audaciosos produzidos pelo Departamento de Museologia, e pelo Instituto, essa ação tinha como respaldo o discurso de integração nacional, a partir de práticas que dialogavam com o projeto regionalista. Ressaltamos os desdobramentos e a publicidade do pensamento e estilo de narrativa produzidos pelo Demu como

agencia que influenciou parte dessa produção local, agenciada através do Museu.

Não só atividades técnicas são citadas nos Relatórios, mas palestras, cursos e conferências das mais diversas, num movimento de exportação dos serviços de expografia e do pensamento museológico que compunha o Departamento de Museologia do IJNPS.

Em 1974, o Departamento de Museologia, do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais organizou o I *Encontro de Museus de Pernambuco*. Segundo afirma Ruoso (2008, p. 77): “Tal encontro foi um momento de troca de ideias e, ao mesmo tempo, um diagnóstico sobre a situação dos museus em Pernambuco”.

O encontro de 1974 também serviu de experiência para outro encontro realizado também no IJNPS, agora no ano de 1975. Com uma proposta mais audaciosa, o Departamento de Museologia encampou a realização do I *Encontro Nacional de Dirigentes de Museus*, cujo objetivo descrito no documento pretendeu:

[...] realizando o encontro Nacional de Dirigentes de Museu — do qual participaram representantes e diretores da maioria dos museus brasileiros —, estudar a situação geral dos museus em nosso país. Estudar e propor soluções lúcidas e viáveis para possíveis problemas existentes, de modo a se estabelecerem as bases para a adoção de uma política museológica de capacitação dos museus, com vistas à sua dinamização, para uma atuação permanente a serviço da comunidade e do País (FUNDAJ, 1976, p. 6).

Também nesse encontro, realizado entre os dias 22 e 26 de outubro de 1975:

Temas gerais, além dos particulares, foram ampla e detidamente analisados e discutidos durante o Encontro, para se alcançar aqueles objetivos. Foram temas gerais: O Museu e a Cultura Nacional; Museu e Pesquisa; Museu e Educação; Museu e Preservação do Patrimônio Cultural; e Formação Profissional. Já os temas particulares — mais especificamente dirigidos ao modo de atuação dos museus — foram: Organização Administrativa e Técnica; Capacitação Financeira; Capacitação Profissional; Pesquisa; Educação; Preservação do Patrimônio Cultural; Relação com o Meio.

Esse documento construído ao final do evento foi publicado em 1976 sob o título de *Subsídios para Implantação de uma Política Museológica Brasileira*. Dentre as afirmações expressas em tal obra, citamos abaixo um excerto que parece sintetizar o objetivo de tal publicação:

Compõem-se estes subsídios de sugestões e recomendações para a implantação de uma possível política museológica brasileira, com propostas resultantes de uma promoção — O Encontro Nacional de Dirigentes de Museus — realizadas pelo IJNPS, sob o patrocínio do Programa de Ação Cultural do MEC.

Espera o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, com as sugestões aqui apresentadas, contribuir para que o Ministério da Educação e Cultura venha a alcançar o objetivo central de sua notável política cultural, que se propõe a: “[...] apoiar e incentivar as iniciativas culturais de indivíduos e grupos e de zelar pelo patrimônio cultural da Nação, sem intervenção do Estado, para dirigir a cultura (IJNPS, 1976, p. 5).

A importância dessa publicação se dá pelo caráter instrutivo e político dado a tal produção. Instrutivo, pois, muitas foram as instituições, sobretudo, nas regiões Norte e Nordeste, que se utilizaram desse texto como referencial à estruturação de suas instituições museológicas e demais projetos museais e culturais, a exemplo do Museu do Ceará. (RUOSO, 2008). E político, pois, além de trazer uma série de agendas da museologia carioca para o debate em torno do processo de profissionalização, antecipa em quase trinta anos questões suscitadas na Política Nacional de Museus³³.

A publicação dos “Subsídios” foi uma das mais significativas, no que diz respeito aos documentos coletivos para o campo dos museus no Brasil, pelo menos até 2007, quando da publicação da política nacional de museus. É esse documento que também proporcionará uma maior inserção e visibilidade das ações realizadas pelo Demu para outras instituições na Região Nordeste do Brasil, principalmente no campo da pesquisa museológica, capacitação profissional e montagem e curadoria de exposições.

O que pudemos identificar é que, com as exposições, os eventos, cursos e as assessorias para outras instituições são exportadas; não só as técnicas

³³ A política nacional de Museus é um documento publicado em 2007 que conjuga uma série de textos e diretrizes voltados às políticas públicas destinadas às instituições de caráter museológico.

utilizadas, mas também a mentalidade, as visões de mundo desses sujeitos, suas noções de cultura, como já foi problematizado anteriormente.

Assim, ao realizar esse mapeamento, tivemos como objetivo não só identificar a genealogia do que se constituiu como ações do Departamento de Museologia do IJNPS, mas perceber a abrangência desse pensamento com a institucionalização e exportação de tais práticas museológicas para outras instituições das regiões Norte e Nordeste do Brasil e a autorepresentação desse órgão no âmbito do IJNPS.

2.2 -Autoridade e autoria do discurso museológico

Percebemos que a problematização acerca da autoria dos processos museológicos ainda é recente dentro do campo da Museologia. Tal reflexão revela, entretanto, a necessidade de um adensamento a respeito das questões que envolvem a autoria das produções expográficas, pois, apesar de a reflexão sobre a condição discursiva das exposições já ser um debate presente no campo, ainda se apresenta de maneira tímida a reflexão acerca da condição de autoria dos sujeitos produtores das narrativas. Assim como Rocha (1999, p. 94), acreditamos que:

A Museografia tradicionalmente tendia para o trabalho com o discurso como produto final, não se preocupando com o seu processo, ou seja, o seu funcionamento. Esta separação o entre produto final e processo não se mostra eficaz, uma vez que produto e processo têm uma relação continuada de interlocução, sendo ambos ricos de um potencial a ser trabalhado. Nesse sentido, refletir sobre uma prática discursiva museográfica também envolve a interlocução e, conseqüentemente, a intersubjetividade e o contexto. No dizer de Bakhtin (apud CLIFFORD, 1998, p. 44), a linguagem, quer seja museológica, etnográfica ou literária, é atravessada por outras subjetividades e nuances contextuais específicas.

Nesse sentido, é importante destacar também que os museus não se encerram nas exposições, eles são instituições complexas e exercem práticas que existem para além de sua produção expográfica. Contudo, acreditamos que, de modo inegável, é através da exposição que a instituição museológica exerce com maior intensidade seu papel dentro do corpo social, historicamente concebido como a agente do patrimônio e da memória. Assim como Foucault (2013) acreditamos os museus podem ser classificados como lugares

heterotópicos³⁴, em que prevalece uma heterotopia acumulativa de tempo do modo que

Na nossa sociedade, as heterocronias e as heterotipias são distribuídas e estruturadas de uma forma relativamente complexa. Em primeiro lugar, surgem as heterotopias acumulativas de tempo, como os museus e as bibliotecas. Estes se tornaram heterotopias em que o tempo não para de se acumular e se empilhar sobre si próprio. No século XVII, porém, um museu e uma biblioteca traduziam uma expressiva escolha pessoal. [seja dos reis, ou nobres que os possuíam]. Por contraste, a ideia de conseguir acumular tudo, de criar uma espécie de arquivo geral, o fechar num só lugar todos os tempos e inacessível ao desgaste que acarreta, [que reflete muito da mentalidade salvacionista do século XX no Brasil] o projeto de organizar desta forma uma espécie de acumulação perpétua e indefinida de tempo num lugar imóvel, enfim, todo este conceito de museu pertence à nossa modernidade. (FOUCAULT, 2013. p.119)

Essa perspectiva cumulativa é vista nas práticas do Demu, em que impera o sentimento de salvaguarda do passado, como problematizado no tópico anterior, em que a Região Nordeste e seus patrimônios “folclóricos” partilhavam dessa necessidade de salvação através dos processos de musealização.

Assim ao situar os locutores nos lugares sociais dos quais eles vociferam as narrativas, acreditamos tornar possível a percepção acerca dos domínios da intertextualidade na qual se constrem os discurso do museu. Essa contribuição consagra a visão de que o museu não é uma instituição autogestionada, quando falamos na exposição, ou no museu, estamos falando de uma série de estruturas que constituem aquele produto e aquela dada instituição.

Ao focalizarmos o processo, e não apenas o produto, a exposição, teremos um panorama não só da construção discursiva, mas da ressonância desse discurso que depende de uma relação dialógica com o outro, o público. O que nos leva a pensar nos sistemas de inteligibilidade museais, ou seja,

³⁴ Para Foucault (2013, p. 114), as heterotopias, em contraste às utopias, são “[...] este tipo de lugar que está fora de todos os lugares, apesar de se poder obviamente apontar a sua posição geográfica na realidade”. Esses lugares nascem da preocupação de Foucault em problematizar não só as questões que envolvem o tempo, mas, à luz dos trabalhos de Bachelard, de problematizar as construções subjetivas ligadas a uma dada espacialidade, no sentido em que “[...] as descrições fenomenológicas demonstraram-nos que não habitamos um espaço homogêneo e vazio, mas, bem pelo contrário, um espaço que está totalmente imerso em quantidades e é ao mesmo tempo fantasmático. [...] No entanto, todas essas análises, ainda que fundamentais para uma certa reflexão do nosso tempo, dizem respeito, logo à partida, ao espaço interno. Eu preferiria debruçar-me sobre o espaço externo”.

quais são os postulados e as práticas que orientam o fazer museológico? A que sistema interpretativo o museu está condicionado? Isso demonstra não só que o museu opera os enunciados a partir de seleções, mas que sobre tais escolhas implicam condições de produção e de recepção.

Foucault (2002, p. 105–106) compreende que:

Para que uma série de signos exista, é preciso — segundo o sistema de causalidades — um “autor” ou uma instância produtora. Mas esse “autor” não é idêntico ao sujeito do enunciado. E a relação de produção que mantém com a formulação não pode ser superposta à relação que une o sujeito enunciante e o que ele enuncia.

Essa afirmação desvela as chamadas assimetrias de produção, no sentido de que um lugar e os autores são conferidos de maior ou menor legitimidade discursiva, ou seja, o lugar e o peso do museu não só na produção, mas na difusão dos discursos.

Assim como o lugar de recepção, sobre quais táticas, estratégias e/ou performances o público interpreta e diálogo com o que é dito pelo museu. Muitas vezes o que ocorre é que, por sua relação explícita com a memória, os museus apresentam suas narrativas expográficas de forma demasiado natural, como se aqueles lugares, objetos, sujeitos e práticas que habitam as exposições fossem intrínsecos à sociedade, sendo esse movimento interrogativo aos museus ainda muito recente.

Contudo, é nesse mesmo sentido que em algumas ocasiões a sociedade perde de vista as relações de poder que suscitam do fazer museológico, e como tais relações produzem e fazem circular representações e categorias de pensamento que, sem a devida crítica, são assimiladas, não como uma possibilidade narrativa, mas como a real e irrevogável condição de existência dos discursos produzidos nos museus. Aquilo que:

Chamaremos de discurso [,] um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiam na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, [a exemplo de uma unidade discursiva denominada Nordeste] indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. (FOUCAULT, 1997, p. 135)

Assim, o que se pretende não é um mapeamento sobre a aparição de determinados símbolos que retratem a trajetória da concepção de Nordeste produzida nas exposições do Museu do Homem do Nordeste e pelo Departamento de Museologia do IJNPS, mas a percepção do modo como um conjunto de produtos de cultura, visto que o discurso também pressupõe uma existência material, foi concebido como formação discursiva de algo definido como Região Nordeste do Brasil, como se esse espaço geográfico pudesse ser circunscrito como um todo homogêneo e classificável. Como afirma Said (2007, p. 91):

Se concordamos que todas as coisas na história, bem como a própria história, são criadas pelos homens, veremos como é grande a possibilidade de que a muitos objetos, lugares ou tempos sejam atribuídos papéis e significados que adquirem validade objetiva só depois dessas atribuições terem sido feitas.

Assim, seguiremos com o segundo eixo de análise proposto para este capítulo com a problematização acerca da condição de autoria nos processos de produção das exposições museológicas. Trazemos à baila, ainda que parcialmente, a trajetória de alguns dos museólogos que fizeram parte do Demu.

Ao longo da pesquisa, conseguimos mapear, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Fundação Joaquim Nabuco, onze museólogos³⁵ que atuaram no Demu, nos museus do IJNPS, e/ou no Museu do Homem do Nordeste entre os anos de 1979 e 1985. São eles, Aécio de Oliveira, Antônio de Oliveira Rios, Carlos Alberto Azevedo, Cláudia Spinelli, Fernando Ponce de Leon, Maria Regina Batista, Marilene Rubim, Mário de Souza Chagas, Marluce Câmara Azevedo, Vânia Estevam Dolores e Virgínia Barros.

Sob a escolha desses sujeitos, é mister sinalizar que ela se deve pela permissão que é concedida pela documentação angariada. Muitos dos museólogos citados e mapeados sequer constavam no quadro funcional da atual Fundação Joaquim Nabuco; grande parte desses nomes só pode ser identificada por meio das entrevistas que os citam, como é o caso de Cláudia

³⁵ Com a institucionalização do processo de regulamentação da profissão de museólogo, com a sanção da Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, foram definidos como *museólogos* não só aqueles que possuíam a formação acadêmica, mas diversos profissionais que já atuavam no campo. De modo que tais sujeitos aqui apresentados não serão necessariamente museólogos de formação.

Spinelli, ou em escassos documentos, como um dos únicos catálogos da exposição *O Homem do Nordeste*, publicada em 1979, onde pudemos encontrar textos da museóloga Marluce Câmara de Azevedo e nas entrevistas em que citam sua atuação ao lado de Aécio de Oliveira na organização das exposições do Museu de Antropologia.

É nesse contexto de lacunas que buscamos compreender esses sujeitos, seus lugares sociais para desse modo pensar na organização dos processos museológicos. Assim, para compreender a trajetória coletiva desses sujeitos, buscamos, através de entrevistas, captar fontes e memórias a respeito de suas atuações no Demu.

Os museólogos Mário de Souza Chagas e Maria Regina Batista nos concederam entrevistas nos anos de 2014 e 2015 respectivamente. Já falecido, o museólogo Aécio de Oliveira concedeu duas entrevistas, uma em 1989, à pesquisadora Joselice Jucá, dentro do projeto: *40 Anos do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*³⁶, e em 2009, à museóloga Vânia Dolores, publicada pelo Iphan e pelo Museu do Folclore Edison Carneiro, sendo esta última museóloga do Demu, entre os anos de 1980 e 1997.

Vírginia Barros, assim como Maria Regina Batista cederam entrevistas, também em finais de 1988 para o projeto 40 anos do Instituto Joaquim Nabuco, mas, até o período de escrita desta dissertação, não tivemos possibilidade de entrevistar os demais museólogos: Fernando Ponce de Leon, Antônio Rios, Vânia Dolores, Virgínia Barros e Marluce Câmara de Azevedo. Esses sujeitos serão trazidos para a narrativa sobretudo a partir do olhar dos seus colegas de profissão, de textos publicados, de vestígios de sua atuação no Departamento de Museologia.

Sobre o uso de entrevistas, há uma recorrente crítica quanto à questão da veracidade dos fatos relatados. Concordamos com Portelli (2010, p. 88) na assertiva que expõe que, assim como o relato oral, “[...] dificilmente a verdade histórica é mais do que uma hipótese fundamentada e discutida; a verdade

³⁶ Tal entrevista encontra-se depositada e transcrita nos arquivos do Setor de História Oral da Biblioteca BlancheKnopf.

processual é uma verdade performativa; torna verdadeiro, para todos os fins concretos e práticos, aquilo que declara”.

Assim, o que nos interessa perceber são justamente as autorepresentações e as maneiras como esses sujeitos percebiam suas práticas e conseguiram reconstruir tais reflexões a partir do exercício da verbalização de suas memórias, que serão dialogadas com outras fontes a fim de construir as conjecturas e verdades deste trabalho.

Para iniciar, citamos a passagem em que Virgínia Barros, entrevistada³⁷ por Ângela Nascimento e Carla Camarão, expressa uma reflexão acerca de um balanço em torno da atuação do Museu do Homem do Nordeste tendo em vistas seus 9 anos de existência. Dentre muitas coisas, ele reflete sobre o lugar do Nordeste e a contribuição do Museu:

Eu acho o Nordeste outro mundo, é o Brasil, é isso que eu estava analisando: parece-me até dois mundos, dois Brasis separados. Porque o Brasil sulista, que é um Brasil que também é rico de influência estrangeira: no Paraná e em Santa Catarina, Blumenau é aquela coisa assim... Parece que se está na Europa. Então é aquele costume, é o hábito, é a falta, há alguns municípios onde eles falam um português até arranhado, eles preferem continuar com a sua língua materna. Então, o Brasil do Sul é outro Brasil. Aqui no Nordeste, ele tem essas influências, mas é mais Brasil. [...] Parece que realmente, através de todas essas características aqui, sente-se a mistura dos elementos que formaram o Brasil: do negro, do índio, do branco, sente-se essa mistura [...] Não se sente lá a junção desses três elementos como nós temos aqui no Nordeste. Sentimos isso na cor, na linguagem, na música, nos gestos, na culinária. Temos realmente aqui essa miscigenação que Dr. Gilberto tanto fala, enquanto lá não tem.

Virgínia Barros (1988), não era museóloga de formação, mas, sim, historiadora. Atuou ativamente na transição do Museu do Açúcar para o IJNPS e posteriormente foi lotada no Departamento de Museologia, onde pôde participar organização do Museu do Homem do Nordeste. A sua narrativa revela o que ocorreu com muitos dos sujeitos que atuaram no IJNPS, uma adesão maciça à teoria da democracia racial de Gilberto Freyre e a utilização desse modelo explicativo para compreender a formação da sociedade brasileira.

³⁷ Tal entrevista faz parte do projeto *40Anos do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*. Foi realizada em 25 de agosto de 1988. Encontra-se disponível no setor de História Oral da Biblioteca BlancheKnopf.

Para Virgínia, a Região Nordeste era o berço da brasilidade, e essa condição de existência se colocava em oposição ao outro Brasil, que até pertence à história nacional, mas não possui a legitimidade da Região Nordeste para representar tal identidade. Como reflete Moacir dos Anjos (2005, p. 55. Parênteses nossos):

[É] Através do resgate *seletivo* que individualizaria aquele espaço (Nordeste) — permeado evidentemente por conflitos e classe, raça, gênero e crença, e mediado pela presença da cultura moderna europeia — que essa variada produção inventa os códigos de compreensão simbólica de uma comunidade e, simultaneamente, a eles se conforma, adquirindo um inequívoco caráter regionalista e fazendo com que o Nordeste se perceba e se apresente como nordestino. Ainda que fisicamente dispersos e distintos em quase tudo, os habitantes de seus mais distantes recantos constroem um lugar simbólico comum e passam, gradualmente, a se imaginar como pertencentes a uma comunidade única.

Assim, se apresenta no campo do vivido a experiência do embate em torno da hegemonia discursiva acerca da memória nacional, e da representação da brasilidade vorazmente convocada pelos discursos, seja dos regionalistas paulistas, ou pernambucanos, pelos mineiros ou rio-grandenses.

Mas, Virgínia Barros foi também uma pessoa de extrema relevância para Aécio de Oliveira, que lembra em entrevista à OLIVEIRA (2009), na passagem citada abaixo, que foi ela a responsável pelo seu ingresso no curso de Museologia:

E eu não sabia que havia um curso. No dia em que eu ia pra Portugal, perto de eu ir para Portugal, antes de ir, Virgínia Barros, que trabalhava no Museu do Açúcar, me disse: “Tem um curso de Museologia”. E levou o livrinho do curso, aí disse: “Você podia pensar numa bolsa para você estudar lá”. Virgínia, uma saudade muito grande de Virgínia! E ela me orientou e eu pedi uma bolsa na Fundação, no Instituto Joaquim Nabuco, na época, e o Conselho me deu a bolsa e eu fui. Olhe, vocês não sabem o que é a gente sair daqui, nordestino, sair daqui sem saber como que é o museu, sem saber como é o curso, com literalmente a cara e a coragem e uma bagagem de conhecimento e ir enfrentar estudantes do Itamaraty. Então, era uma coisa assim... Mas, pelo entusiasmo da juventude, não é, e a loucura pelo museu, e pela Museologia a gente enfrenta. A gente só não vai para onde não quer.

Aécio de Oliveira, nascido em 30 de julho de 1938, chega ao IJN no ano de 1964, e essa passagem revela também sua autorepresentação como nordestino que buscava uma oportunidade fora da Região, inferiorizado em relação ao outro, no caso “os estudantes do Itamaraty”.

Contudo, antes dessa ocasião, foi através da relação construída ainda durante sua juventude com a família Freyre que ele relatou suas memórias a cerca da sua inserção no Instituto Joaquim Nabuco e no ambiente dos museus, em entrevista cedida à historiadora Josélice Jucá, no ano de 1989 em que afirma:

A minha entrada aqui na Fundação foi muito engraçada, porque havia vários cursos aqui e sempre a gente estava fazendo os cursos. Houve um curso sobre Superioridade do Homem Tropical, dado por Silva Melo, e eu tinha ido fazer um teste no Banco da Bahia, eu estava nesse momento fazendo o curso [...] Havia um debate sobre a superioridade do homem tropical, eu muito novo, a gente quando é muito novo, a gente é muito saliente, é muito metido, então eu fui fazer uma pergunta sobre se aquela superioridade do homem tropical de que ele tanto falava, se não era uma deficiência do homem tropical, uma visão negativa do homem tropical, o ato do fumo que estava sendo tão condenado e hoje ainda mais, que o fumo foi levado das Américas para a Europa, se aquele ato de homem tropical com o fumo, se aquilo não era uma parte negativa. Então, aquilo virou uma espécie de debate [...] Então, quando terminou o debate, aquela coisa toda, o Silva Melo perguntou, me chamou e me deu parabéns. Eu não sabia que a coisa assim tinha sido tão importante, a que eu tinha levantado, e ele me parabenizou e abraçou, [...] Então, Silva Melo perguntou a Dr. Mauro: “Quem é esse menino? Ele trabalha aqui?”. Dr. Mauro disse: “Não, ele é afilhado de Gilberto”. E ele perguntou: “Por que esse menino não trabalha aqui? Ponha esse menino aqui no Instituto porque esse menino promete alguma coisa”. Foi quando Dr. Mauro falou com Dr. Gilberto: “Ele não quer nada, ele entra e sai, entra no trabalho, vai para outro, não quer nada, eu fico muito preocupado com ele”. Eu sei que **Dr. Mauro me chama para fazer um trabalho aqui no Instituto, é daí que eu venho descobrir o que é Museu. Ele chama para fazer uma pesquisa sobre habitação, material de construção. Então foi daí que eu comecei.**

Chama atenção a forma de ingresso no Instituto, assim como a grande maioria de profissionais do Joaquim Nabuco, ele ingressa na instituição através do estabelecimento de um vínculo, geralmente de cunho pessoal, com algum personagem de relevância que pertenciam a cargos de alto escalão na organização administrativa. Já pertencente à Instituição, a grande maioria desses sujeitos segue utilizando a própria estrutura organizacional para dar continuidade nos estudos. Nesse sentido, o Instituto acaba transitando pela história desses indivíduos também como uma instituição formadora.

É o que acontece com Aécio de Oliveira, que, no ano de 1968, se afasta das atividades do Instituto para iniciar seus estudos no Curso de Museus³⁸, do

³⁸ Segundo Siqueira (2009, p. 13): “Em 1930, com as transformações políticas provocadas pela ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República, Gustavo Barroso foi destituído do cargo de diretor do MHN, assumindo em seu lugar o historiador Rodolfo Garcia. Na breve

Museu Histórico Nacional (MHN), no Rio de Janeiro, com uma bolsa concedida pelo Instituto Joaquim Nabuco, através do Ministério da Educação e da Cultura. Nesse mesmo ano, ele cede uma entrevista ao jornalista Gladstone Vieira Belo, que publica o artigo de título *A Museologia, Nova Ciência*, no jornal *Diário de Pernambuco* de 4 de fevereiro daquele mesmo ano.

Sim, apesar de pouco divulgada a carreira de museólogo, já existe campo profissional entre nós. Se levarmos em consideração o processo valorativo da carreira, acredito que dentro em breve o museólogo terá participação mais ativa. Há bastantes museus no Brasil, o que não existe, na verdade, é número suficiente de especialistas em museus. Aqui, no Recife, por exemplo, estamos com cerca de oito museus. Cada uma dessas instituições exige, no mínimo, uma equipe de oito museólogos, havendo, portanto, lugar para quarenta desses especialistas. No entanto, o Estado não possui, atualmente, ninguém formado. E no resto do Brasil? O que há é pouca divulgação da carreira e nenhum esclarecimento da necessidade do técnico (DIÁRIO de PERNAMBUCO, 04 de fevereiro de 1968).

Essa, que é numa das primeiras reportagens a cerca da museologia publicada num jornal de grande circulação do Nordeste, relata o que vem a ser essa ciência, citada a partir de um estatuto de novidade. Ainda faz indicações de denúncia quanto à ausência de profissionais formados atuando nos museus do País e alega que não existe falta de campo profissional, mas carência na inserção dessas pessoas no mercado de trabalho.

O discurso de Aécio de Oliveira tem, em geral, um perfil mais institucional; ele busca, na grande maioria das passagens, ressaltar sua relação com Gilberto Freyre, além de dar um recorrente enfoque de militância em torno das questões que envolviam o processo de profissionalização do museólogo. Sobre sua formação no Curso de Museus, em entrevista à pesquisadora Vânia Dolores, em 2009, ele relata:

Aécio - O primeiro ano foi em 1966. A turma de 66 foi a maior, né, houve dois vestibulares. Era uma turma de 40 ou 50 alunos, duplicou entre a turma A e a turma B. E o curso ficava numa, numa,

gestão de Garcia, é inaugurado o primeiro Curso de Museus das Américas, através do Decreto-lei nº 21.129, de 7 de março de 1932. O curso era diretamente vinculado à direção do MHN e tinha a proposta de habilitar técnicos para ocupar cargos desta instituição, necessidade reivindicada por Barroso desde a fundação do Museu e apresentada no Relatório de Atividades de 1923, através do qual ele já pleiteava a criação do cargo de conservador, “[...] funcionário que ficaria encarregado de dirigir os serviços de limpeza e restauração dos objetos, com a responsabilidade direta de sua conservação” (MHN, 1923). Inicialmente idealizado como curso técnico, o Curso de Museus tinha a duração de 2 anos, inaugurando o ensino sobre museus no País e equiparando-se ao curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional”.

dependência do Museu Histórico Nacional. Nessa época também, que eu fui pro Rio, foi nomeado, quando eu cheguei no Rio que já fiz o vestibular, o diretor era Dr., e é..., qual o nome dele, como era?, é... ele era da Academia Brasileira de Letras, Josué Montello.

Vânia - Diretor do Museu?

Aécio - Diretor do Museu e do Curso de Museus. Ele sai desse período e entra o primeiro museólogo para dirigir o curso de museologia. É o Comandante Leo Fonseca e Silva. E nós ficamos muito felizes porque era o primeiro museólogo num curso de Museologia porque era ele. E ele era muito entusiasmado com o curso, e eu acho que ele era mais museólogo do que militar, né? Era oficial da Marinha e foi um, um período muito bom, ele fez várias mudanças sempre pra melhor, e era muito amigo dos alunos, Comandante Leo, dos professores. (OLIVEIRA, 2009)

Aécio estudou no Curso de Museu do MHN de 1966 a 1970, período posterior ao falecimento de Gustavo Barroso, grande nome do Museu Histórico Nacional, que passou a ter administração militar devido à reestruturação efetivada com o Golpe de 1964³⁹. Como citado, será o comandante Léo Fonseca e Silva não só o primeiro diretor do Curso de Museus, mas o primeiro com formação em Museologia.

Segundo Siqueira (2009, p. 49), a estrutura orgânica do curso, a partir de 1966, foi composta “[...] por quatro Departamentos: Técnica de Museus, História do Brasil, História da Arte e Antropologia. A Tabela III, apresentada a seguir, mostra as disciplinas em cada um dos Departamentos”.

Tabela III – Departamentos do Curso de Museus e disciplinas correlatas aos Departamentos	DISCIPLINAS
Técnica de Museus	- Técnica de Museus - Numismática Geral - Numismática Brasileira - Sigilografia e Filatelia
História do Brasil	- História do Brasil Colonial - História do Brasil Independente - História Militar e Naval do Brasil - Metodologia das Pesquisas Museológicas
História da Arte	- História da Arte - História da Arte Brasileira - Artes Menores - História da Arquitetura

³⁹ Citar nota sobre ditadura

	- História da Escultura - História da Pintura e Gravura
Antropologia	- Etnografia do Brasil - Arqueologia Brasileira, Arte Indígena e Arte Popular
Fonte: Regimento do Conselho Departamental do Curso de Museus, do MHN (Escola de Museologia / Nummus – Coleção Nair de Moraes Carvalho)	

Fonte: SIQUEIRA (2009)

Como podemos perceber, a partir dos dados na tabela anterior, em linhas gerais, a formação do museólogo do início dos anos 1960 até meados nos anos 1970 mantém a linha tradicional, baseada numa estrutura de valorização de aspectos da história factualista, em que eram evidenciados ícones heroicos, pertencentes a grandes eventos da história militarista.

Quanto aos aspectos de tratamento técnico, percebemos o apreço às representações simbólicas e iconográficas comuns nas heráldicas de famílias das elites tradicionais brasileiras, símbolos do Exército e da República, com a numismática e sigilografia, além de elementos da história de sociedades remotas e descontextualizadas, acessados a partir dos estudos da egiptologia.

De modo que, Aécio de Oliveira ao retornar ao IJNPS em 1970, após conclusão do curso de Museus, tem sua estada abreviada. Pois, em 1971 é convidado para assumir a direção do Museu do Estado de Pernambuco, onde fica até 1974, retorna ao Instituto em 1975 e nesse mesmo ano tira licença para realizar uma pós-graduação na Venezuela, ficando fora das atividades até 1977. Contudo, ao que parece, ele não passou o período de 1975 a 1977 completamente fora de atividade, mas houve sem dúvida uma diminuição com relação à sua atuação no IJNPS.

Percebemos que o retorno de Aécio traz para os Museus do IJNPS, ao menos no campo discursivo, um caráter técnico e profissional, sobretudo no que diz respeito às ações voltadas à conservação e ao registro do acervo do Instituto. Com a passar dos anos, sua atuação também será catalizadora para o recrutamento de outros profissionais do campo da Museologia para atuação na cidade do Recife.

A figura de Aécio de Oliveira é sem dúvidas uma das mais relevantes institucionalmente, como primeiro diretor do Departamento de Museologia, como redator das competências do supracitado departamento e como organizador da primeira exposição do Museu do Homem do Nordeste. A trajetória desse sujeito revela um pouco da dimensão da sua atuação nos Museus do IJNPS e seu valor para a Museologia nacional⁴⁰.

Ao longo dos documentos e das entrevistas analisados, percebemos que a atuação de Aécio de Oliveira parece ter sido decisiva para a inserção do Demu no regimento do IJNPS, sobretudo no que tange às atividades específicas do campo da Museologia. Inclusive, já com menções indicativas às subdivisões, ligadas diretamente aos campos da museografia e da pesquisa museológica, efetivando uma condição de autonomia dos museus do IJNPS em relação ao Departamento de Documentação. Essa posição autônoma dos museus em relação à documentação marca o movimento e parece circunscrever a valorização da exposição sobre a conservação.

Contudo, como já anteriormente citadas, muitas das práticas museológicas podem ser reconhecidas nas ações fomentadas ainda no âmbito do Departamento de Antropologia, com a aquisição dos primeiros acervos e com o recolhimento das primeiras coleções.

Entretanto, muita dessas práticas como afirma José Reginaldo Gonçalves (2007), são reflexo de uma ação que trazia do estudo de campo das pesquisas antropológicas os artefatos e os elementos da cultura material das comunidades estudadas. Mas essa reflexão não deixa de ressaltar o caráter formador do IJN. Essas ações de uma museologia empírica foram significativas para a criação de uma identidade própria do Instituto, efetivada posteriormente a partir das ações do Demu.

⁴⁰ Aécio de Oliveira é premiado em 2006 com a medalha de Mérito Museológico. Tal concessão, de acordo com a Portaria nº 01, de 18 de setembro de 2004, é dada “[...] a cada 2 anos, na data de 18 de dezembro, aos cidadãos brasileiros e estrangeiros que tenham prestado destacados serviços à Museologia no Brasil, especialmente no campo da defesa do exercício da profissão e para distinguir aqueles que, por sua qualidade ou valor, em relação à profissão o Sistema Cofem/Corem julgar merecê-lo”. Fonte: http://cofem.org.br/?page_id=407. Acesso em: 18 de dezembro de 2015.

A reflexão que parte da cronologia da atuação de Aécio, faz com que surjam novos sujeitos nesta articulação interna das atividades do Demu. A mais intrigante e ainda sem tantas fontes é a atuação de Marluce Câmara de Azevedo, que foi diretora do extinto Museu de Antropologia (JUCÁ, 1989) e ficou à frente do Departamento de Museologia pelo menos até a primeira metade dos anos 1970. Segundo relatos de Aécio:

Então, eu fico aqui até [19]72, no final de [19]72, eu sou convidado, depois de ter feito o Museu do Trem, sou convidado para ser diretor do Museu do Estado de Pernambuco, eu passo de [19]72 a [19]74 no Museu do Estado. Ainda em 1975, eu me afasto por alguns meses, quando eu vou fazer pós-graduação na Venezuela e em [19]77 vou para os Estados Unidos fazer exatamente estágios nos museus americanos. Então, essa foi a permanência minha fora desses 2 anos, de [19]72 a [19]74, onde fica Marluce dirigindo o Departamento de Museologia. (OLIVEIRA,1989.)

Os relatos de Aécio e de Regina Batista indicam que Marluce Câmara ocupou cargos de chefia dentro do Departamento de Museologia e participou ativamente da transição dos Museus do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais para a alocação em um único museu, o do Homem do Nordeste.

Isso nos leva a rever a ideia de que Aécio de Oliveira figurava como sendo o único grande articulador entre o Departamento de Museologia e o Conselho Diretor. Contudo, sobre essa museóloga, só temos um breve escrito, inserido no catálogo da exposição *O Homem do Nordeste*, publicado em 1979, que acreditamos ter subsidiado a organização da primeira exposição do Museu do Homem do Nordeste.

O prestígio de Aécio permite-lhe um trânsito e um acesso aos membros do Conselho Diretor como nenhum outro sujeito do Departamento de Museologia teve direito. De modo que é até perceptível que Aécio se posicionasse num lugar de admiração com relação a esses sujeitos, vistos como referências intelectuais por quase todos os integrantes do Departamento.

Eu tive muitos pais intelectuais, na cabeça de todos Dr. Gilberto, porque eu me criei praticamente na casa dele. Era aquela convivência que poucas pessoas tiveram essa oportunidade de conviver com o gênio como Gilberto Freyre, e aquilo sem impor, mas uma espécie de entusiasmo que eu ia criando com ele, uma coisa de memória brasileira. Quando fui para a faculdade, eu já tinha a cabeça

feita, porque a minha leitura maior eram as minhas conversas com Dr. Gilberto. (AÉCIO DE OLIVEIRA, 1989.)

Assim como Virgínia Barros(1988), Aécio adere ao discurso e à representação identitária de região baseado na história dos povos fundadores, na junção das três raças — branca, negra e indígena — que seriam constituidoras da identidade nacional a partir de uma expressividade regional, principalmente por uma filiação pessoal ao pensamento freyreano.

O processo de comunicação entre o museu e o público tem um caráter intencional no qual, a todo o momento, está refletida uma política cultural estabelecida pela direção do museu. Nesse caso, a exposição legitima o projeto cultural do museu, definindo a sua identidade. Nada tem o caráter de neutralidade; tudo diz ao público o que pensar e deixa marcas, rastros de uma autoridade/autoria (ROCHA, 1999, p. 92).

A construção discursiva realizada no Demu foi orientada, sobretudo, pela teoria freyreana, através de uma maneira particular e própria de conceber a Região, de selecionar os objetos, de compreender e traduzir os processos culturais e históricos, geograficamente delimitados como Região Nordeste. Assim concordamos com a afirmação de Durval (2011, p. 62) ao assinalar que:

O discurso regionalista não é apenas um discurso ideológico que desfiguraria uma pretensa essência do Nordeste ou de outra região. O discurso regionalista não mascara a verdade da região, ele a institui. Ele, neste momento, não faz parte da mimese da representação que caracterizava a *epistème* clássica e que tomava o discurso como cópia do real; na modernidade, este discurso é regido pela mimese da produção em que os discursos participam da produção de seus objetos, atua orientado por uma estratégia política, com objetivos e táticas definidos dentro de um universo histórico, intelectual e até econômico específico. O Nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do País. E é tal consciência desta formulação discursiva e imagética que dificulta, até hoje, a produção de uma nova configuração de “verdades” sobre esse espaço.

Essa sensibilidade também é partilhada pela museóloga baiana Regina Batista, que ingressa no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais em 1974 para atuar na conservação dos acervos do Museu de Antropologia. Regina nasceu em Salvador, Bahia, é egressa do Curso de Museu do MHN. Formou-se em 1973 e, sobre suas incursões em busca de ingresso profissional em alguma instituição museológica na cidade do Recife, antes do IJNPS, ela relata em entrevista:

Fui ao Museu do Estado [...] Fui ao Museu e após [trecho não identificável] pedi para conhecer o diretor, realmente, minha curiosidade foi além de ficar somente vendo uma exposição, vendo o que estava demonstrado visualmente, expograficamente no Museu do Estado. E fui apresentada a Aécio, que se encontrava nesse dia no Museu.

Então, foi aquela festa, porque ele tinha terminado o curso de Museologia. Ele saiu, portanto, das salas do Museu Histórico Nacional para o Recife; ele nasceu e viveu aqui, e esse encontro foi muito interessante, muito produtivo. Porque, eu vim, conheci ele; no outro dia, nós marcamos um almoço, e já seguiu o convite para vir para o Recife quando terminasse o curso de Museologia, porque ele trabalhava sozinho até então. Não tinha com quem compartilhar ideias, projetos para o Museu do Estado.

Com essa promessa de uma possível colocação profissional, Regina retorna ao Rio para concluir seus estudos; contudo, continua a se corresponder com Aécio e se articula com o objetivo de buscar, na cidade e nos museu do Recife, inserção profissional, como podemos inferir de outro trecho da entrevista que segue abaixo:

Eu escrevia e enfatizava o meu interesse de vir e se haveria a possibilidade de um contrato. Ele não se manifestou com relação ao contrato, mas ele não perdia nas cartas, nas correspondências, que eram muito curtas, muito breves, esse convite, a ênfase, no convite de vir trabalhar no Museu do Estado. E assim eu fiz!

Em parte da entrevista, a museóloga expõe que já se organizara no último ano de curso com outras colegas e formaram um grupo de montagem de exposições. Entretanto, instigada pelos convites de Aécio, ela, junto com outra colega, Cláudia Spinelli, que acreditamos ser a museóloga Cláudia Mastrangelo Spinelli e Amaral registrada sob o Corem 2R. 0233-I, chegam ao Recife no final de 1973. Regina se insere no corpo de profissionais que atuam no Museu do Estado de Pernambuco (Mepe) junto a Aécio, e Cláudia Spinelli vai, segundo Regina, para o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

Sua estada no Mepe dura cerca de 1 ano, com a frustração da não efetivação de um contrato de trabalho. Com necessidades financeiras, Regina Batista vai até o Instituto Joaquim Nabuco pleitear a possibilidade de se inserir em alguma vaga. Nessa mesma ocasião, ainda segundo a museóloga, Cláudia Spinelli retorna ao Rio de Janeiro e de lá vai para Brasília atuar no Museu de Valores. Com a vacância da vaga e a influência de Aécio, que já trabalhava com Regina no Museu do Estado, a possibilidade de inserção no IJNPS parece mais acessível.

Ao ingressar no IJNPS, Regina é direcionada a atuar na catalogação do acervo do Museu de Antropologia. O departamento segue sob a direção de Marluce Câmara de Azevedo, que estava por desenvolver o projeto de implantação de uma nova exposição para o MA.

A diretora era Marluce Câmara de Azevedo, e havia um projeto de inauguração do Museu de Antropologia com uma nova exposição sobre a Região Nordeste. E o conceito de *região* foi tomado a partir da caracterização geográfica do Nordeste, dividido em: Litoral, Agreste e Sertão. E, para cada eixo desse, compúnhamos um conjunto de elementos referenciais. Quais eram esses elementos referenciais? Eram população, então qual era o tipo físico da Zona da Mata, qual era o tipo físico do Agreste, qual era o tipo físico do Sertão?... A partir disso, nós dividíamos as áreas da exposição e mostrávamos as áreas de maior significação. Eu fiquei muito encantada com esse universo porque eu vinha de uma tradição de museus históricos e museus de arte, veja só! A partir do próprio Museu Histórico Nacional.

Ao analisar a passagem, verificamos o caráter tradicional adotado na organização das exposições, sobretudo com relação à abordagem ao tema da região. Isso reitera o argumento de que os discursos sobre a Região Nordeste não são apenas um conjunto de posicionamentos ideológicos, mas são na verdade o corpo de enunciados constituidores da história regional.

Além de Regina Batista, outros museólogos se inserem no Departamento de Museologia e no setor de Iconografia do IJNPS no início da década de 1980, são eles: os baianos Antônio Rios e Carlos Alberto; e Marilene⁴¹, uma outra museóloga que passa a ser citada a partir dos anos 1980.

Citamos ainda Mário Chagas e Vânia Dolores, que foram os museólogos mais jovens que chegaram à Instituição num momento em que o Demu já consolidara um lugar de prestígio junto às demais instituições museológicas da Região, sobretudo por sua atuação como mobilizador de práticas pró-movimento de regulamentação da profissão de museólogo no Brasil, como os encontros citados no tópico anterior.

Nos anos 1980, se integraram ao quadro de funcionários do Departamento de Museologia os museólogos Mário Chagas e Vânia Dolores,

⁴¹ Sobre esses sujeitos, não conseguimos nenhuma referência fora dos relatos que citam de modo pontual sua atuação no IJNPS, no Departamento de Museologia.

ambos são o retrato de uma geração de museólogos, quando comparados àqueles que já trabalhavam no IJNPS. Sobre sua inserção no Demu, Chagas relata:

Aconteceu que, quando eu estava estudando museologia, no primeiro período de Museologia, o Aécio de Oliveira veio ao Rio de Janeiro e deve ter sido convidado pela professora [...] Mas o fato concreto é que ele foi à sala de aula fazer uma pequena palestra e falou sobre a atuação dele e que então ele gostaria de ter museólogos em Pernambuco [...] E, enfim, ele colocou ali na sala um pouco da história dele, pessoal, e do Museu, que ainda não era o Museu do Homem do Nordeste. Se não me engano, era ainda o Museu de Antropologia. E ele botou o endereço dele no quadro [...] e o fato é que quando eu me formei é que eu me lembrei do assunto. E eu precisava de um trabalho, precisava de me enquadrar em algum lugar e eu estava disposto a sair do Rio de Janeiro. Eu tinha uma decisão interna, de sair do Rio. [...] Eu também entrei em contato com Aécio, eu queria me movimentar. O fato é que o Aécio abriu duas vagas. Então, eu me candidatei a uma dessas vagas, e falei “Eu quero ir”. Estava decidido.

Chegando ao Recife, Mário e Vânia são destinados à atividade de catalogação do acervo que viria a fazer parte da montagem do Museu do Estado do Piauí, encampando algumas das ações de consultoria museológica e museográfica realizada pelo Demu. Chagas ainda relata o sentimento de prestígio com que é acolhido no IJNPS. E destaca que só a partir da experiência das atividades iniciais e com as viagens junto aos serviços museológicos é que vai tomando consciência da abrangência da atuação do Departamento de Museologia.

No caso particular de Mário Chagas, ele vivenciou com intensidade a relação criativa da museologia “morena” de Aécio de Oliveira, contudo levou suas experiências no IJNPS para a produção e circulação de outras ações no campo da Museologia, durante sua atuação no Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e quando da elaboração da Política Nacional de Museus, publicada no ano de 2007. Com uma atuação bastante diversificada, Vânia Dolores chegou a atuar como museóloga-chefe no Recife, no Museu Gilberto Freyre, no ano de 1987.

O desenvolvimento das atividades de Chagas e Vânia sob a supervisão de Aécio de Oliveira foi para nós um dos indícios do caráter experimental que se desenvolveu no Departamento de Museologia durante os primeiros anos de atuação, principalmente, quando da gestão de Aécio de Oliveira. Em

entrevista a pesquisadora Vânia Dolores, o museólogo Aécio de Oliveira ressalta o caráter popular e despojado pelo qual pensou a exposição do Muhne.

Porque, quando eu fiz o Museu do Homem do Nordeste, meu pensamento era a feira, uma feira popular que para mim não existe nada melhor no mundo do que ir para uma feira! O Mercado São José é um dos museus mais belos que eu já vi na minha vida! O Museu do Ver o Peso, em Belém, é uma maravilha de museu, é o Mercado de Ver o Peso, mas ali dentro eu passava pra lá e pra cá, é um museu vivo! Mas é de uma grandeza, de uma variedade que a gente fica dizendo: “Meu Deus, como é bom ser brasileiro!”. Não é porque aquilo não tá armazenado, nada, é a vida! Então, é por aí que eu me inspirei para fazer o Museu do Homem do Nordeste, naquela coisa simples, lisa, colorida, com movimento, com isso. Tanto que a UNESCO fez uma reportagem sobre o Museu do Homem do Nordeste de seis páginas na revista *Museum*.

Assim, a museografia pensada por Aécio se propunha a uma maior visualidade em que as imagens em contiguidade, o volume e a disposição dos objetos, das cores deveriam estar muito disponíveis ao público, como observamos num dos únicos escritos por ele, ainda que produzido em parceria com Mário Chagas, revelava esse aspecto despojado de produzir exposições ao brincar com acervos parece tornar a expografia não só mais leve, mas mais convidativa ao olhar do público.

Esse texto já nos permite uma prospecção da museologia praticada no IJNPS, em que a visão de museu como laboratório de experiências museográficas se desenha e é expressa no artigo publicado no ano de 1983, na revista *Museum* nº 139, da Unesco:

El museo se inauguró el 21 de julio de 1979, para servir como laboratorio de experiencias museográficas donde se tuvieron en cuenta los factores geográficos, psicológicos e intelectuales que inciden en la mentalidad de los habitantes de la región. El respeto de estos elementos básicos, que debería ser el objetivo de todo museo, hizo que se ilustraran en éste algunos aspectos significativos de la comunidad local, convirtiéndose así en un verdadero “museo representativo”.

Essa posição despojada é bastante diferente da postura adotada por Regina Batista. A museóloga que assume a direção do Demu a partir da segunda metade dos anos 1980 possuía uma visão antagônica com relação à

organização da exposição. Nesse sentido, observamos que, para Regina, se sobressai uma visão mais técnica e disciplinar de exposição.

Nessa situação, há uma predominância não do objeto enquanto artefato estético, mas do objeto encerrado em significações e classificações, sobretudo cronológicas. Regina apresentava uma visão bem apolínea de exposição; em entrevista ela afirmou que o grande museu de referência para ela durante a sua atuação no IJNPS foi o Museu do Açúcar, e, sobre aquela construção expográfica, ela discorre:

A minha referência de exposição era a referência do Museu do Açúcar, em termos expográficos, de iluminação, de expografia, de cor, de mobiliário. Eu sonhava realmente que um dia nós pudéssemos ter um museu daquele porte, daquela importância, com aquela roupagem expográfica.

Diferentemente dos outros espaços, o Museu do Açúcar para a museóloga tratava dos seus objetos de uma forma diferenciada, sobretudo pela abordagem contextualizada do objeto.

O que eu via, era o quê? Era o acervo tradicional dos museus de arte e dos museus históricos e dos museus antropológicos com aquela museografia que não exaltava, que não colocava, de fato, a contextualização do objeto.

Você tinha a sala do trono, era o trono, a peça e mais nada, entendeu?

Você não tinha outros elementos que pudessem dizer se era, de fato, um espaço público lá do Império, onde a gente reconhece os elementos desse momento político.

Em suma, o que, foi possível refletir com a análise da trajetória desses profissionais que fizeram parte do Demu é que a maioria desses sujeitos compartilhou a mesma formação acadêmica, no Curso de Museus do Rio de Janeiro, ainda no âmbito do Museu Histórico Nacional ou já após a sua reformulação na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Esses indivíduos partilharam não só a experiência do Curso de Museus, seu desenvolvimento e modificações. São o retrato das diferentes gerações formadas por tal escola.

Muito mais do que uma cartilha barroseana⁴² de estudos museológicos, esses sujeitos acompanharam e militaram em torno das discussões sobre o processo de regulamentação da profissão de museólogo. Experimentaram a transição do regime militar para o processo de redemocratização do País, vivenciaram a reorganização das políticas públicas de memória e de cultura no Brasil, além da construção e implementação de uma política nacional de museus no Brasil, na qual muitos deles atuaram como construtores desse documento.

O Departamento de Museologia existiu no IJNPS como nos moldes iniciais até a primeira metade da década de 1980. Com a transformação do Instituto em fundação, no ano de 1979, os quadros se ampliaram e mudanças significativas foram vislumbradas.

A primeira grande mudança é a própria criação do Museu do Homem do Nordeste, que compactou o espaço de atuação da museologia, seguido da transformação de alguns departamentos em institutos e da aglutinação dos demais departamentos, coordenações e demais setores no interior desses recém-criados institutos.

Como podemos observar no Boletim Informativo do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais do mês de junho de 1980, que já na estrutura da organização institucional não mais cita o Departamento de Museologia, e sim, o Instituto de Documentação (Indoc), inclusive, sem a indicação do(a) dirigente, que só ocorre em setembro de 1980, com a citação de Edilma Coutinho como representante institucional do setor.

Esse é para nós indício da incorporação do Demu ao Indoc, efetivado posteriormente, quando o Museu do Homem do Nordeste se transforma em Departamento e a Museologia é posta como divisão e nos anos seguintes sessão. Como virá afirmar Araújo (2014) com a modificação para a condição de

⁴² O jargão “cartilha barroseana” faz referência a Gustavo Barroso, ex-diretor do MHN e coordenador do Curso de Museus, por mais de 20 anos. Tal representação diz respeito a uma reflexão acerca de uma museologia tradicional amalgamada nas narrativas militares e heroicas, no apreço aos símbolos e ícones da Nação, como as bandeiras e as práticas heráldicas em geral presentes na formação dos museólogos deste curso até a primeira metade dos anos 1990. Sobre o Curso de Museus, Gustavo Barroso e os primeiros anos da museologia brasileira ver: Siqueira (2009); Magalhães e Bezerra et al (2014).

Fundação, a administração do antigo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais se reorganizou em basicamente três instâncias, foram elas: a deliberativa, a administrativa e a técnico-científica.

O Demu, os museus agora conglomerados no Museu do Homem do Nordeste e as demais atividades museológicas eram de competência técnico-administrativa e foram incorporados ao Instituto de Documentação (Indoc) da Fundaj. Para Aécio, assim como para Regina, a transformação em Fundação, a progressiva diminuição da equipe interna, inversamente proporcional ao crescimento institucional, e as demandas externas que acabaram por surgir — sobretudo quanto à ampliação do espectro de atuação, com ênfase nas ações mais voltadas ao processo de interiorização e integração à Região Norte — fizeram com que aos poucos a Fundação perdesse o fôlego e fracassasse em algumas das incursões realizadas.

De modo mais sintomático, identificamos que o esfacelamento do Demu, a saída de boa parte do corpo de museólogos em finais da década de 1980, a saída de Aécio, que foi uma figura de prestígio de acesso livre a Gilberto Freyre, ao Conselho Diretor e à Presidência da Fundaj, tardou, mas culminou com o enfraquecimento institucional do Departamento, que perdeu visibilidade e espaço de atuação dentro da Fundação.

Por fim, assim como Rocha, acreditamos que o Museu:

Está ensinando — não apenas nas suas atividades, mas também quase inconscientemente — um sistema de valores políticos expressos não apenas no estilo da apresentação, mas em todas as suas operações. O museu comunica valores nos tipos de programa que desenvolve, no seu público-alvo, no tamanho dos departamentos, na seleção dos objetos para aquisição, etc. (ROCHA, 1999, p. 91).

Refletir sobre essas práticas é buscar capturar essas fisionomias, ou compreender a maquinaria que os atores do Museu usam na estrutura para se movimentar, para construir seus enunciados e produzir sentidos partilhados, traduzindo culturalmente a dinâmica da vida social através das exposições.

III Capítulo – Museu do Homem do Nordeste: narrando a Região

Os capítulos anteriores trataram de problematizar as condições de produção da narrativa museológica, por meio da reflexão sobre lugar social e o lugar do autor na fabricação dos discursos e dos sentidos encerrados pelas práticas museográficas realizadas na Fundação Joaquim Nabuco pelo Departamento de Museologia.

Assim, este último capítulo dá continuidade, a partir da metodologia e dos procedimentos que compõem a operação historiográfica, a análise das exposições. Sob essa ótica, acreditamos que poderemos encontrar uma coluna constitutiva dos argumentos expográficos, baseando nossa investigação nas três premissas dessa operação: o lugar, a prática e a escrita.

O terceiro momento desta pesquisa, estruturado em texto, diz respeito à operação escriturária, na qual se inscreve a escrita da história e a partir da qual analisaremos metodologicamente a exposição museológica. Se pensarmos a concepção de uma exposição, desde a construção dos conceitos e temas abordados até a curadoria dos objetos e a configuração do projeto de expografia, perceberemos que tais processos tornam a exposição narrativa e/ou discurso.

Poderíamos, então, desta forma, construir uma crítica à exposição pensando-a como uma particular narrativa da história ou, para utilizar a expressão de Ricoeur (2007), como uma *representação historiadora do passado*, no sentido de que:

“*Expor* significa também contar, narrar (expor um fato), explicar, interpretar (expor os motivos de uma ação) e pôr em perigo, arriscar (expor a vida). Essa variedade de operações, que desinstalam lugares estáveis e sentidos cristalizados, emerge precisamente no objeto, que, ao perder valor de uso na exposição, transfigura-se em objeto narrado e, dependendo da exposição, em objeto narrador...” (REGIS, 2004, p. 137).

Em analogia à escrita da história, a exposição também pode ser vista como uma construção narrativa, encerrada por uma inscrição; contudo, não necessariamente escriturária, mas discursiva por sua natureza. E, como um discurso, não se desenvolve isoladamente. Assim, assumimos que a exposição museal só possui forma a partir da interlocução que ela realiza com o público.

Compreendemos também que a exposição não é o único foro de ação do um museu. Entretanto, “[...] é a principal instância de mediação dos museus, a atividade que caracteriza e legitima sua existência tangível. Através das exposições, os museus elaboram uma narrativa cultural que os definem e significam enquanto agências de representação sociocultural” (SCHEINER, 2003, p. 1).

Acreditamos que é dentre suas atividades a que mais projeta ou repercute a instituição museal para a sociedade na qual está inserida. Nessa esteira, analisaremos a exposição inaugural do Museu do Homem do Nordeste, organizada em 1979, e sua primeira reformulação realizada na segunda metade dos anos 1990, a fim de percebermos os encontros e desvios dessas narrativas e que os argumentos as compunham. Por fim, buscamos pensar na exposição como escrita, o produto de uma prática, de característica linear em que os limites da produção tendem a não ser expostos, essa representação historiadora do passado em que o discurso se ancora e produz sentidos.

3.1 - Tessitura Expográfica: os interdiscursos do Museu do Homem do Nordeste.

Inaugurado em 21 de julho de 1979, o Museu do Homem do Nordeste é um dos projetos museológicos mais significativos para a Fundação Joaquim Nabuco, pois conjuga, pela sua temática, a atividade finalística da Instituição, que é dar visibilidade às questões sociais e à história da Região Nordeste do Brasil.

O ano de 1979 é emblemático, e a abertura do Museu do Homem do Nordeste se apresenta como corolário, pois ocorre em meio às comemorações do aniversário de 30 anos do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e antecipa a transformação jurídica do Instituto em Fundação. Como podemos perceber a partir da fala de Nilo Pereira, à época presidente do Conselho Diretor do IJNPS:

Hoje, a inauguração do Museu do Homem do Nordeste — sob a competente direção de Aécio de Oliveira — será o ponto culminante das celebrações dessas três décadas, que não passam em vão. Esse Museu é uma grande realização antropológica, cultural e artística. O Nabuco atinge, assim, um campo sempre maior de ação e abre os

horizontes mais tentadores e mais sérios aos pesquisadores e aos governos. Pois que cabe aos governos — insisto sempre nisso — tomarem boa nota desse trabalho idôneo que vem ajudar na solução dos nossos problemas e de nossos desafios (JORNAL DO COMMERCI0, 21 de Julho de 1979).

Mais do que uma mudança na natureza jurídica de uma instituição, atingir a condição de Fundação consagra institucionalmente o antigo IJNPS e dá prestígio e credibilidade às ações desenvolvidas e aos atores envolvidos. Nessa ocasião, o Instituto é gerido por Fernando Freyre, filho de Gilberto Freyre; tal administração ganha revelo, sobretudo, por tentar ultrapassar o estigma social do nepotismo e pela tentativa de consolidar as ações do Instituto em meio ao processo de redemocratização do País.⁴³

Não serão poucos os relatos e o apelo midiático à inauguração do Museu e às comemorações do aniversário do Instituto. Semelhante ao que ocorreu no final dos anos 1950, quando da criação do Instituto, vemos uma mobilização intensa da tradicional mídia local em veicular artigos, matérias, notas, citando os eventos.

Em matéria publicada no jornal *DiariodePernambuco* datada de 19 de julho de 1979, vemos Sebastião Villa Nova, pesquisador vinculado ao Instituto, fazer uma verdadeira elegia à comemoração dos 30 anos do IJNPS.

Do IJNPS bem se pode afirmar que não se trata de centro de pesquisa “burocrática”, fechada à criatividade imprescindível à pesquisa social e, de resto, à pesquisa científica em geral, porém, de centro de pesquisas aberto aos motivos e impulsos individuais de indagação em torno dos fenômenos e problemas da sociedade.

O autor traça argumentos acerca do caráter acessível das atividades do Instituto, como se organizariam, antecipando a afirmativa em que o próprio Nilo Pereira justifica a importância do IJNPS. Sebastião ainda se utiliza dos argumentos que colocam a pesquisa social como “[...] instrumento de autoconsciência da sociedade” e salienta a importância da atuação da instituição para a Região. Sob a mesma perspectiva, Nilo Pereira escreve ao *Jornal do Comércio* dias depois e salienta o lugar da Instituição como agente de mudança social.

⁴³ É importante destacar que, com o fim do regime militar de 1964, várias instituições públicas são extintas; assim o discurso institucional assumido pela Fundaj é de se autorrepresentar como uma instituição de profunda aderência social e de extrema relevância à produção científica nacional.

O Instituto não é uma organização fechada, esotérica, distante de tudo e de todos. Pelo contrário: é uma casa aberta aos estudiosos, aos pesquisadores, aos professores, aos jornalistas, aos cientistas sociais, aos artistas, aos estudantes — a quem quer que deseje conhecer as nossas realidades básicas (JORNAL DO COMMERCIO, 21 de julho de 1979).

Em outro artigo, extenso e sem indicação de autoria, publicado no *Jornal do Comercio*, em 20 de julho de 1979, são feitas chamadas convocando a sociedade a comparecer ao grandioso evento de inauguração, assim como sinalizando a importância da inauguração que essa instituição terá para a Região.

O Nordeste estava, em verdade, necessitando de um museu dessa ordem, que conte aos que o visitarem a história da vida dos homens que o povoam, fortes, heroicos e resignados, cooperando, apesar de tudo, para a grandeza do País, do qual são parte tão relevante.

A citação acima reitera a visão do nordestino como povo simplório e destemido, subjugado, mas resiliente. Essas práticas discursivas se avolumam a partir dos anos 1930 e que consolidam uma visão estigmatizada, homogênea e estereotipada acerca da Região e dos seus habitantes. Esse argumento também é recorrente em artigo publicado no *Jornal do Comercio* em 19 de julho de 1979, por Leudar de Assis Rocha⁴⁴. Assim afirma o autor:

Foi ideia feliz, esta, da criação desse Museu, em que o homem nordestino far-se-á presente pela inteligência, pela habilidade artesanal, pelo domínio das artes plásticas, pela grandeza de sua própria história, mostrando como tem sabido, com o heroísmo da região, vencer os sofrimentos, superar as vicissitudes e sobrepor-se ao nunca assaz negado abandono em que se tem pairado. Nem as secas, nem as enchentes, nem o nosso velho canibalismo político tiraram o ânimo desse homem de coração generoso e de alma férrea, que antes de ser propriamente nordestino é brasileiro, contribuindo com seu esforço para a grandeza deste país.

Em quase todas as matérias encontradas, são reafirmadas visões acerca do caráter que tipifica o nordestino a partir da valorização dos aspectos que envolvem os discursos da vida sofrida, fabricada sob a ótica da seca como fenômeno geográfico e de uma essência rural e original do povo nordestino como aquele que tudo enfrenta e tudo tolera.

⁴⁴ Médico, articulista do periódico *Jornal do Comercio*, pertence à família Figuêroa, proprietária do jornal *Diário de Pernambuco* de 1845 a 1900. Fonte: GASPAR, Lúcia. Leudar de Assis Rocha. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

O uso dessas práticas enunciativas ainda evoca o regionalismo como um caráter natural em oposição ao nacionalismo. E o povo nordestino como representante mais fidedigno da história nacional. Além de expressões teleológicas, que projetam o futuro que estaria por se consagrar a partir da instalação do Muhne.

O próprio Gilberto Freyre publica no periódico *DiariodePernambuco*, em 29 de julho de 1979, um artigo intitulado: *ORecifePioneiro*, texto com o mesmo caráter teleológico sobre a inauguração do Muhne, explicitando o que é tal instituição e sua projeção regional ante o futuro:

Um Museu que é outra negação de banalidade. Negação também de necrofilia. Museu vida. Todo ele uma aliciante aventura em que ao arrojo de inteligência criadora se juntam a arte e a ciência especializadas.

Os objetos expostos deixam de ser passado para ser presente: vibrante presente. Uma museologia inovadora. O Instituto Joaquim Nabuco revelou-se tão pioneiramente inovador nesse seu museu — único no Brasil — como em várias outras expressões de sua criatividade.

Para Freyre,

Com o Museu do Homem do Nordeste, o Recife se afirma, mais uma vez, pioneiro. Sua irradiação vai dar relevo não só ao nacional como internacional ao que na inteligência pernambucana vem sendo arrojo inovador.

Mas nem só de elogios se faz a inauguração do Museu do Homem do Nordeste e as comemorações do aniversário do Instituto. A profusão de comentários nos periódicos locais não deixa a ocasião livre de polêmicas. Como podemos observar, em matéria publicada no dia 30 de julho de 1979, no *JornaldoBrasil*, o jornalista Homero Fonseca dos Santos, que atenta para as críticas realizadas ao IJNPS e seus administradores:

Apesar de seu acervo de trabalho, o IJNPS tem recebido caústicas críticas de maios intelectuais nordestinos. “É um feudo de Gilberto Freyre”, dizem uns, acusando a existência de uma política de grupos na qual os parentes, amigos e afilhados do famoso autor de *CasaGrande&Senzala* seriam privilegiados.

Fernando Freyre nega as acusações: “Jamais utilizamos qualquer critério de parentesco ou amizade para contratação de pessoal, prevalecendo a capacitação profissional nas admissões de profissionais. Quanto a mim, não pretendia ingressar no Instituto, e só o fiz a pedido do ex-diretor-executivo Mauro Motta, que, ao deixar o cargo para assumir uma função em outro organismo, instou para que eu, que já prestava serviços aos IJNPS, assumisse a função”.

Existem também reparos quanto a um presumível envolvimento partidário do IJNPS com a agremiação governista — a Arena —, o qual seria claramente consubstanciado quando da visita do general João Figueiredo, no ano passado, ao Recife, na qualidade ainda de candidato da Arena à presidência da República. Na ocasião, os técnicos do IJNPS entregaram-lhe um documento contendo subsídios para administração, intitulado *Por uma política de desenvolvimento social para o Brasil*.

Além das críticas em torno da contratação dos profissionais, há uma forte denúncia ao envolvimento político do Instituto, e a relação dos dirigentes da “Casa” com os partidos e o tráfico de influência e privilégios cedidos à Instituição. No período de maior repressão militar, esse tipo de crítica nem era apontado abertamente nos jornais, mas, com pressão popular acerca da abertura política, esse é um debate que começa a se instalar. Contudo, as publicações são veiculadas em mídia nacional, visto a influência local e o monopólio exercido pelos interesses majoritários dos sujeitos que estavam à frente dos cargos de chefia do IJNPS.

Dentre outras críticas que circularam contra as atividades desenvolvidas no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, já citadas no capítulo de abertura desta dissertação, está o embate por conta da incorporação do Museu do Açúcar. Essa instituição é indexada ao Instituto com uma repercussão negativa, sobretudo a partir do argumento de que o Museu do Açúcar seria progressivamente desestruturado; e seu acervo, visto como precioso, sobretudo por conter artefatos das famílias abastadas e tradicionais que atuavam no segmento da cana de açúcar, ficaria difuso em meio à estrutura do Departamento de Museologia.

Em meio a críticas, elogios e polêmicas, o Museu do Homem do Nordeste é inaugurado em julho de 1979, sob um elaborado discurso proferido pelo presidente do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. A fala de Fernando Freyre aponta para várias direções, a projeção do futuro institucional no qual o Museu se integra, a reafirmação da relevância do Museu para a sociedade, a efetivação do projeto de sociedade baseado no regionalismo, o lugar da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) como agente do poder público responsável, não só por pensar as soluções para a Região Nordeste, mas por atuar junto a outras regiões levando seu modelo de atuação para outros territórios. Esse último aspecto foi identificado a partir das incursões que são

realizadas pela Fundaj nos anos 1980, com a criação de superintendências em São Luís, no Maranhão, e com a criação do Museu do Homem do Norte, no Estado do Amazonas.

E hoje, aqui reunidos, inauguramos o MUSEU DO HOMEM DO NORDESTE. Esse museu, que incorpora o acervo do MUSEU DE ANTROPOLOGIA, do MUSEU DO AÇÚCAR e do MUSEU DE ARTE POPULAR, procurará ser uma tentativa de síntese dos vários aspectos da vida social do HOMEM situado numa região onde madrugou a cultura brasileira e de onde vêm surgindo tantas antecipações criadoras que enriquecem a cultura e a História do Brasil. [...]

Esse museu, hoje inaugurado, procurará ser o mais possível representativo dos mais diversos aspectos da cultura do homem nordestino [...] Tentará registrar aspectos do seu trabalho, da sua religiosidade, da sua arte, da sua moradia, do seu folclore, do seu lazer, enfim: da sua vida como homem situado numa região de marcante presença da cultura brasileira.

Esta Casa de Pesquisa pretende instalar, em Manaus, num futuro próximo, o Museu do Homem do Norte, que, à semelhança deste, seja, também, o mais possível, representativo do homem brasileiro inserido na sua região — no caso a Norte, abrangendo a Amazônia e a pré-Amazônia. Região esta, o norte do País, que o Instituto deve alcançar mais efetivamente com as suas pesquisas. (FREYRE, Fernando. In FUNDAJ.1981, p. 192).

A influência de Gilberto Freyre também é capturada da fala de Fernando Freyre, sobretudo a relação histórico-temporal construída a partir do conceito de *tempo trípico*, em que o passado formula o presente e que é no presente que precisamos construir o futuro. Essa visão que seduz a partir da lógica do progresso e de que o desenvolvimento parte dos ensinamentos do passado e das ações no presente responsáveis pela construção do futuro são a marca também da história positivista, uma “[...] história-ciência [que] estabelecerá leis — de ordem, de relação, de evolução — com as quais o historiador poderia conhecer o passado e prever o futuro” (REIS, 2011, p. 32).

As falas supracitadas reiteram o caráter que naturaliza a instituição museológica e que coloca o acervo como *objetos metonímicos*, que, na definição de Ulpiano Meneses (1992), é um tipo de uso dado aos objetos que os colocam como “[...] figura retórica em que a parte vale pelo todo”. Ou seja, como se para compreender a sociedade nordestina do século XVI bastasse

compreender o microcosmo da sociedade açucareira, pois essa figura retórica explicita a história da Região. Contudo, ainda para Meneses (1992, p. 110):

O objeto metonímico perde seu valor documental, pois passa a contar com o valor predominantemente emblemático. Imaginar que é possível, por intermédio de peças museológicas, expressar o “sentido” de determinado grupo ou cultura é ingenuidade em que os museus não poderiam cair: não é possível, decididamente, “exibir culturas”.

[...] Enquadra-se aqui o emprego do típico, do estereótipo, para fins de síntese — sempre redutora e com riscos já conhecidos e denunciados, principalmente quando estão em cena objetos tão suspeitos e problemáticos, como criar ou reforçar a identidade cultural (MENESES, 1992): as simplificações sempre mascaram a complexidade, o conflito, as mudanças e funcionam como mecanismos de diferenciação e exclusão.

A formulação do Museu do Homem do Nordeste também se apresenta como forma de acomodar espacialmente os acervos dos Museus do Açúcar, de Arte Popular e de Antropologia do antigo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, e essa fusão se perpetua como mito fundador do Muhne.

Contudo, Aécio de Oliveira, acredita que a ideia de um museu com as características do Homem do Nordeste é um desejo de Gilberto Freyre e, em entrevista à Joselice Jucá, no ano de 1989, ele cita suas impressões acerca de um artigo de Freyre publicado em 1926, em que o autor afirma da importância de pensar um museu para a Região Nordeste:

quando nós recebemos o Museu do Açúcar, ficamos com três museus: o de Arte Popular, que funcionava em Apipucos; o de Antropologia, que funcionava aqui na sede; e o do Açúcar, que funcionava aí vizinho. Passa com esse acervo fantástico, também com alguns funcionários, então nós temos uma dificuldade de lidar com três módulos [...] em prédios diferentes e ficava também meio difícil para a própria visitação, visitar um, depois o outro e outro. É aí que vem a ideia, surgiu a ideia de se transformar o Museu do Açúcar com os acervos dos outros dois museus em um Museu do Homem do Nordeste. Isso nós já tínhamos visto, descoberto um artigo de Gilberto Freyre que escreve no dia 13 de junho de 1926 sobre como deveria ser um museu para Pernambuco. Então é feita a junção dos três museus e nós fizemos uma reforma no edifício e instalamos a exposição (OLIVEIRA, 1988. s/p.).

Mais do que um desejo antecipatório de Gilberto Freyre em criar um museu, existe um desejo de alinhamento muito forte por parte de Aécio e do Departamento de Museologia em apreender museologicamente o pensamento de Freyre. Nesse sentido, não é por caso que Mário Chagas (2014) pontua em entrevista uma visão de Aécio de Oliveira como braço museográfico de Gilberto

Freyre. Sobretudo por uma assimilação significativa das obras e dos conceitos operados pelo sociólogo idealizador do IJNPS. Assim, a exposição do Museu do Homem do Nordeste, inaugurada em 1979, se apresenta como uma síntese museológica do pensamento freyriano.

Mario Chagas (2014) aponta em entrevista que Aécio de Oliveira fica à frente da produção conceitual das expografias do Muhne durante atuação como diretor do Departamento de Museologia, e, ao operar como um braço museológico de Gilberto, Aécio de Oliveira se inclina a uma abordagem antropológica do acervo. Esse dado pode ser acrescido de algumas hipóteses: pela influência da Antropologia na sua formação, desde o período de atuação na Sessão de Antropologia no Instituto Joaquim Nabuco nos anos 1960, pela sua relação com o próprio Gilberto Freyre, por sua experiência no Museu do Folclore Edison Carneiro no Rio de Janeiro⁴⁵.

É válido destacar que há em demasia um apreço generalizado pelo acervo de arte popular e uma adesão ao discurso do folclore como objeto de resgate comum nas teorias antropológicas dos anos 1970 e 1980. Mas é preciso igualmente pontuar que não só Aécio de Oliveira deliberava acerca dos conceitos das exposições do Museu do Homem do Nordeste. Como podemos ver na Tabela 3 a seguir, muitos dos museólogos pertencentes ao IJNPS estiveram à frente da direção do Museu do Homem do Nordeste, mas com destaque Aécio de Oliveira, Regina Batista e posteriormente o arquiteto Antônio Carlos Montenegro são os que ousaram modificar as exposições de longa duração do Muhne, e sob eles recaem os louros e as críticas acerca das produções expográficas.

⁴⁵ Aécio de Oliveira assumiu em 1969 a direção do Museu do Folclore Edison Carneiro no Rio de Janeiro. Fonte: OLIVEIRA, 2009.

Tabela 3: Levantamento por ordem alfabética do quadro de dirigentes do Museu do Homem do Nordeste entre 1979 e 2003.

Nome	Período
Aécio de Oliveira	1985–1986
Antônio Carlos Montenegro	1991–2003
Ciema Muller	1989–1991
Marcus Accioly	1981–1985
Maria Cristina de Oliveira Mattos	1987–1989
Mário de Souza Chagas	1986–1987
Vânia Estevam Dolores	1981
Virgínia Barros	1979–1981

Até 1981, a primeira exposição do Museu do Homem do Nordeste também mantém os módulos originais da exposição do Museu do Açúcar denominada *Açúcar I e II*. Essas alas tratam de expor da história da sociedade açucareira. Tais ambientes se referem às exposições de longa duração do MA denominadas *O Açúcar e o Homem* e a exposição *Cultura e Indústria da Cana-de-açúcar*⁴⁶. Acreditamos que a escolha por manter esses módulos se dê entre outros motivos por argumentos em prol do Museu do Açúcar perpetrados por Virgínia Barros.

Dos funcionários que são incorporados ao quadro do Departamento de Museologia do Instituto, Virgínia Barros, historiadora de formação, atuou na transição do Museu do Açúcar, do Instituto do Açúcar e do Alcool, para o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em 1978. Virgínia também esteve à frente da direção do Museu do Homem do Nordeste em 1979⁴⁷, mas

⁴⁶ Fonte: Catálogo Museu do Açúcar.

⁴⁷ Foram encontrados, no Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste, na caixa de nº 25, relatórios de atividades do Museu do Homem do Nordeste em que Virgínia Barros assina

não conseguimos precisar o período e os motivos que a afastam da direção. Ela cita, em entrevista às pesquisadoras Carla Camarão e Ângela Nascimento (1988), que passa os primeiros anos na direção e posteriormente se dedica às atividades de pesquisa museológica, que têm como principal atividade o levantamento de dados acerca do acervo do Muhne.

Virgínia Barros é citada por Aécio de Oliveira, em entrevista cedida à pesquisadora Vânia Dolores, no ano de 2009, como uma pessoa de forte atuação e com quem ele teria traçado uma intensa relação de parceria, antes mesmo da organização do Museu do Homem do Nordeste, e anteriormente intensificada com a incorporação do Museu do Açúcar.

Assim, uma das personagens corriqueiramente esquecidas que atuou ativamente na organização da exposição do Museu do Homem do Nordeste e que exerceu a coordenação desse equipamento cultural traz para a exposição uma visão histórica acerca do acervo e uma forte valorização da expografia produzida no Museu do Açúcar, atuando na elaboração da exposição do Muhne.

A exposição inaugurada em 1979 parece reeditar expografias já anteriormente realizadas pelos Museus de Antropologia e de Arte Popular. Essa constatação pode ser observada a partir das fotografias de alguns módulos da exposição⁴⁸, que podem ser analisados a seguir.

como coordenadora do Museu. Nesse mesmo arquivo, são encontrados relatórios datados a partir de 1982 em que o artista Marcus Accioly assina como dirigente do Muhne. Ainda no ano de 1981, vemos relatórios mensais de atividades serem assinados por Vânia Dolores; isso se deve à substituição temporária de Virgínia Barros, que estava no gozo de férias e de licença concedida para o mesmo ano.

⁴⁸ Boa parte das imagens da exposição inaugural do Museu do Homem do Nordeste são retiradas de um artigo escrito por Aécio de Oliveira e Mário Chagas publicado na revista *Museum* de 1983. Essa é uma importante publicação realizada pela Unesco, e poucos museus no mundo conseguem esse espaço de visibilidade. No artigo os autores apresentam a instituição, mas, em geral, o texto se detém a uma reflexão conceitual acerca da museologia brasileira, denomina por Aécio como *museologiatropical*, ou *museologiamorena*. Esse é um dos únicos textos em que o autor descreve uma conceituação sobre esse termo, contudo tal argumento é perseguido por Aécio de Oliveira durante toda sua trajetória profissional.

Figura 1:

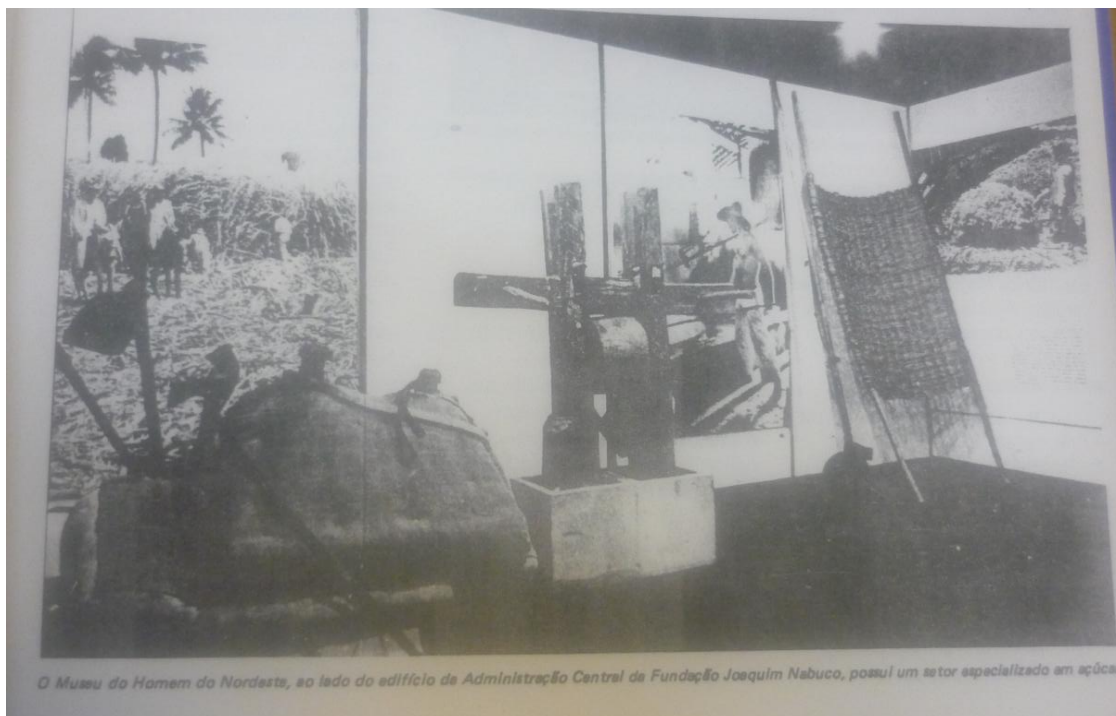
Vestíbulo de la segunda área de exposición. En el centro, una típica caldera de las que se empleaban en los ingenios azucareros. [Foto: Severino Ribeiro.]

Fonte: Revista *Museum*, 1983.

A imagem acima indica o que poderíamos denominar de *ambiente de sociabilidade da família patriarcal*. Traz um mobiliário imponente comum aos grandes e tradicionais engenhos de cana-de-açúcar, remontando salas de estar, com uma tapeçaria ao fundo que reproduz a famosa obra da manufatura francesa Gobelin, em que o artista Franz Post faz uma leitura ilustrativa do Brasil colonial para a sociedade europeia.

Podem também ser identificados na imagem dois quadros relativamente contemporâneos à exposição, do lado direito de autoria do artista pernambucano Lula Cardoso Aires⁴⁹ e do lado esquerdo um do qual não temos a identificação de autoria, mas que reproduz uma figura feminina com características de uma espécie de deusa grega que carrega uma foice em uma das mãos e está localizada ao que parece ser um canal. O discurso produzido pela sala apresenta a produção açucareira como um marco econômico, histórico e cultural da Região Nordeste.

⁴⁹ Lula Cardoso Aires, *Eito* (1943). Óleo sobre tela.

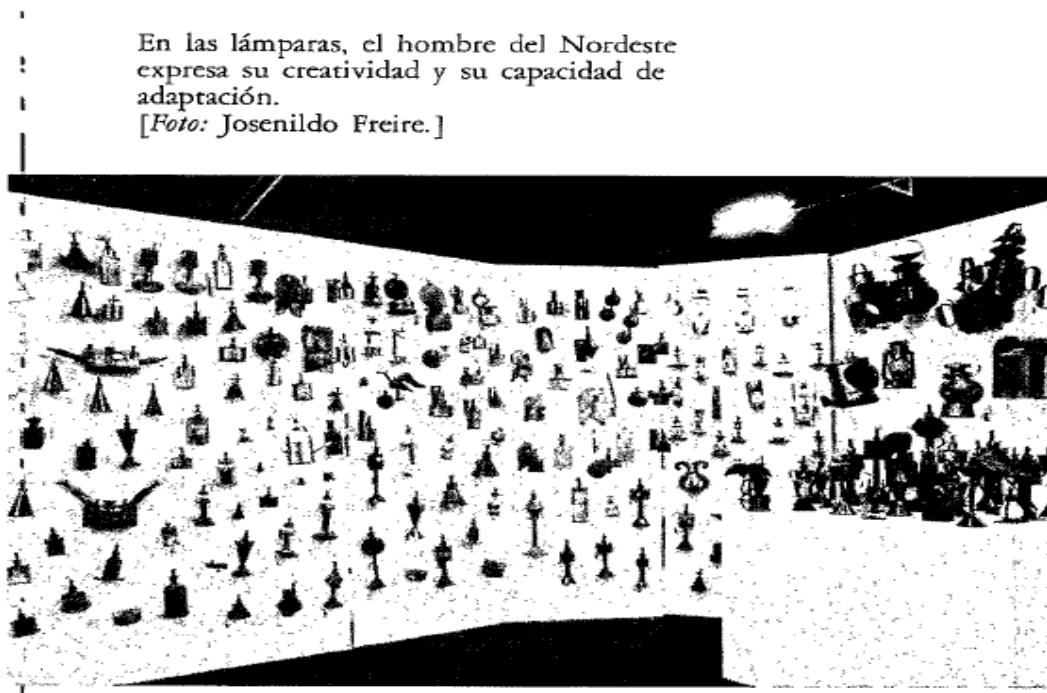
Figura 2:

Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Relatório de Gestão do Exercício de 1980, 1981, p. 9.

Em oposição à opulência das representações dos engenhos, essa outra imagem⁵⁰ da exposição em 1981 apresenta, mas sem problematizar, o que parece ser o ambiente de trabalho e os trabalhadores da cana-de-açúcar. São apresentados objetos como a moenda ao centro, um banguê de palha do lado direito e, do lado esquerdo, o que parece ser um tipo de suporte para instrumentos de trabalho como a enxada.

As imagens já não são quadros ou ilustrações, não possuem molduras, são imagens fotográficas que apresentam o canalial à esquerda, ao centro o que parece a atividade de produção de rapadura e à direita, a pesar de não conseguirmos identificar o tipo de atividade, se sobressai em primeiro plano a imagem do que parece ser uma criança. Infelizmente, o conjunto da apresentação parece naturalizar o lugar da criança nesse ambiente de trabalho; ao que parece, a discussão acerca do trabalho infantil e sobre a pobreza não são colocados, se sobressaindo o ambiente de trabalho em detrimento dos sujeitos e os lugares sociais ocupados pelos mesmos.

⁵⁰ A imagem ilustra uma das páginas da publicação do Relatório de Gestão da Fundação Joaquim Nabuco datada de 1981.

Figura 3:

Fonte: Revista *Museum*, 1983.

A contextualização dos objetos também não parece ser uma prática. Na imagem acima, podem ser identificados outros dois ambientes da exposição. Ela apresenta uma instalação repleta de luminárias artesanais, candeeiros e lanternas; contudo a legenda da imagem, que ilustra o artigo publicado na revista *Museum* de 1983, reduz a interpretação da instalação colocando tais objetos como expressões criativas que denotam a capacidade de adaptação do homem do Nordeste.

Num país onde o acesso à energia elétrica, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), chega, nos anos 1980, apenas a 62,2% da população brasileira e que somente 21,1% da população rural tem acesso a rede elétrica, nesse mesmo ano de coleta é de se preocupar que a legenda e o artigo apresente uma volumosa instalação de luminárias sem apontar para a questão da distribuição de bens e serviços básicos à sociedade. Sobretudo, pelo fato de que em inúmeras descrições a Fundação Joaquim Nabuco se colocava como centro de pesquisas dedicado ao desenvolvimento da Região

Nordeste, e o Museu do Homem do Nordeste, também representa isso, quando das afirmações que o classificam como instrumento de ação social.

Figura 4:

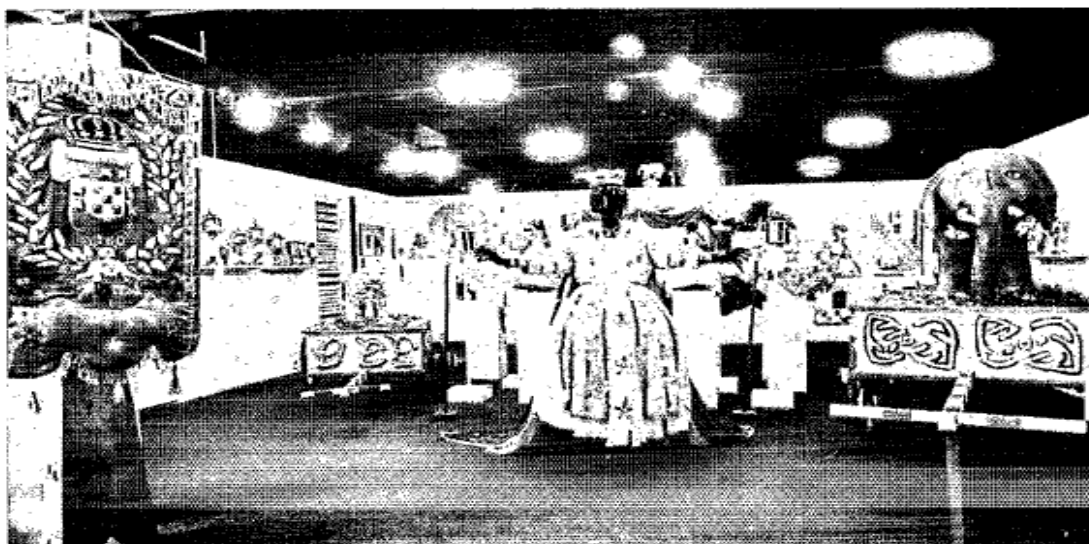


Leoado - Orixás: Omolu, Oxóssi, Osain e Ogum

2014/09/12

Fonte: CAVALCANTI; RODRIGUES. Museu do Homem do Nordeste. 1998

Figura 5:



na elaborado reciente-
cto de reorganización
e Emilio Goeldi y de
so del Hombre del

A la izquierda, el estandarte de "Maracatu
Elefante", comparsa de carnaval disuelta en
1962. En el centro, traje de Doña Santa,
reina de esta comparsa.
[Foto: Josenildo Freire.]

Fonte: Revista *Museum*, 1983.

A imagem acima, que também ilustra o artigo de Aécio de Oliveira e Mário Chagas na revista *Museum* de 1983, expõe uma parte da exposição destinada ao acervo do Maracatu Elefante, composto por indumentárias, carro alegórico com símbolo do Maracatu, o estandarte da agremiação. Sobre esse módulo, a seguinte descrição é apontada no artigo:

Também se apresentam as divindades do rituais afro-brasileiros com seus trajes típicos e acessórios correspondentes. No mais se expõem aspectos do folclore relacionados com a culinária, a , a literatura de cordel, os bolinhos das vendedoras de acarajé, o bumba-meu-boi, o mamulengo, o caboclinho e o maracatu (danças e grupos de bailarinos tradicionais) [...] (OLIVEIRA, A. e CHAGAS, M. 1983, p.183. Tradução livre).

De maneira geral, os módulos presentes na exposição do Museu do Homem do Nordeste se apresentam como versões resumidas das exposições já realizadas pelos museus de Antropologia e de Arte Popular na década anterior. Ainda que revisitadas, talvez elas se apresentem como versões simplistas de ações já realizadas pelo Instituto. É o que ocorre com o módulo que apresenta acima o Maracatu Elefante, com a ala que apresenta o acervo de luminárias, que dá nome à exposição *Luminárias Populares* em 1974 e em 1976; e com o acervo de ex-votos organizado em exposição entre os anos de 1971 e 1974⁵¹.

Essa hipótese é reafirmada a partir também da análise dos Relatórios de Atividades da coordenação do Museu do Homem do Nordeste⁵² que tivemos acesso. Por exemplo, no Relatório de 1980, em que Virgínia Barros estava à frente da coordenação do Museu, são mencionadas algumas mudanças de acervo. Em geral, dizem respeito à substituição de peças que saíam para empréstimo para outras instituições e/ou exposições, ou aqueles objetos que necessitavam de tratamento especial, visto as condições de conservação. Como podemos conferir a partir do trecho do documento abaixo citado:

⁵¹ Ver tabela 1.

⁵² Tivemos acesso aos Relatórios de 1980, 1981, assinado por Virgínia Barros; além dos Relatório de 1982 em que Marcus Accioly assina como dirigente do Museu, e por fim o Relatório de 1986/87 assinado pelo museólogo Mario Chagas. Esses documentos podem ser encontrados no arquivo institucional do Museu do Homem do Nordeste, na caixa de nº 25.

Na exposição *Antropológica*, despreendeu-se da parede uma prateleira no local destinado ao material do Maracatu Elefante, danificando algumas taças, estando estes objetos precisando de imediata recuperação [...] Na exposição *Açúcar*, foram substituídas as seguintes peças: 1 (um) baú e 2 (duas) espadas, por 1 (uma) mesa que se encontrava no Salão Joaquim Nabuco, e 1 (um) álbum de fotografias antigas da Divisão de Iconografia. (Fonte: ARQUIVO INSTITUCIONAL MUHNE, Caixa 25).

O conjunto de relatórios encontrados e analisados durante a pesquisa, todas as mudanças no nível de exposição, se situam no campo da substituição de peças; a abordagem geral da exposição inaugural do Muhne é preservada. Nos relatórios de 1982, há uma profusão de programas de cunho educativo-culturais desenvolvidos no Museu, já no relatório de 1986/87 são mencionadas modificações de infraestrutura e segurança do prédio, como a inserção de mobiliário destinado à recepção, normatização e capacitação destinada aos funcionários, ações educativo-culturais, mas não se menciona nenhuma intervenção no acervo ou na exposição de longa duração.

Contudo, ainda merece destaque o módulo do Museu do Homem do Nordeste destinado à representação das feiras populares. Sobre esse ambiente, não tivemos acesso a imagens, mas, por diversas ocasiões, é citadas essa parte da expografia, que buscava a partir da visualidade das “[...] feiras populares expressar o cotidiano e as livres expressões do povo Nordestino”. Regina Batista (2015) cita que semanalmente os funcionários do Muhne iam ao mercado de Casa Amarela em busca de comprar ervas e temperos para renovar aqueles presentes na exposição.

O que ocorre por certo é que o Museu do Homem do Nordeste, nos seus primeiros anos de funcionamento, talvez pela própria imaturidade do processo de fusão dos acervos, por uma necessidade de aceitação do público mal-acostumado a mudanças no uso dos objetos, por se situar no mesmo prédio do Museu do Açúcar, opta por manter boa parte das exposições dos museus pertencentes ao IJNPS. Sustentando-se a partir de uma divisão sutil, mas precisa que coloca o Museu do Açúcar no andar térreo e o Museu de Antropologia e de Arte Popular no andar superior (Ver planta baixa do prédio no anexo 1).

De acordo com a força e a visibilidade que o discurso do Museu suscita, são feitas, de maneira mais intensa, as integrações entre acervos, e a partir daí um movimento não de criação de uma exposição com um conceito mais homogêneo, mas uma superposição de exposições que se justapõem para assim poder compor os argumentos que colocam aquela instituição como território de representação do homem do Nordeste, compilando os conceitos de *homem* e de *cultura* extraídos da experiência etnográfica do Museu de Antropologia, com o recorte histórico que faz referência à cultura canavieira e à indústria açucareira.

As categorias de pensamento que esses objetos representam são assimiladas a partir de seu diálogo com as produções de Gilberto Freyre principalmente por existir uma cultura institucional, intelectual e afetivamente vinculada a Gilberto, produtora de discursos que perseguem os mesmos sentidos produzidos em sua obra.

Em geral, de uma museologia hoje considerada conservadora, pela prática de dois predominantes tipos de uso dos objetos, o uso metonímico e o uso do objeto enquanto fetiche (MENESES, 1992). Sendo os objetos metonímicos aqueles que buscavam classificar as práticas sociais definidas como *populares*, por pertencerem ao universo do conjunto dos trabalhadores da cultura da cana. E os de fetiche se constituíam significativamente a partir dos objetos considerados raros, eram os quadros com fotografias das famílias patriarcais, as opalinas, as louças e pratarias pertencentes às famílias abastadas. Em ambas as abordagens, os lugares sociais estavam claramente definidos. E o discurso expográfico pobre de problematizações sociais.

A expografia desenvolvida para a primeira exposição se mantém durante a direção de Regina Batista no Departamento de Museologia, após a saída de Aécio⁵³. Contudo, por ter uma característica de trabalho menos intuitiva e mais técnica, a museóloga persegue uma perspectiva mais cronológica em relação à exposição. Nesse sentido, as maiores intervenções de Regina são a de sinalização museológica, dotando a exposição de etiquetas, inserindo textos,

⁵³ Aécio de Oliveira é cedido entre 1984 a 1985 para assessorar as atividades da Presidência da Fundação Joaquim Nabuco e, de 1986 e 1987, ao Museu Paraense Emílio Goeldi.

modificando uma exposição que tinha um forte caráter estético e sinestésico com apelo às cores e aos cheiros da Região por uma expografia mais densa de significantes e produções textuais.

Com o discurso da conservação do acervo e com a dificuldade que a burocratização institucional impõe para a compra desse tipo de material, são retiradas do circuito expográfico as ervas; e aos poucos o discurso da feira popular é substituído por peças de artistas populares, brinquedos e engenhocas de artistas locais. De uma abordagem histórica, entretanto, ainda baseada nas obras freyreanas, a gestão de Regina Batista possui uma abordagem histórico-cronológica também respaldada pela teoria social elaborada por Gilberto Freyre.

Durante a atuação de Regina Batista à frente do Departamento de Museologia, o Museu do Homem do Nordeste foi coordenado por mais dois dirigentes, sendo o primeiro Marcus Accioly, que atua de 1982 a 1985 na instituição. A gestão de Accioly é bastante conturbada, e sua relação institucional com a diretora do Demu é muito difícil. Em entrevista às pesquisadoras Ângela Nascimento e Carla Camarão (1988), Marcus Accioly chega a afirmar que não reconhecia a hierarquia do Departamento de Museologia e se reportava diretamente ao superintendente do Instituto de Documentação.

Na ocasião, a relação entre o Departamento de Museologia e o Museu do Homem do Nordeste era complexa, pois o Demu sem unidade de atuação tinha suas atividades museológicas restritas, e ambos os setores disputavam autonomia junto aos dirigentes da Fundaj. Acreditamos que esse quadro, associado ao fechamento do Museu Joaquim Nabuco, é o impulsionador do rearranjo que eleva o Museu do Homem do Nordeste à condição de Departamento e transforma o antigo Demu em Divisão de Museologia junto à Divisão de Museografia e à de Iconografia.

Ainda durante a gestão de Marcus Accioly/Regina Batista, um evento significativo marca a história do Museu do Homem do Nordeste. No ano de 1985, ocorre um furto na exposição de quatro medalhas holandesas

pertencentes ao acervo do Muhne. Segundo Araújo, são apontados e responsabilizados no inquérito administrativo⁵⁴ (2014, p. 53–54):

[...] oito funcionários foram responsabilizados pelo roubo e, após inquérito administrativo, sofreram a penalidade de advertência em sua ficha funcional por haverem “[...] negligenciado os seus deveres funcionais acarretando dano ao patrimônio da Fundação”.

Esse evento marcante impulsiona o primeiro grande projeto de reestruturação da exposição. Em 1985, Marcus Accioly deixa a direção do Museu do Homem do Nordeste e quem assume tal função é o museólogo Mário de Sousa Chagas; contudo, sua atuação é breve, dura pouco mais de 1 ano, de 1986 a 1987. Em relatório descritivo das atividades da coordenação-geral do Museu do Homem do Nordeste, Mário Chagas expõe as ações realizadas sob sua direção. Em texto de abertura do relatório, ele faz algumas considerações acerca de sua passagem na instituição e em torno do Muhne:

A proposta idealizada e já iniciada para o Museu do Homem do Nordeste é de que o mesmo se torne cada vez mais representativo, mais comunicativo, e se aproxime cada vez mais da comunidade em que está inserido, através das exposições, das pesquisas e dos programas educativo-culturais que desenvolve.

[...] O grande desafio de todo museu é alcançar o ponto de equilíbrio entre segurança do acervo e dinamismo. E, para este ponto, buscamos encaminhar o Museu do Homem do Nordeste (Documento: Relatório Geral, período maio/86 – abril/87. Fonte: Arquivo Institucional do Muhne. Caixa de nº 25).

Em linhas gerais, o relatório escrito por Chagas é extenso e reflete o espírito que se instaura no Museu após o episódio do furto da exposição. Contudo, como veremos mais à frente, o projeto de reestruturação que se ensaia na segunda metade dos anos 1980 só consegue ser levado à execução após quase uma década de sua proposição.

Em 1987, Cristina Mattos Assume a direção do Museu do Homem do Nordeste. Durante sua atuação, é criado o Setor de Programas Educativos e Culturais (Preduc), esse setor é responsável pela consolidação das ações educativo-culturais desenvolvidas no Muhne. Além desse setor, é durante a gestão de Cristina que são retomadas as ações de catalogação do acervo a

⁵⁴ Inquérito Administrativo instaurado através da Portaria de nº 141/85, disponível no Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste. Apud ARAÚJO (2014).

partir do Sistema de Informação Museológica (SIM).⁵⁵ Mas o projeto de reformulação da exposição não sai do papel, sobretudo pela não disponibilidade de verbas para o seu desenvolvimento.

Em 1989, Ciema Muller assume, no lugar de Cristina Mattos, que solicitou afastamento alegando motivação pessoal, a gestão do Museu do Homem do Nordeste. Com os impasses em torno de verbas para dar continuidade ao projeto de reformulação da exposição de longa duração, a gestão de Ciema atua na produção de exposições temporárias, essa que já era uma prática comum desde o período do IJNPS, e, com um quadro reduzido de consultorias museológicas externas, as atividades de museografia se concentram na programação interna do MUHNE.

Entretanto, a partir dos anos 1990, os Relatórios de Gestão não mais descrevem as exposições temporárias, o que dificulta a identificação das mesmas. Sobretudo porque não só o Museu do Homem do Nordeste realizava tal atividade. A Galeria de Arte Vicente do Rêgo Monteiro já estava em funcionamento, assim como os Relatórios de Gestão da Fundação Joaquim Nabuco passam a contar com o registro das atividades produzidas pelo Museu do Homem do Norte e com as demais programações culturais realizadas pelos escritórios da Fundaj espalhadas pelo território nacional. Em 1989, a Fundação conta com escritórios nos estados da Bahia, do Maranhão, de Sergipe e no Distrito Federal, além da Superintendência do Amazonas, lotada no Estado do Amazonas.

Ciema Muller atua à frente da direção do Museu do Homem do Nordeste até o ano de 1991, quando Antônio Carlos Montenegro assume. É durante a gestão do arquiteto que o MUHNE consegue os recursos necessários à realização da reformulação da exposição de longa duração através da Fundação Vitae⁵⁶.

⁵⁵Sobre os processos de catalogação, registro dos acervos e o Sistema de Informação Museológica da Fundação Joaquim Nabuco ver: OLIVEIRA JUNIOR, Albino Silva de. **Sistemas de documentação museológica na Fundação Joaquim Nabuco: análises e proposições**. Recife, 2014. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Gestão pública para o desenvolvimento do Nordeste), Universidade Federal de Pernambuco.

⁵⁶ A fundação Vitae é uma organização social sem fins lucrativos que atuou no Brasil de 1987 a 2006 fomentando atividades culturais e museológicas. Foi responsável pela divulgação de

3.2 A reformulação da exposição de longa duração e o amálgama da visão regionalista de homem e de cultura nordestina.

A experiência do furto das medalhas holandesas na exposição do Museu do Homem do Nordeste, em 1985, impulsionou a elaboração do projeto de reestruturação da exposição de longa duração, mas não apenas isso. O evento expôs as fragilidades do MUHNE, que não possuía uma documentação museológica completa acerca dos seus objetos (OLIVEIRA JUNIOR, 2014), e essa vulnerabilidade faz com que o discurso de preservação e segurança do acervo ganhe a força institucional para pleitear a reforma do Museu.

Passado o evento traumático, o projeto de reestruturação se arrasta por mais de uma década até sua efetiva realização. São empreendidas pequenas ações ao longo desses anos com o inventário, catalogação e seleção do acervo, a reestruturação do Sistema de Informação Museológica (Sim), a alimentação dos dados no sistema. Entretanto, é apenas nos anos 1990 que se iniciam os trabalhos de reforma no circuito expográfico. Essa melhoria ocorre, sobretudo, por conta do financiamento fomentado pela Fundação Vitae.

Durante as pesquisas, tivemos acesso ao projeto de reformulação da exposição. O documento foi elaborado por vários servidores da Fundação Joaquim Nabuco, por pesquisadores do Instituto de documentação, do Centro de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade (Cehibra), profissionais do Museu do Homem do Nordeste e museólogos da Divisão de Museologia.

Nos arquivos, pudemos encontrar algumas versões do mesmo documento que divergem essencialmente na extensão e em poucos conteúdos em que são discriminados nichos para a exposição. As duas versões são estruturadas como anteprojeto e datadas de junho de 1996, mas uma parece

parcial por apresentar partes incompletas do texto e muitas notas quanto a elementos que deveriam ser inseridos no documento.

A outra é mais extensa, é impressa em papel timbrado da Fundaj, não há correções ao longo do texto. No mesmo arquivo onde pudemos encontrar os projetos, se apresentava uma cópia do ofício de Maria Graziela Peregrino, presidenta em exercício da Fundação, na ocasião, ao Embaixador Sérgio Paulo Rouanet, secretário da Cultura. O documento datado de agosto de 1991 pleiteava junto à Secretária de Cultura verbas para a reformulação da exposição:

É esta unidade que tem a Fundação Joaquim Nabuco procurado desenvolver e dotar de condições que não somente venham ampliar sua área física, como lhe dar melhor segurança e melhor sistema de conservação.

O projeto que vimos submeter às considerações de V. Exa. transcende os limites de nossas dotações orçamentárias máximas no momento atual em que as instituições públicas estão cingidas por uma forte contenção de despesas (Fonte: Arquivo Institucional do Muhne, caixa de nº 25).

O ofício da presidência da Fundaj destinado à Secretaria de Cultura datado de agosto de 1991 e os projetos de reformulação da exposição encontrados no arquivo institucional datados de 1996 nos fazem suspeitar que o anteprojeto e suas versões de 1996 sejam na verdade uma reimpressão posterior ao projeto que deveria estar anexo ao ofício enviado em 1991. Essa constatação parece também ser indicativa do insucesso da solicitação de 1991 junto ao Embaixador Rouanet.

Contudo, não tivemos como levantar informações precisas sobre as origens da fonte de verbas para a realização da reestruturação da exposição, mas foi possível identificar que discursos são utilizados para viabilizar tal ação. Dentre esses discursos, destacamos, ainda nos documentos supracitados, o artifício de respaldo das ações do Museu do Homem do Nordeste através do uso de Gilberto Freyre como figura retórica que justifica não só a trajetória do Museu, mas a sua própria concepção e valor para a sociedade nordestina e brasileira. Como podemos conferir a seguir:

A política e as ações desenvolvidas pela Fundação Joaquim Nabuco, na área da Museologia, também encontram suas origens nas ideias de Gilberto Freyre, sobretudo na ideia de estimular e promover a instalação, nas diversas regiões do País, de museus representativos da dinâmica antropológica-cultural brasileira.

[...]

O Museu do Homem do Nordeste da Fundação Joaquim Nabuco é fiel a essa concepção gilbertiana. Supera o antigo conceito de *entidade* ocupado apenas com a conservação de peças exóticas ou de culturas estranhas. Através da exposição ordena peças, reconstitui o passado de nossa região [...] (Fonte: Arquivo Institucional do Muhne, caixa de nº 25).

O uso da imagem de Gilberto Freyre como mentor intelectual das atividades produzidas pela Fundação será amplamente utilizado. É como uma licença poética ou um referendo às produções idealizadas no âmbito do Museu e da Fundaj como um todo. Essa prática já era vislumbrada nas exposições dos anos 1980 e tem continuidade de maneira ainda mais ampla no projeto de reformulação realizado em 1996.

Em linhas gerais, o texto do projeto de reformulação da exposição do MUHNE conta com sumário, apresentação, justificativa, objetivos, planejamento, descrição do circuito, com um conjunto de sete tópicos onde são descritos os módulos propostos como exposição. Por fim, o documento apresenta o item *desenhos*, cuja natureza é uma apresentação ilustrada de como cada módulo da exposição se organizou a partir da planta baixa do prédio do Museu do Homem do Nordeste. No projetodereformulação, também vislumbramos o *Roteiro Museológico para o Museu do Homem do Nordeste*, em que consta a seguinte descrição:

1. Situação Geográfica
 - 1.1 A região
 - 1.2 O clima
 - 1.3 A hidrografia
 - 1.4 A terra
 - 1.5 A vegetação
 - 1.6 A fauna (características)
2. Pré-História do Nordeste
 - 2.1 A agricultura
 - 2.2 Ceramistas
 - 2.3 Soluções encontradas, adaptações do homem pré-histórico do Nordeste
 - 2.4 Mapas de sítios arqueológicos (diversos)
3. Etnografia do Nordeste
 - 3.1 O Índio (tribos localizadas no tempo e no espaço)
 - Mapa de migrações
 - Tribos extintas
 - Tribos atuais
 - 3.2 O branco
 - Procedência dos brancos (Europa)
 - Primeiros contatos
 - Exploração econômica
 - Fixação na terra (colonização)
 - 3.3 O negro (mão de obra escrava)

- Procedência dos negros
- Tipos de negros
- Hábitos e costumes
- Festas populares
- Tipos de trabalho
- 4. Os Homens do Nordeste
 - 4.1.1 Miscigenação
 - 4.1.2 Família patriarcal
 - 4.1.3 Invasões holandesas e francesas
 - 4.4 Tipos diferentes
- 4.5 O Homem do Litoral
 - 4.5.1 Habitação
 - 4.5.2 Alimentação
 - 4.5.3 Doenças
 - 4.5.4 Hábitos e costumes
 - 4.5.5 Indumentária
 - 4.5.6 Folclore – festas
 - 4.5.7 Economia
- 4.6 O Homem da Zona da Mata
 - 4.6.1 Habitação
 - 4.6.2 Alimentação
 - 4.6.3 Doenças
 - 4.6.4 Hábitos e costumes
 - 4.6.5 Indumentária
 - 4.6.6 Folclore – festas
 - 4.6.7 Economia
- 4.7 O Homem do Agreste
 - 4.7.1 Habitação
 - 4.7.2 Alimentação
 - 4.7.3 Doenças
 - 4.7.4 Hábitos e costumes
 - 4.7.5 Indumentária
 - 4.7.6 Folclore – festas
 - 4.7.7 Economia
- 4.8 O Homem do Sertão
 - 4.8.1 Habitação
 - 4.8.2 Alimentação
 - 4.8.3 Doenças
 - 4.8.4 Hábitos e costumes
 - 4.8.5 Indumentária
 - 4.8.6 Folclore – festas
 - 4.8.7 Economia

Os módulos acima descritos compõe a estrutura básica do que pretendia ser a exposição de longa duração do Museu do Homem do Nordeste. Porém, os argumentos expográficos que se perpetuam com a estrutura proposta no roteiro acima citado possuem uma abordagem voltada à produção de uma história regional que se materializa na exposição a partir da análise de estruturas sociais estanques, cristalizadas como categorias de representação. Assim como Durval (2011, p. 40):

A História Regional, nesse sentido, pode ser vista como um modo de existir, como um modo de visão e de estudo regularizado, dominado por perspectivas e imperativos ostensivamente adequados à reprodução do Nordeste. O Nordeste é pesquisado,

ensinado, administrado e pronunciado de certos modos a não romper com o feixe imagético e discursivo que o sustenta, realimentando o poder das forças que o introduziu na cultura brasileira, na consciência nacional e na própria estrutura intelectual do País.

Associada a uma visão particularista de regional, verificamos a reprodução da teoria da miscigenação e um enfoque racial de cultura que remonta a um pensamento tradicional acerca da formação da sociedade brasileira, não condizente com o período e com as problematizações que já circulam o ambiente científico no qual o Museu do Homem do Nordeste e Fundação Joaquim Nabuco estão inseridos. Nesse sentido, o projeto peca por uma problematização empobrecida e ao utilizar como categorias de análise uma visão classificatória da sociedade e da cultura.

Assim, ao reproduzir na exposição os conceitos de *mestiçagem* e a visão freyreana de cultura brasileira, sobretudo no que diz respeito ao tratamento dado à experiência histórica da colonização, à reprodução do índio a partir da visão já estigmatizada de “primeiros habitantes” e do negro a partir do binômio escravos x senhores, o Museu entra numa lógica de continuidade e comunica um discurso que, assim como seu idealizador Gilberto Freyre,

[...] reedita a temática racial para constituí-la, como se fazia no passado, em objeto privilegiado de estudo, em chave para compreensão do Brasil. [...] O mito das três raças torna-se, então, plausível e pode-se atualizar como ritual. A ideologia da mestiçagem, que estava aprisionada nas ambiguidades das teorias raciais, ao ser reelaborada pode difundir-se socialmente e se tornar senso comum, ritualmente celebrado nas relações do cotidiano ou nos grandes eventos como o carnaval e o futebol. O que era mestiço torna-se nacional. (ORTIZ, 2012, pp. 41–42)

Ao trazermos a fala de Ortiz, não buscamos julgar o mérito de avaliar a trajetória intelectual de Gilberto Freyre, mas é preciso refletir sobre a perspectiva de que os problemas sociais e os conceitos de *história*, de *sociedade brasileira* e de *identidade nacional* operados nos anos 1990 são outros e de que os sujeitos que ali estavam participaram por muitas vezes de debates em torno das políticas públicas de cultura em alto nível, sendo a Fundação das instituições na época mais representativas e por onde circularam os maiores debates intelectuais do Estado de Pernambuco.

Assim, por mais validade que a teoria de Freyre tenha e por maior aderência social que o mito das três raças conseguiu atingir é preocupante que uma instituição como o Museu do Homem do Nordeste, ao atualizar a exposição, se perpetuasse no contínuo de reproduzir a mesma noção de cultura e de formação identitária nacional do início do século passado. Nesse sentido, é importante não só pensar as exposições e sua validação social, mas o museu. É preciso “[...] debater as implicações de poder que se fazem na prática de consumir a exposição de objetos, discutindo as condições de possibilidade que legitimaram o espaço expositivo” (RAMOS, 2004, p. 142).

Assim, a exposição proposta no *Projeto de Reestruturação (1996)* é marcada pelo retorno ao pensamento de Gilberto Freyre. Todo o conjunto da exposição gira em torno das três grandes obras do sociólogo pernambucano. São elas: *Casa Grande & Senzala* (1933), *Sobrados & Mocambos* (1936) e *Nordeste, Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem* (1937), respectivamente. A nova exposição de longa duração é apresentada ao público sob uma forte expectativa da sociedade, mobilizada, sobretudo, pelos periódicos locais. Após 2 anos fechado para a reformulação do circuito expográfico entre 1996 e 1998, o Museu do Homem do Nordeste retorna as suas atividades.

Imagem 6

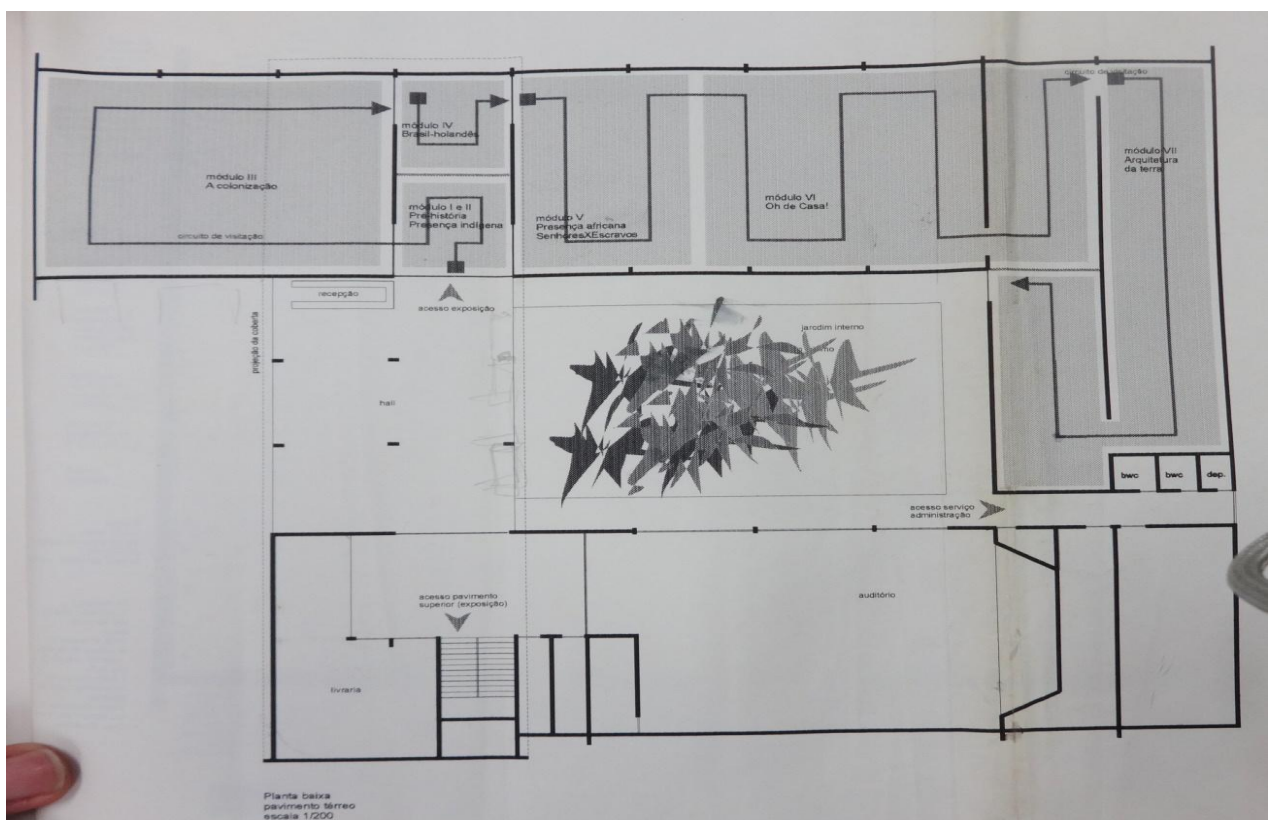


Fonte: Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste, Caixa nº 25.

A matéria ilustrada pela imagem acima é publicada no dia 13 de março de 1998, no *Jornal do Comércio*, mas outras publicações do período fazem referência à inauguração do MUHNE. São publicadas notas no caderno *Viver*, escritas pelo jornalista João Alberto, no jornal *Diário de Pernambuco*, em 11 de março de 1998, assim como nota no dia 13 de março, para o caderno *Vida Urbana*, também pertencente ao periódico *Diário de Pernambuco*. Os conteúdos das notas e das matérias tratam da reformulação, assim como da “modernização da exposição”, elemento que favoreceria a comunicação do Museu com o público.

A pesar da pompa da ocasião, é uma versão mais enxuta da exposição proposta no anteprojeto de 1996, que é inaugurada em 1998. Contudo, mesmo em versão compactada, a exposição se mantém a partir da mesma estrutura discursiva. A partir da análise das plantas baixas do Muhne, podemos ter uma noção de como foi projetado e posteriormente como ocorreu a distribuição roteiro da exposição nos módulos

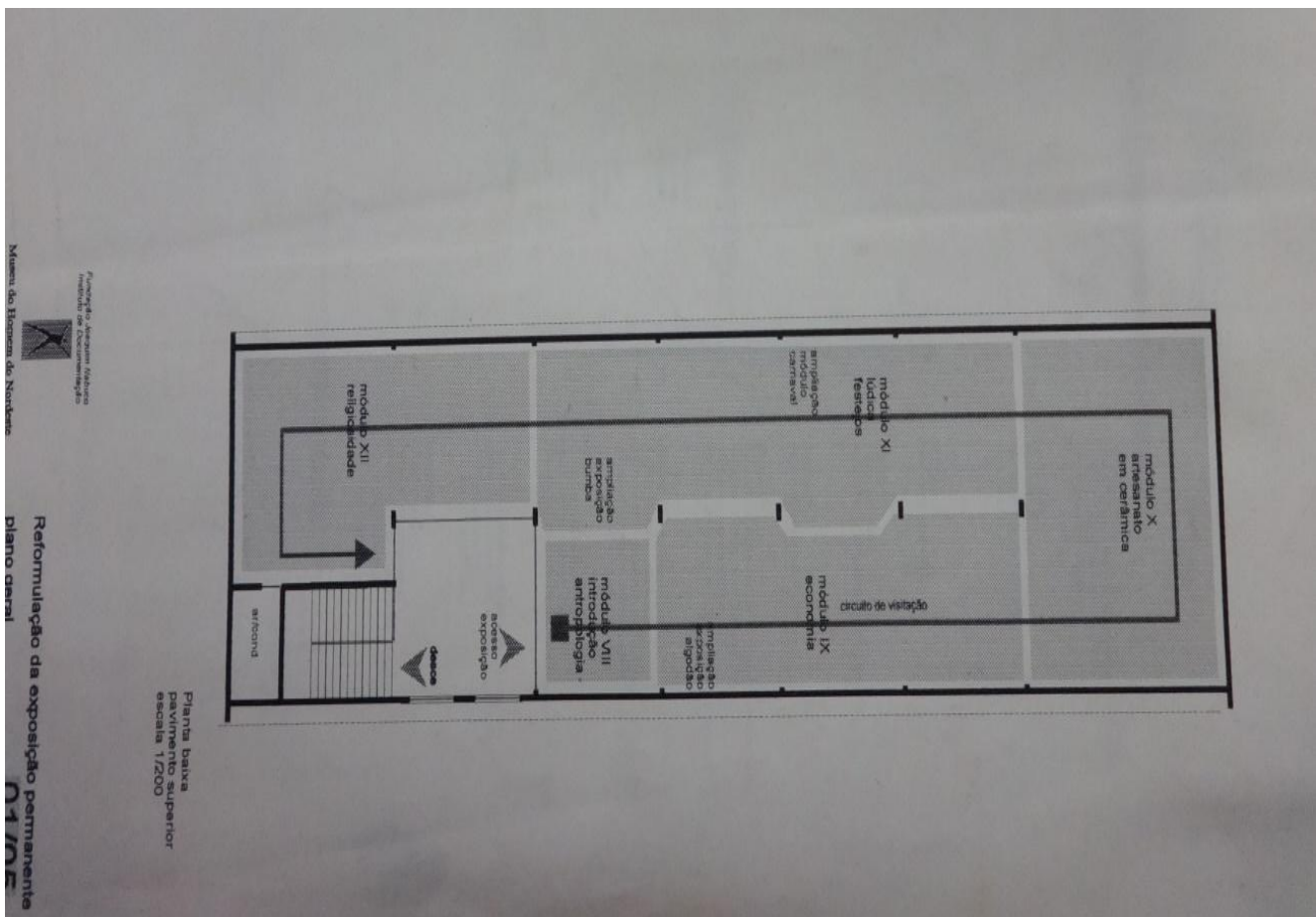
Imagem 7:



Fonte: Anteprojeto de Reformulação do Museu do Homem do Nordeste (1996). Planta baixa pavimento térreo. Escala 1000.

Na imagem 7 acima, podemos ver que os módulos I e II, que tratam da Pré-História e da presença indígena são os ambientes com os quais o visitante realiza a primeira interação, seguindo para o módulo III, onde há a sinalização da temática da colonização, acreditamos que faça referência à colonização portuguesa. O módulo seguinte, o IV, trata das invasões holandesas e francesas ao território. Seguindo para o módulo V, nos deparamos com o tema da presença africana, e há um destaque no documento, ao que se coloca como uma relação de combate e/ou oposição escravos x senhores. O módulo VI é descrito como *Ôh de casa!*. E, por último, o módulo VII trata de apresentar o que é denominado como *Arquitetura da Terra*. Na imagem 8, que segue abaixo, podemos visualizar a distribuição dos módulos no andar superior.

Imagem 8:

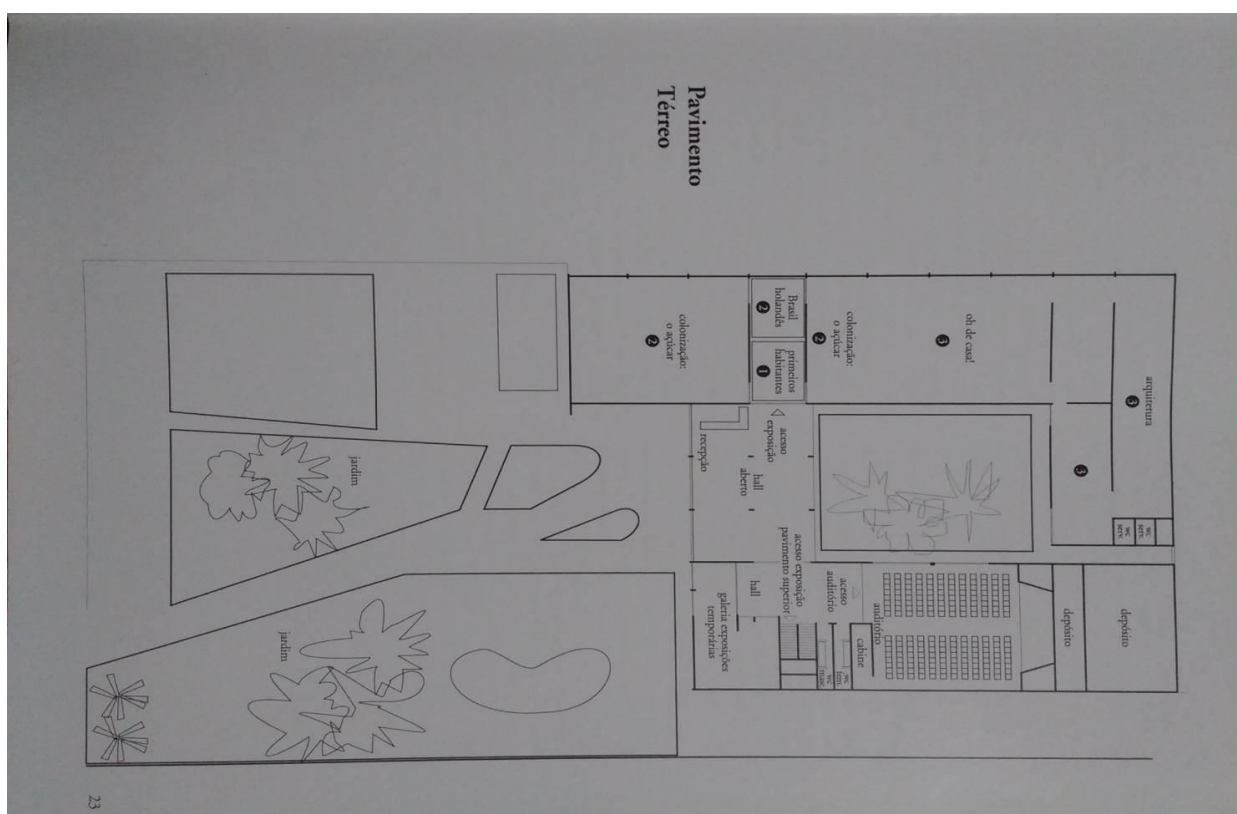


Fonte: Anteprojeto de Reformulação do Museu do Homem do Nordeste (1996). Planta baixa pavimento superior. Escala 1/200.

Na imagem acima, vemos a distribuição do módulo VIII com uma ala denominada *Introdução à Antropologia*; no módulo IX *Economia*, com a indicação em torno da cultura algodoeira; no módulo X, temos *Artesanato de Cerâmica*. Já nos módulos XI e XII são apresentados, respectivamente, os aspectos lúdicos/festejos e a religiosidade.

Ao que nos parece, uma versão final da exposição pode ser apreendida a partir da análise do catálogo da exposição, que é publicado no ano 2000, numa edição de luxo publicada pelo banco Safra⁵⁷. Nessa publicação, observa-se uma narrativa organizada partir de um forte apelo estético dado aos objetos, além da publicação de alguns textos significativos do próprio Gilberto Freyre, com ilustrações coloridas e impressão em papel de alto brilho e com encadernação em capa dura são apresentadas as bases teóricas que fundamentam o Museu do Homem do Nordeste, além de ser publicado um roteiro para a sua visita.

Imagem 9:

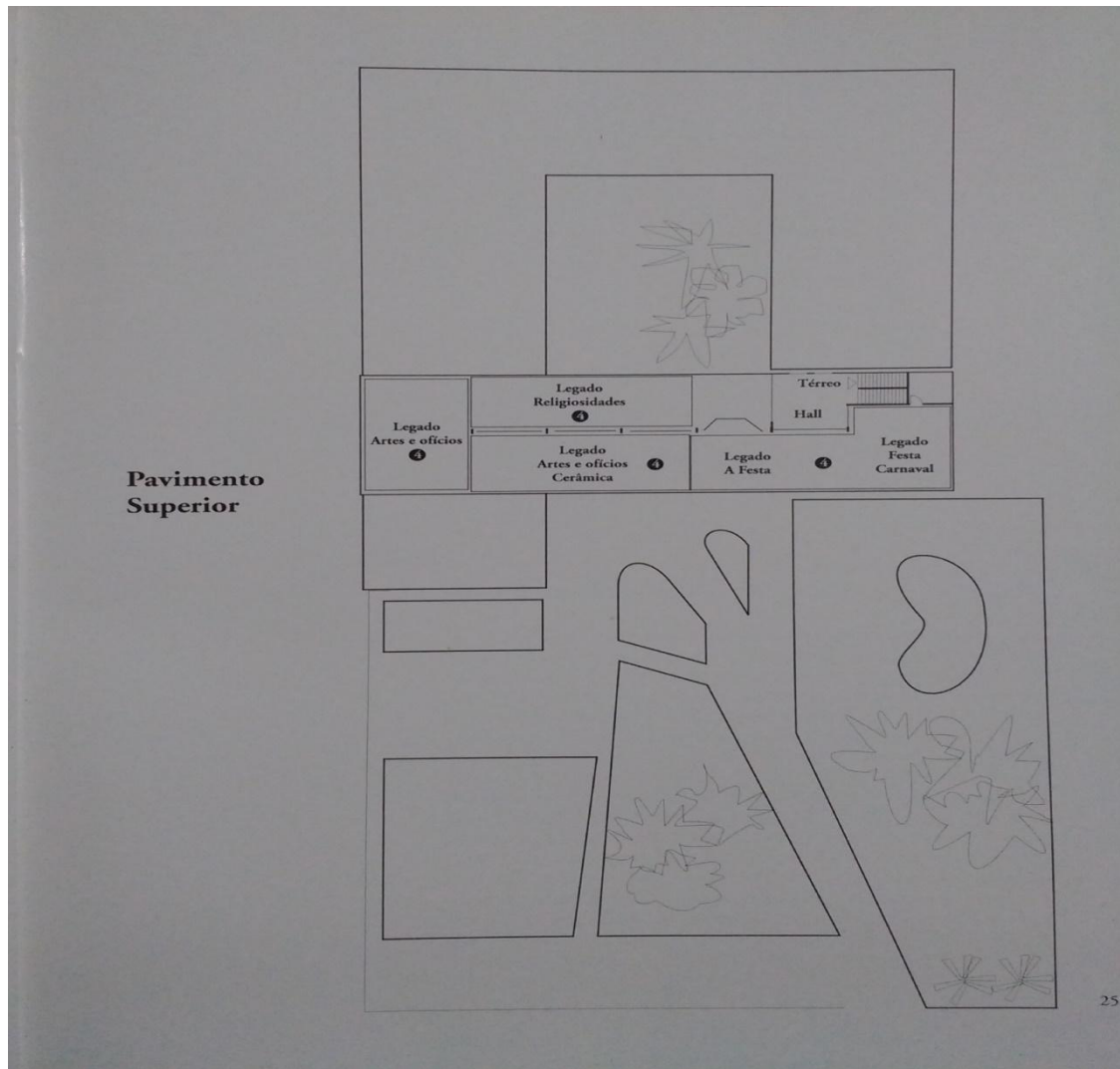


Fonte: Museu do Homem do Nordeste, 2000, p. 23.

⁵⁷ Esse livro é o 20º volume de uma coleção publicada desde 1982 pelo Banco Safra sobre os museus brasileiros.

No geral, o que se modifica é a nomenclatura dada aos módulos, mas sua estrutura discursiva é mantida. Essa reflexão é extensiva ao pavimento superior apresentado na imagem abaixo.

Imagem 10:



Fonte: Museu do Homem do Nordeste, 2000, p. 25.

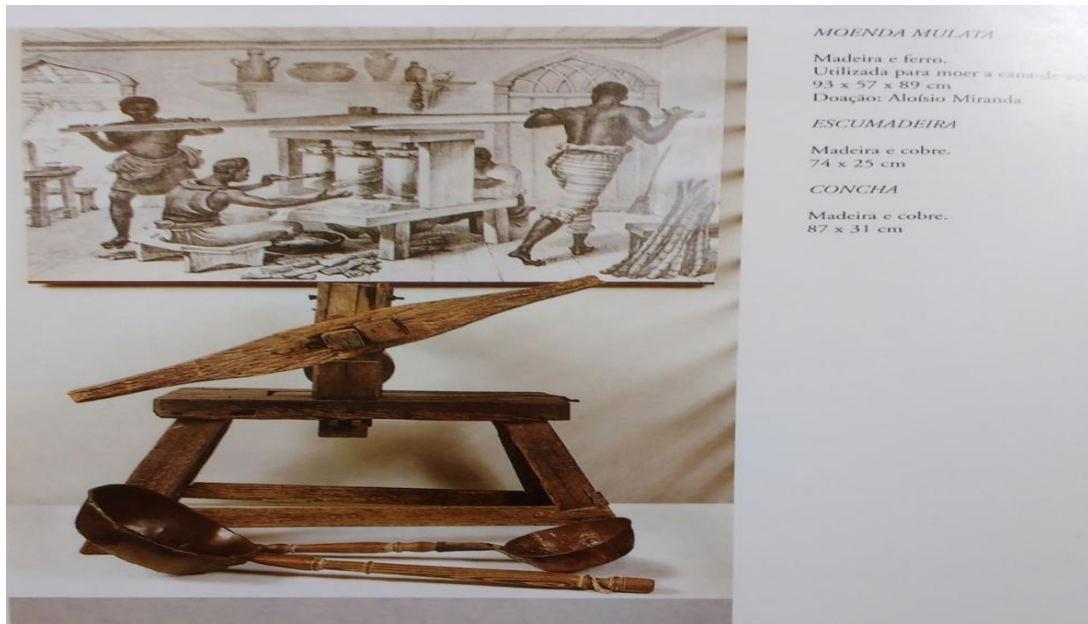
Para facilitar a visualização das mudanças descritas nas plantas, apresentamos uma tabela comparativa das plantas e das descrições dos módulos.

Tabela 4: Quadro comparativo dos módulos do pavimento térreo da exposição de longa duração do Museu do Homem do Nordeste de 1998.

Pavimento Térreo – Planta Projeto	Pavimento Térreo – Planta Catálogo
I e II Pré-História e presença indígena	1- Primeiros habitantes
III – A colonização	2 – Colonização: o açúcar
IV – Brasil-holandês	2 – Brasil holandês
V – Presença africana – senhores x escravos	2 – Colonização: o açúcar
VI – Ôh de Casa!	3 – Ôh de casa!
VII – Arquitetura da Terra	3 – Sem descrição
	3 – Arquitetura

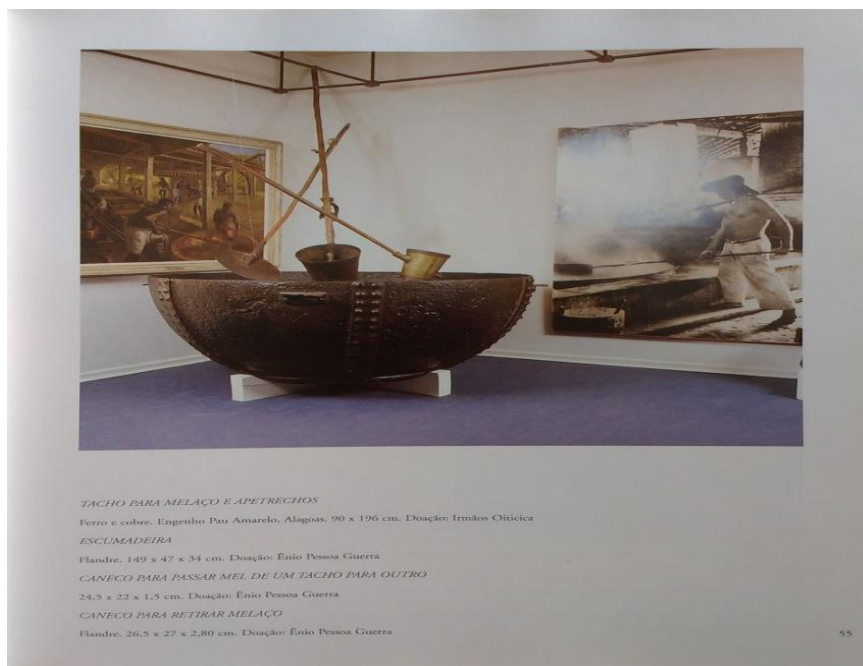
Numa primeira análise em torno das modificações, podemos perceber a utilização de termos mais generalistas para nomear os módulos; assim, o primeiro módulo já não mais descreve no catálogo a pré-história do Nordeste. Entretanto o item III, que faz referência à colonização, é ampliado e tipificado junto à categoria *Açúcar* no catálogo. Assim como a presença africana é diluída no circuito, ficando restrita no pavimento superior aos elementos referentes à escravidão e aos mocambos, como poderemos visualizar nas imagens abaixo:

Imagem 11



Fonte: Museu do Homem do Nordeste, 2000, p.55. Descrição: Tacho para melaço e petrechos. Ferro e cobre. Engenho Pau Amarelo, Alagoas. 90x196 cm. Doação: Irmãos Oiticica. Escumadeira: Flandre. 149x47x34 cm. Doação: Ênio Pessoa Guerra. Caneco para passar mel de um tacho para outro. 24,5 x 22 x 1,5cm. Doação: Ênio Pessoa Guerra. Caneco para retirar melaço. Flandres: 26,5 x 27 x 2,80cm. Doação: Ênio Pessoa Guerra.

Imagem 12



Fonte: Museu do Homem do Nordeste, 2000, p.46

As imagens 11 e 12, respectivamente, reproduzem ambiências específicas dos módulos que tratam da colonização, nas quais estão retratadas a escravidão e a economia açucareira. Assim como nas demais obras freyreanas, o MUHNE reconhece a importância da participação dos negros nos processos históricos e econômicos que marcam a Região Nordeste, mas os apresentam a partir de um papel de coadjuvante dócil e servil, sem negar, entretanto, a violência da escravidão. Na tabela a seguir, temos um panorama da distribuição dos módulos no andar superior.

Tabela 5: Quadro comparativo dos módulos do pavimento térreo da exposição de longa duração do Museu do Homem do Nordeste de 1998.

Pavimento Superior – Planta Projeto	Pavimento Superior – Planta Catálogo
VIII – Introdução à Antropologia	4 – Legado Religiosidades
XI – Economia	4 – Legado Artes e Ofícios
X – Artesanato em Cerâmica	4 – Legado Artes e Ofícios Cerâmica
XI – Lúdicos – Festejos	4 – Legado A Festa
XII – Religiosidade	4 – Legado Festa de Carnaval

Na tabela acima, vemos a distribuição espacial dos módulos da exposição de longa duração do MUHNE no pavimento superior do prédio. De uma abordagem mais antropológica do que histórica, como é apontado pelo dirigente do Museu, no texto de abertura do Catálogo de 2000, a exposição utiliza o termo *legado* como indicativo do que seriam as contribuições dos povos fundadores da identidade nacional para a sociedade brasileira, numa perspectiva que não percebe rupturas e mudanças dos processos culturais. A imagem abaixo traz a representação dos módulos pertencente ao andar superior da exposição do Museu.

Imagem 13



Fonte: Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste, Caixa nº 25.

Nela podemos observar a reiteração do discurso folclorista que também se apresenta como uma constante nas práticas e nas representações expográficas do MUHNE. Esse conceito, já em desuso desde os anos 1980, acaba por não sofrer as atualizações necessárias no âmbito interno do Museu, visto que esse já era um debate comum no campo da cultura nos anos 1990, sobretudo a partir dos novos diálogos em torno do tema do patrimônio cultural, assim como dos problemas suscitados com a mesa-redonda de Santiago em 1972⁵⁸. Além, claro, das problemáticas já citadas no capítulo anterior, acerca do conceito reducionista e estereotipado de popular.

As questões de gênero e de etnicidade nem são colocadas na agenda de debates; sobrepõe-se a essa discussão uma construção discursiva baseada no modelo regionalista, que cria geografias da exclusão e de estereotipização dos grupos sociais. De modo geral, a visão de cultura predominante e sob a qual o Museu do Homem do Nordeste e seus atores falam é uma perspectiva que, ao categorizar tudo como cultura, acaba esvaziando a problemática do

⁵⁸ A mesa realizada no ano de 1972, durante evento do Conselho Internacional de Museu, no ano de 1972, em Santiago, Chile, tratou dentre os principais temas do papel dos museus para o desenvolvimento da sociedade e se apresenta como um marco na história da museologia. Sobre isso ver: ARAUJO, Marcelo Mattos, BRUNO, Maria Cristina Oliveira, [org.]. A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo: documentos e depoimentos. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995. 45p.

campo cultural como espaço de tensões e problematizações complexas. Como virá afirmar Teixeira Coelho (2008, p. 22):

O relativismo cultural que hoje se conhece deriva indiretamente daí e, diretamente, das proposições de Franz Boas (1858–1942): cada cultura tem um valor próprio a ser reconhecido, um estilo específico que se manifesta na língua, nas crenças, nos costumes, na arte e que veicula um espírito próprio (a identidade), **cabendo ao etnólogo estudar as culturas (não a Cultura) e, mais do que verificar em que consiste uma dada cultura, apreender o elo que une um indivíduo a uma cultura.** [...]

É que **essa modalidade de operação com o cultural conduz** quase inevitavelmente, na história mais remota como na mais recente, **a políticas normativas (o que é e como deve ser uma cultura)** quando o que de mais proveitoso se poderia fazer seria a elaboração de estudos descritivos de uma cultura na condição em que ela se encontra agora, não como ela foi e muito como menos como será ou deverá e deveria ser. **Os entendimentos normativos da cultura desembocam inelutavelmente na concepção da cultura como um estado (como uma estação, uma permanência, no limite uma estagnação)**, portanto na cultura como um dever ser — e daí derivam todas as tragédias (“a cultura ariana é isto”, “a cultura burguesa é aquilo”, “a cultura operária é isso”, “a cultura brasileira é tal e somente tal”) — quando a meta que se propõe com dignidade é a da cultura como ação, a cultura aberta ao poder ser no sentido de experimentar ser uma coisa ou outra e experimentar ser uma coisa e outra, livre de toda restrição ou imposição. A tragédia mora aí: na passagem, na redução da cultura como ação à cultura como estado.

A ideia de uma cultura que tudo abrange e que sobre tudo discursa conduz não apenas para uma noção de cultura amalgamada, mas se orienta em direção à ausência da reflexão em torno de que os objetos de cultura, também produzem os objetos de barbárie, parafraseando a expressão de W. Benjamin (1994). Nós, assim como Teixeira Coelho (IDEM, p. 20) acreditamos que:

O entendimento de Walter Benjamin [...] segundo o qual todo documento de cultura é ao mesmo tempo um documento de barbárie, é central para a compreensão não redutora da dinâmica cultural, sobretudo quando, como agora, procura-se domesticar a cultura e dela falar e a ela recorrer como se fosse apenas um conjunto de positivities, de aspectos moralmente apreciáveis.

Por fim, o uso dado ao caráter familiar atribuído aos objetos é justificado a partir de uma abordagem empática da cultura, esse argumento é utilizado por Heitor (2014), para compreender a teoria freyreana, e é retomado por nós, para pensarmos o argumento que faz com que diversos sujeitos pertencentes ao Demu e à Fundaj busquem nesse tipo de acervo uma referência em que os

objetos são sempre admitidos como exemplares legítimos do cotidiano nordestino, utilizado por sujeitos comuns, num exercício de valorização do corriqueiro.

Entretanto, uma análise possível dessa reflexão é que o argumento da cotidianidade na qual se circunscreve a ideia de Região Nordeste é também a porta para uma conceituação problemática acerca desta temática, nesse sentido o MUHNE produz, ou melhor, reproduz, “[...] imagens e enunciados que foram frutos de várias estratégias de poder que se cruzam; de várias convenções que estão datadas, de uma ordenação consagrada historicamente. [...] soa tipo e estereótipos construídos como essenciais” (DURVAL, 2011, p. 217).

Notadamente essas visões são mantidas ao longo da organização expográfica que se seguem posteriormente. Como afirmamos anteriormente, se coloca para as exposições uma perspectiva de composição de acervos, tal qual uma bricolagem de objetos e formas de materializar discursivamente da região.

Como fonte que respalda esse nosso argumento, citamos um catálogo publicado em 1998, pela Editora Monograf, ao que parece o editorial de autoria de Carlos Cavalcante e Edvaldo Rodrigues, fez parte de um projeto aprovado como citado em publicação, pelo Fundo de Incentivo à Cultura da Prefeitura da Cidade do Recife, através da Lei de número 15.215/96.

A publicação sugere que o catálogo ali descrito sobre o Museu do Homem do Nordeste, é componente de um projeto mais amplo denominado “Museus de Pernambuco”. E ainda cita o presidente do Hospital Santa Joana⁵⁹, como personalidade que viabilizou os recursos necessários para a publicação do volume.

De modo que, na publicação existe a apresentação de três nichos que compõem a exposição, escrita de maneira, inclusive, mais enxuta do que

⁵⁹o Santa Joana é um famoso hospital da rede privada de Pernambuco, ao que sugere essa publicação é referendada pela articulação e prestígio das relações construídas e pelo mito que se tornou Gilberto Freyre em Pernambuco. Mas, esse é um debate sob o qual não nos cabe a problemática, vale ressaltar apenas superficialmente essas condições de produção da fonte.

ocorre nascimentos da década anterior. Suspeitamos que essa condição se deva ao próprio arrocho econômico que viveu o Brasil nesse período, e seja também, uma das marcas da decadência institucional sofrida pela Fundação Joaquim Nabuco, com o fim do Regime Militar, com o falecimento de Gilberto Freyre e com o enfraquecimento da cultura oligárquica na região.

Contudo, voltando aos aspectos estritos da exposição percebemos que foram demarcados três nichos sendo eles: Primeiros habitantes e colonização, Ôh de Casa! e O legado. Esses três módulos trazem na sua essência as referências às publicações Casa Grande & Senzala (1930), de modo que, é no primeiro ambiente onde são reverenciados elementos da cultura do colonizador português, através da elegia à cultura açucareira. Articuladas as culturas menores e exóticas das comunidades indígenas e africanas. Sobre a antevisão de Freyre e essa simbiose do museu com sua própria produção, um trecho da apresentação do Catálogo afirma:

O sociólogo pernambucano Gilberto Freyre [...] identificava nos hábitos e costumes do homem comum, nas expressões da vida comum, os verdadeiros elementos do perfil sociocultural da nação. Perfil, este, que ele viria traçar de maneira magistral em seu Casa Grande & Senzala.

[...] Com a criação, em 1949, do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, por projeto de lei do próprio sociólogo, então deputado federal, pôde, Gilberto Freyre, dar início à materialização dessas propostas [...] (Cavalcante; Rodrigues. 1998. p. 11-12)

Assim alinhadas ao exercício de colocar tais práticas em referência a perspectiva da miscigenação que consolidaria a lógica da democracia racial, o módulo: "Colonizadores e Primeiros Habitantes" trás a obra "*Casa Grande & Senzala*" (1930) como elemento singular ao projeto de nação acunhado pelo movimento regionalista, e mais que isso, a mitologia nacional constituída por Gilberto Freyre.

Não vamos incorrer de cair em maniqueísmo, ao colocar as ações de Freyre como premeditadas, pois, muitas das produções expositivas são realizadas após o falecimento do mesmo. Mas, é pertinente afirmar a ideia de ressonância do pensamento, pois na maioria dos sentidos os laços entre o exposto e as obras do idealizador do IJNPS eram estreitas, quando não, as

publicações eram utilizadas como espelhos para as expografias. Sobretudo, pelo lugar de segurança no qual se circunscrevia a produção de discursos com a chancela do nome: Gilberto Freyre.

O que ressalta a perspectiva de que, principalmente, o Departamento de Museologia, não tinha como objeto de sua reflexão paradigmas teóricos distanciados daqueles constituídos pelo Fundador do Instituto. Percebemos que debates desse departamento, se restringiam, em sua maioria, as questões específicas do mercado e da profissionalização, quando não, a aspectos técnicos e práticos. Nesse sentido, reiteramos o argumento de que quem produzia as exposições, refletia, de maneira muito insipiente, para não dizer escassa, sobre sua condição de autoria.

No segundo módulo descrito temos o espaço “Ôh de casa!”, que é uma referencia complexa à obra *“Sobrada e Mocambos”* (1936), nele são apresentados em oposição dois variados tipos de moradia, de maneira a reproduzir a perspectiva da obra ao romantizar e alijar dessas representações os processos, os conflitos e os diferentes lugares ocupados pelas classes sociais que habitavam a cidade e a região nordeste no período.

Se sobrepondo aos processos de disputas pelos territórios urbanos, evidenciados nas divergências das formas de habitação na maneira pelas quais as pessoas ocuparam o espaço e modificaram a paisagem da cidade, uma ideia de ecologia social da habitação. Não negamos, contudo, a fala que buscava repensar a estrutura das habitações locais, a luz de materiais que fossem mais acessíveis pela sua abundância.

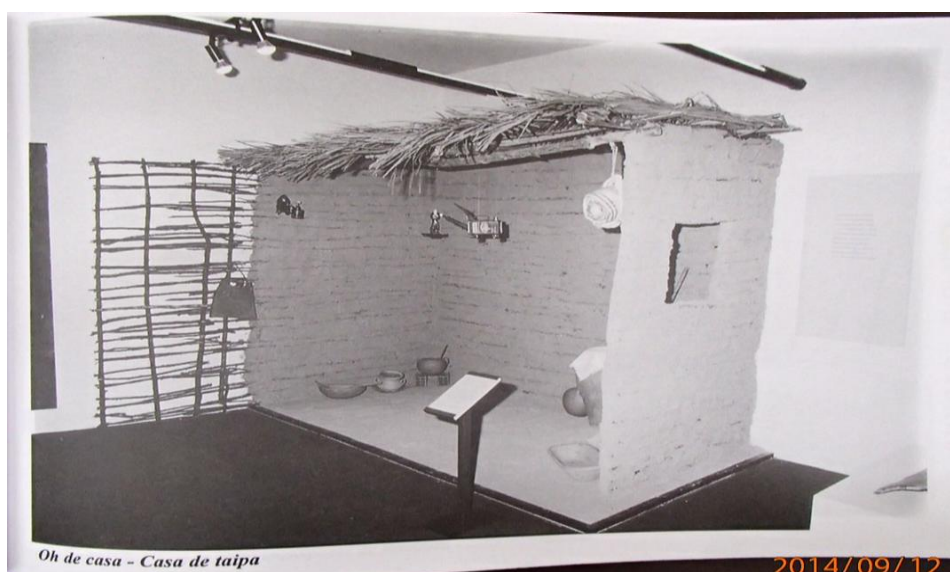
Mas, o que salta aos olhos, é a ausência de uma reflexão mais apurada em torno dos abissais contrastes sociais historicamente construídos entre as camadas populares, representadas, pelos ribeirinhos, habitantes de mocambos e remanescentes de escravos, e as classes abastadas; num período, que ao retornar ao contexto de habitações do século XIV, marginalizavam àquelas existentes no território ainda nas primeiras décadas do século XX até a primeira metade pela imposição de políticas higienistas por parte do Estado.

Nesse sentido, mais uma vez o discurso de cotidianialidade é tomado a partir de um lugar idealizado que coloca as questões da forma de viver no espaço a partir de aspectos meramente estéticos e funcionalistas. Em que são suficientes a catalogação de artefatos e descrição de sua forma e contexto de utilização.

Figura 14



Figura 15



Fonte: CAVALCANTI; RODRIGUES. Museu do Homem do Nordeste. 1998

Figura:16

Legado - Caboclinho, Conjunto de máscaras e Caboclo de louça do Maracatu Rural

2014/09/12

Fonte: RODRIGUES. Museu do Homem do Nordeste. 1998

No último módulo da exposição, retrato nas imagens acima, temos como descrição o que

denominou-se Legado esse módulo por se considerar que nele está mais claramente e mais enfaticamente presente o retrato, o esboço, embora incompleto, do que buscamos apresentar: o homem caracteristicamente nordestino. Nesse módulo estão expostas as formas materiais de um grande e significativo rol de expressões da arte e do folclore, da religiosidade, do artesanato, de festas populares que tanto contribuem para formar a identidade cultural da região [...] materialização de uma religiosidade tão presente entre as populações, por pouco possuírem, buscam na fé a solução para os problemas materiais (CAVALCANTE, RODRIGUES. 1998 p. 17)

Com uma série de cenografias, acervos e ambiências em referência ao artesanato e aos folguedos populares. Numa reafirmação do caráter resiliente do povo nordestino, como sendo àquele que a pesar das vicissitudes da vida mantém a alegria. Essa alegoria contribui para a visão romântica que celebra a vida social como um universo de causalidades isento de disputas, tidas como condições naturais de existência.

Nesse sentido, é papel do historiador, nessa conjuntura, desvelar os limites da produção de conhecimento histórico realizados pelos museus por meio do desafio de problematizar a construção na narrativa museológica. Assim, esperamos estar contribuindo para encontrar as fissuras que se situam no interior das tradições culturais de modo a compreender que a temática dos conflitos identitários e da autoridade a respeito de determinadas construções discursivas é tentar dotar de novas ideias antigas circunstâncias.

É válido salientar que o Museu do Homem do Nordeste por seu lugar, enquanto uma das instituições museológicas mais representativas dentro da história do Brasil reflete um conjunto de relações sociais que no século passado construíram projetos de nação e de memória para o país. Por sua repercussão para a história do pensamento preservacionista brasileiro, identificamos que as atuais pesquisas sobre o tema ainda revelam de uma tendência historiográfica de forte caráter federalista.

Não podemos afirmar aqui a importância da atuação dos museus regionais como é o caso do MUNHE para construção do projeto nacional, mas o que podemos definir com certeza é a ausência ou insipiência dessas outras instituições nos debates relacionados a uma historiografia das práticas patrimonialistas e museológicas no Brasil.

Nesse sentido o que se evidencia é que hoje no Brasil existe uma cultura teórica, quer seja intencional, quer por falta de recursos ou acesso a outras fontes, que por muitas vezes se restringe um universo das práticas patrimoniais/museológicas realizadas pelo antigo SPHAN ou pelos grandes museus nacionais como o MHN e que acabam por não dar a devida visibilidade as práticas produzidas em nível regional e local. Nesse sentido a fala de CANTARELLI (2014, p. 38) é basilar:

As referências bibliográficas existentes sobre a história da preservação no Brasil, bem como dos museus, possui um olhar muito federal, é muito centrada nas ações ocorridas nos grandes museus, e no Rio de Janeiro, vinculada estritamente com a atuação do SPHAN ou de grandes instituições museológicas. As ações regionais [...] são pouco conhecidas e valorizadas, visto que faltam estudos a respeito dessas iniciativas pioneiras.

Contudo, longe deste trabalho se constituir como uma bandeira de verdades, buscamos perceber que corpo de ações que se organizaram no Museu do Homem do Nordeste e como nosso trabalho pode contribuir para perceber as práticas museológicas e patrimoniais que aconteceram em nosso país de modo descentralizado, apontando não só para pluralidade dessas atividades, mas seus pontos de intercessão e efetivação para uma política cultural e de memória nacional baseada, nesse contexto, pelo discurso regionalista.

Considerações Finais

Sobre as narrativas expográficas construídas pelo Departamento de Museologia, no Museu do Homem do Nordeste, existe uma relação muito evidente entre o discurso expográfico e a teoria sociológica de Gilberto Freyre, baseada no mito da democracia racial e na relação das três raças consideradas baluartes da identidade nacional. Evidentemente esses aspectos são retomados por diversos arranjos, organizados a partir dos objetos musealizados e a partir da prática que espelha a exposição nas obras de Freyre, sendo elas, marcadamente, *Casa grande & Senzala (1930)*, *Sobrados & Mucambos (1936)* e *Nordeste*.

Contudo, identificamos que um outro aspecto que ganhou relevo ao longo das montagens das exposições foi o caráter folclórico empregado, sobretudo, por Aécio de Oliveira, na seleção do acervo, montagem das exposições e orientações estéticas realizadas até a década de 1980. Contudo, o principal problema dessa abordagem diz respeito a uma visão de cultura que alija as produções populares dos processos políticos e evidência apenas o projeto mítico, folclórico, dado como inocente. Nesse sentido, a visão de expografia infantiliza as práticas culturais e faz sobressair o aspecto estético em detrimento do dinamismo presente nas mais diversas práticas sociais.

No longo período em que a museóloga Maria Regina Batista e Silva exerce a direção do Departamento de Museologia foi perceptível a ascensão do discurso histórico, cronológico, norteador das expografias realizadas no Museu do Homem do Nordeste. Nessa composição ao contrário das produções de Aécio o aspecto contextual do objeto se sobressai, contudo, tal perspectiva acaba por limitar o objeto a sua função objetiva, se tratássemos de linguagem, poderíamos assimilar tal uso, a um aspecto encerrado na função fática do bem cultural, ou do objeto musealizado, em que são mobilizados os sentidos objetivo e funcional daquele determinado objeto.

Essas análises nos levam a problematizar as sutis mudanças que permearam a organização das exposições de longa duração, do Museu do Homem do Nordeste, sendo elas circunscritas no ambiente da forma, de maneira que a temática permaneceu imaculada. Ao contrário do que pode

parecer essas exposições não transitaram de maneira amorfa o tempo, pelo fato de utilizarem-se do mesmo conceito, regionalista, pois os argumentos expositivo e os enunciados construídos eram divergentes, mas não excludentes.

É significativo por fim destacar que o grupo de museólogos pertencente ao Demu, sobretudo, seus dirigentes, se legitimam como uma elite cultural. Pois, se organizaram como um grupo legitimado por uma instituição, e que é autorizado a falar por ela, e em segundo plano, destacamos a maneira pela qual esse grupo se constituiu como referência do saber ao criar formas próprias desses saberes, seja a museologia morena, de Aécio de Oliveira, sejam as diversas consultorias e museus organizados pelo Departamento.

Entretanto, é igualmente significativo o cuidado com uma visão que se inclina a buscar uma intencionalidade absoluta. Pois, em cada meandro dos fatos históricos, devem ser levados em consideração os aspectos notadamente imprevisíveis que constituem as relações sociais e força pulsante da vida.

A saber, é claro que em todos os objetos pertencentes aos museus de arte popular, de antropologia e do açúcar foram coligidos como itens representativos de um dado discurso do Nordeste. Contudo, tais acervos foram dotados de um sentido que os restringiu sob vários aspectos a uma interpretação acerca da região demarcada por um conjunto de valores e formas caracterizar o regional.

Se esses acervos poderiam constituir outros sentidos, que não o do discurso regionalista, da geração de 1930, é claro que sim. Mas, as condições de produção nos indicam que as escolhas realizadas por essa complexa elite cultural permitiram e estabeleceram que diante daquele contexto essa seria a interpretação possível e selecionada para esse conjunto de bens e formas de dizer a região.

É claro também, que essa decisão não é cartesianamente deliberada, mas o próprio trato com os objetos, as escolhas, as formas de expor e o discurso construído caminham para uma direção, afinal quem comunica quer dizer algo que está previamente organizado ou idealizado.

Como afirma Certeau (2007. p. 94) a escrita da história “é “plena”; preenche ou oblitera as lacunas que constituem, ao contrário, o próprio princípio da pesquisa, sempre aguçada pela falta. Dito de outra maneira [...] torna presente aquilo que a prática percebe como seu limite [...]”.

Essa citação vêm reafirmar que o lugar da prática é um território de interpretações, mas também de vazios, e assim sendo, a pesquisa não se encerra ou têm a ambição abranger todos os aspectos do objeto analisado.

Quando a nossa pesquisa estava em andamento, haviam poucas narrativas que historicizavam a trajetória do Museu do Homem do Nordeste, e nenhuma delas, dizia respeito a abordagem historiográfica, a qual nos propusemos a realizar. Assim, longe de uma aspiração ao ineditismo, esse trabalho percebe seus limites e se coloca como contribuição a outras interpretações que estão por surgir.

Ressaltamos que o Museu do Homem do Nordeste possui uma riquíssima história e um vasto acervo documental a ser explorado, por meio das mais diversas abordagens, dentro dos mais variados campos de pesquisa. Admitimos sem pudor que o quantitativo de fontes e documentos encontrados eram imensamente mais amplo do que o imaginado no projeto, e que tal condição desemboca num “bom” problema; o problema que diz respeito ao material documental que poderá num futuro próximo subsidiar outras análises e pesquisas.

Assim, esperamos ter contribuído com a reflexão acerca do lugar do Museu do Homem do Nordeste para a produção de narrativas históricas acerca da região Nordeste do país. Em paralelo, acreditamos que nossa contribuição também se dá no sentido em que pudemos apresentar ao leitor, ainda que parcialmente, pois toda história precisa de um recorte, a história do Departamento de Museologia (DEMU) do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, e a trajetória de parte dos atores que tornaram possível a produção discursiva e expográfica do MUHNE.

O recorte histórico desta dissertação se desenvolve na chamada “história do tempo presente”, na alcunha desse conceito esta a ideia de

presentismo defendida pelo historiador François Hartog que problematizar essa questão dentro dos limites do que ele define como regimes de historicidade. Sobre a problemática do presentismo ele virá afirmar que:

A hipótese do regime de historicidade deveria permitir o desdobramento de um questionamento historiador sobre nossas relações com o tempo. [...] Partindo de diversas experiências do tempo, o regime de historicidade se pretenderia uma ferramenta heurística, ajudando a melhor apreender, não o tempo, todos os tempos ou a totalidade do tempo, mas principalmente momentos de crise de tempo, aqui e lá, quando vê, justamente perder sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro. (HARTOG, 2013. p.37).

Assim, cabe ao historiador não a busca incessante das intercessões que vinculam o presente ao passado, ou, ao futuro. Mas ao estabelecer uma reflexão acerca de como as mais diversas experiências históricas produzem sentidos temporalmente e socialmente distribuídos. De modo que, ao trazer à tona as questões que envolvem o lugar do Museu do Homem do Nordeste, enquanto território de produção historiográfica nos inclinou a pensar nas diversas instancias que constroem as narrativas históricas e vinculam tais produções a vida coletiva.

Recordamos também, a contribuição das interpretações de Durval Muniz (2008; 2013) para produção desta dissertação. No caminho que buscar problematizar a construção dos discursos em torno da ideia de Nordeste, os escritos de Durval nós auxiliaram no exercício de desnaturalizar não só, o discurso regional, e circunscrevê-lo partir do exercício de produção de sentidos, mas na ação de deslocar o lugar o museu, com o objetivo de compreendê-lo como espaço de relações de poder e de disputas pela legitimidade da memória/história discursada a partir das representações museológicas encerradas pelas exposições.

Por fim, acreditamos ter produzido mais uma reflexão que evidencia as zonas de contato entre a história e a museologia, com vistas a contribuir para a formação interdisciplinar desse campo de pesquisa, que ainda carece de trabalhos e de espaços de promoção para esses debates.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEM, Giorgio. **O que é um dispositivo?** Disponível em: http://www.uc.pt/iii/ceis20/conceitos_dispositivos/programa/agambem_dispositivo Acesso em: 27 de Setembro de 2015.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **O Engenho Anti-moderno: a invenção do Nordeste e outras artes.** Campinas: 1994. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.
- _____. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. **A Feira dos Mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste (1920–1950)).** São Paulo: Intermeios, 2013.
- ARAÚJO, Silvana Barbosa Lira de. **Guardiões, Memórias e Fronteiras: histórias e gestão do Museu do Homem do Nordeste.** Recife: 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco.
- ARRAES, Raimundo. **A Capital da Saudade: destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardozo e Austragésilo.** Recife: Bagaço, 2006, p. 17–69.
- AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e Regionalismo: Os anos 10 em Pernambuco.** João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.
- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura.** 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **Capital simbólico e classes sociais.** In: Revista **Novos Estudos**, São Paulo: n. 96, pp. 106–115, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n96/a08n96.pdf>>. Acesso em: 14/dez./2015.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Política Nacional de Museus.** Brasília: Minc, 2007.
- BRUCE, Fabiana. **Caminhando numa cidade de luz e sombras: A fotografia moderna no Recife na década de 1950.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2013.
- BURKE, PETER. **O que é história cultural?** 2^o ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
-

_____. **Gilberto Freyre e a nova história.** Tempo Social, São Paulo, USP, vol. 9, n.2, out. 1997, p. 1-12.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Perfis Parlamentares nº 39. Gilberto Freyre.** – Brasília, 1994.

CANTARELLI, Rodrigo. **Contra a Conspiração da Ignorância com a Maldade:** a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco. Recife: Massangana, 2014.

CAVALCANTI, Carlos. RODRIGUES, Edvaldo. **Museu do Homem do Nordeste.** Editora Monograf. Recife-PE. 1998

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, pp. 56-106.

_____. A Operação Historiográfica. In: **A Escrita da História.** Trad. Maria de Lourdes Menezes, 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, pp. 56–119.

CHAGAS, Mário de Souza. **Imaginação Museal:** museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Minc/Ibram, 2009.

_____. SANTOS, Myrian S. **A Vida Social e Política dos Objetos de um Museu.** In: Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, v.34, pp. 195–220, 2002.

_____. OLIVEIRA, Aécio. **Une expérience sous les tropiques: le Musée de l'homme du Nord-Est, à Recife.** In: Museum. Muséesethnographiques. Paris: Unesco, n.139, p.181-185,1983.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand/Difel, 1990.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio.** 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006.

CHUVA, Márcia. **Os Arquitetos da Memória:** sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930–1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1997.

_____. **De Espaços Outros**. Revista Estudos Avançados, vol. 27 n. 79. São Paulo 2013. Trad. Ana Cristina Arantes Nasser. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142013000300008&script=sci_artt_ext#1a. Acesso em: 15/jun./2015.

_____. **A ordem do discurso: Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970**. São Paulo. Ed. Loyola. 2013

_____. **Microfísica do Poder**. 26º Ed. São Paulo: Graal, 2013.

FREYRE, Gilberto. Introdução. In: IJNPS. **O Homem do Nordeste**. 1979, 73p. Série Documento, 12.

_____. Um Museu que Teria Atuação Social. 1924, 2. ed.. In: **Retalhos de Jornais Velhos**. 1964.

_____. As muitas Heranças do Museu do Homem do Nordeste: um depoimento. In: **O Museu do Homem do Nordeste**. São Paulo: Safra, 2000. Catálogo. São Paulo, 2000, pp. 7–11.

_____. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo. Global, 2004.

_____. **Sobrados & Mocambos**. São Paulo. Global, 2003.

_____. **Nordeste, Aspectos da Influência da Cana Sobre a Vida e a Paisagem**. São Paulo. Global, 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 1996.

_____. **Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônio**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://nau.ufsc.br/files/2010/09/antropologia_dos_objetos_V41.pdf. Acesso em: 14/dez./2015, às 17h37.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Existe um passado museológico brasileiro? IN - **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. [org.]- São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Cômite Brasileiro do Conselho internacional de Museus, 2010.

HALL, STUART. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HEITOR, Gleyce Kelly Maciel, CHAGAS, Mario de Souza. **Museu como Lugar de Tornar-se: O conceito de empatia em Gilberto Freyre.** In: CADERNOS DO SEMINÁRIO DE PESQUISA EM MUSEOLOGIA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E ESPANHOLA (IV SIAM) (4.:2013: Rio de Janeiro) Museologia, Patrimônio, Interculturalidade: museus inclusivos, desenvolvimento e diálogo intercultural / Organização Marcus Granato e Tereza Scheiner .- Rio de Janeiro : Museu de Astronomia e Ciências Afins: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, 2013. 2v. pp. 10– 25.

_____. **Museu a Seu Modo:** o museu como dispositivo de validação da teoria social de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: 2013. Dissertação – (Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, 2013.

JUCÁ, Joselice. **Fundação Joaquim Nabuco:** uma instituição de pesquisa e cultura na perspectiva do tempo. Recife: Fundaj, Massangana, 1991.

JULIÃO, Letícia. **Apontamentos sobre a História do Museu.** In: Caderno de Diretrizes Museológicas I. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais. Belo Horizonte: Secretária de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. 2. edição.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** a contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro. Contraponto: PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução: Bernardo Leitão. [et al.] -- Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1990.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico.** In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. N.Ser. V. 2, p. 9-42. Jan./dez., 1994.

_____. **Educação e Museus:** seduções, riscos e ilusões. In: Ciência e Letras: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Porto Alegre. N. 27, pp, 91-101. Jan./jun., 2000.

_____. **O Campo do Patrimônio Cultural:** uma revisão de premissas. In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de

Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília: Iphan, 2012. p. 25–39. (Anais; v.2, t.1).

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MOURA, Carlos André Silva de. **Fé, Saber e Poder: os intelectuais entre a restauração católica e a política no Recife (1930–1937)**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2012.

MYNAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Museus, Exposições e Centros Culturais. In: **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. Cap.8 pp. 144–159.

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: **O Saber Histórico na Sala de Aula**. Circe Maria Fernandes [org.]. São Paulo: Contexto, 2009.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

POULOT, Dominique. **Museu e museologia**. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2013.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A doação do objeto: O museu no ensino de História**. Chapecó: Argos, 2004.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil I: de Varnhagen a FHC**. 9º Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

_____. **A história entre a filosofia e a ciência**. 4º Ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2011.

REZENDE, Antônio Paulo. **Freyre: as travessias de um diário e as expectativas da volta**, IN: GOMES, Ângela Castro (org.). Escrita de si, escrita da História. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

ROCHA, Luisa Maria Gomes de Mattos. **Museu, Informação e Comunicação: o processo de construção do discurso museográfico e suas estratégias**. Rio de Janeiro:1999. Dissertação. (Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Gestão da Ciência da Int= formação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

RUOSO, Carolina. **Museu Histórico e Antropológico do Ceará (1971–1990):** Uma história do trabalho com a linguagem poética das coisas:Objetos, diálogos e sonhos nos jogos de uma arena política. Recife: 2008. Dissertação (Mestrado, Programa de Pós-graduação em História) – Universidade Federal de Pernambuco.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A Escrita do Passado em Museus Históricos.** Rio de Janeiro: Garamond, Minc, Iphan, Demu, 2006.

SCHEINER, Tereza. Comunicação, Educação, Exposição:novos sabares, novos sentidos.In: **Semiosfera: Revista de Comunicação e Cultura.** Ano 3 , número 4 e 5. Julho de 2003. Pág. 1-6. Disponível em: <http://www.semiosfera.eco.ufrj/anteriores/semiosfera45>. Acesso em: 02/mar./2015.

SIQUEIRA, GracieleKerine. **Curso de Museus – MHN: 1932-1978: o perfil acadêmico-profissional.** Rio de Janeiro: 2013. Dissertação – (Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, 2009.

WEST JR., Richard. **Reflexões sobre museus no século 21.** Revista Eletrônica de Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro: v.3 n.1 - jan./jun. de 2010. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/>. Acesso em: 08/jun./2015.

Fontes Orais Transcritas:

OLIVEIRA, Aécio. **Entrevista com Aécio de oliveira concedida à Joselice Jucá.** Dossiê 40 anos da Fundação Joaquim Nabuco, 1988. [Fotocópia, Arquivo CEHIBRA].

BARROS, Virgínia. **Entrevista com Virgínia Barros concedida Ângela Nascimento e Carla Camarão.** Dossiê 40 anos da Fundação Joaquim Nabuco, 1988. [Fotocópia, Arquivo CEHIBRA].

SILVA, Maria Regina Batista.**Entrevista com Maria Regina Batista e Silva concedida à Joselice Jucá.** Dossiê 40 anos da Fundação Joaquim Nabuco, 1988. [Fotocópia, Arquivo CEHIBRA].

Fontes Orais:

SILVA, Maria Regina Batista. Entrevista concedida à pesquisadora Juliana Ramos, realizada na cidade do Recife/PE. Em 12 de Março de 2015.

CHAGAS, Entrevista concedida à pesquisadora Juliana Ramos, realizada na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Em 24 de Outubro de 2014.

Fontes Eletrônicas:

BRASIL. **Política Nacional de Museus: memória e cidadania.** Brasília: Ministério da Cultura, 2003. Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf.

_____. **Política Nacional de Museus. Relatório de Gestão 2003/2004.** Brasília: Ministério da Cultura, 2004.

Disponível em:
http://www2.cultura.gov.br/upload/relat%F3rio_PDF_1117568314.pdf.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Estatuto da Fundação Joaquim Nabuco. Recife.** 2012.

Disponível em:
<http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=203>.

Documentos não publicados:

Ministério da Educação e Cultura. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. **Relatórios do exercício de 1971.** Recife, s/pág. 1972. Trabalho não publicado.

Ministério da Educação e Cultura. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. **Relatórios do exercício de 1972.** Recife, s/pág. 1973. Trabalho não publicado.

Ministério da Educação e Cultura. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. **Relatórios do exercício de 1973.** Recife, s/pág. 1974. Trabalho não publicado.

Ministério da Educação e Cultura. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. **Relatórios do exercício de 1974.** Recife, s/pág. 1975. Trabalho não publicado.

Ministério da Educação e Cultura. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. **Relatórios do exercício de 1976**. Recife, s/pág. 1977. Trabalho não publicado.

Ministério da Educação e Cultura. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. **Relatórios do exercício de 1977**. Recife, 42 p. 1978. Trabalho não publicado

Ministério da Educação e Cultura. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. **Relatórios do exercício de 1978**. Recife, 52 p. 1979. Trabalho não publicado.

Fundação Joaquim Nabuco. **Relatórios do exercício de 1979**. Recife, s/pág. 1980. Trabalho não publicado.

Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. **Relatórios do exercício de 1980**. Recife, Ed. Massangana, s/pág. 1981. Trabalho não publicado.

Fundação Joaquim Nabuco. **Relatórios do exercício de 1981**. Recife, Ed. Massangana, 1982.

Fundação Joaquim Nabuco. **Relatórios do exercício de 1982**. Recife, Ed. Massangana, 1983.

Fundação Joaquim Nabuco. **Relatórios do exercício de 1983**. Recife, Ed. Massangana. 1984.

Fundação Joaquim Nabuco. **Relatórios do exercício de 1984**. Recife, Ed. Massangana. 1985.

Fundação Joaquim Nabuco. **Relatórios de atividades de 1985**. Recife, Ed. Massangana. 1986.

Fundação Joaquim Nabuco. **Relatórios de atividades de 1986**. Recife, Ed. Massangana. 1987.

Fundação Joaquim Nabuco. **Relatórios de atividades de 1987**. Recife, Ed. Massangana. 1988.

Fundação Joaquim Nabuco. **Relatórios de atividades de 1988**. Recife, Ed. Massangana. 1989.

Fundação Joaquim Nabuco. **Relatórios de atividades de 1989**. Recife, Ed. Massangana. 1990.

Fundação Joaquim Nabuco. **Relatórios de atividades de 1990**. Recife, Ed. Massangana. 1991.

Fundação Joaquim Nabuco. **Relatórios de atividades de 1991.** Recife, Ed. Massangana. 1992.

Fundação Joaquim Nabuco. **Relatórios de atividades de 1992.** Recife, Ed. Massangana. 1993.

Fundação Joaquim Nabuco. **Relatórios de atividades de 1993.** Recife, Ed. Massangana. 1994.

Fundação Joaquim Nabuco. **Relatórios de atividades de 1995.** Recife, Ed. Massangana. 1996.

Fundação Joaquim Nabuco. **Resumo de atividades de 1996.** Recife, Ed. Massangana. 1997.

Fundação Joaquim Nabuco. **Relatório de Gestão 1997.** Recife, Ed. Massangana. 1998.

Fundação Joaquim Nabuco. **Relatório de Gestão 1998.** Recife, Ed. Massangana. 1999.

Fundação Joaquim Nabuco. **Relatório de Gestão 1999.** Recife, Ed. Massangana. 2000.

Fundação Joaquim Nabuco. **Relatório de Gestão 2000.** Recife, Ed. Massangana. 2001.

Fundação Joaquim Nabuco. **Relatório de Gestão 2001.** Recife, Ed. Massangana. 2002.

Fundação Joaquim Nabuco. **Relatório de Gestão 2002.** Recife, Ed. Massangana. 2003.

Legislação:

[DECRETO Nº 7.694, DE 2 DE MARÇO DE 2012](#)

Disponível em:

<http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=203>.

[DECRETO Nº 84.561, DE 15 DE MARÇO DE 1980](#)

Disponível em:

http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=84561&tipo_norma=DEC&data=19800315&link=s.

ANEXOS

Tabela 1 – Levantamento de Todas as Exposições Registradas nos Relatórios de Gestão entre os anos de 1971 e 1978.

Ano	Exposição	Local
1971	Maracatu Elefante	Museu de Antropologia
	Ex-votos	
	A República através dos Rótulos de Cigarro	
	Arte Sacra Popular	
	Cerâmica Popular	Museu de Arte Popular
	Quadros de Bajado	
	Artesanato Religioso	
	Brinquedos-Populares	
	Cerâmica Popular	
	Quadros de Bajado	Não há indicação do Local de Realização
	Exposição Fotográfica: Tipo Antropológicos de Trabalhadores do campo da Zona Canaveira e de outras Zonas de Pernambuco.	
	Casa Regional	
	1972	Maracatu-Ellefante
Ex-Votos		
Arte-Africana		
Desenhos de Maria Carmem		
Nordeste		
Retrospectiva - MestreVitalino		Museu de Arte Popular
A Casa Popular		
Exposição Estácio Coimbra		Não há indicação do Local de Realização
Tipos Antropológicos do Nordeste		
Tipo Populares do Nordeste		
A arte do Flandre		
1973	Nordeste	Museu de Antropologia
	Índios	

	Quadros e Tapetes de Rosa Maria de Barros Sulocki	
	Pintura de Elizier Xavier	
	Fotos Concurso de Fotográficas sobre a Zona Agrária do Norte/Nordeste	
	Cachaça e Rótulos	
	O Homem do Nordeste	
	Maracatu-Elefante	
	Artesanato Indígena	
	Temas Religiosos e Populares	
	Cerâmica Popular	
	Folclore Nordestino	
	Ex-Votos	
	Literatura de Cordel	
	Brinquedos Populares	Museu de Arte Popular
	Exposição Panorâmica dos 25 nos do IJNPS	Não há indicação do Local de Realização

Continua na próxima página.

Tabela 1 – Levantamento de Todas as Exposições Registradas nos Relatórios de Gestão entre os anos de 1971 e 1978. (Continuação)

Ano	Exposição	Local
1974	O Homem do Nordeste	Museu de Antropologia
	Literatura de Cordel	Museu de Arte Popular
	Arte Plumária Indígena	
	Pintura a Óleo de Manuel Arruda	
	Esculturas de Zezito Guedes	
	O Folclore através da Cerâmica	
	Presépios	
	Luminárias Populares	
	Maracatu-Elefante	
	Fotografias originais, gravuras e mini-pinturas	Galeria Massangana
	Estandartes de Clubes Carnavalescos	

	Acervo Joaquim Nabuco	Museu Joaquim Nabuco
	O Artesanato e o Homem	III Salão Global do Estado de Pernambuco
	Peças da Cultura Regional Nordestina	III Salão Global do Estado de Pernambuco
1975	Cerâmica Popular do Nordeste	Não há indicação do Local de Realização
	O Homem do Nordeste (Permanente)	
	Artefato Indígena	
	Pinturas e Cerâmica e Renan Padilha	
	Joaquim Nabuco (Permanente)	
	Retrospectiva de Xico Santeiro	
	Exposição Itinerante Comemorativa dos 40 anos de Casa-grande & Senzala	
1976	Luminárias Populares	Não há indicação do Local de Realização
	Exposição Comemorativa dos 40 anos de Casa-Grande&Senzala	
1977	Centenário de Dona Santa, Rainha do Maracatu Elefante	Não há indicação do Local de Realização
	Aspectos da Arte Popular	
	Fisionomia e Espírito do Mamulengo	
	O Crucifixo na Arte Popular	
	Cenas Típicas do Século XVII	
	Iconografia dos Bairros do Recife	
	Cerâmica do Nordeste	
	O Homem do Nordeste	Museu de Antropologia
	Joaquim Nabuco	Museu Joaquim Nabuco
1978	O Abolicionismo	Museu Joaquim Nabuco
	O Homem do Nordeste	Museu de Antropologia
	O açúcar e o Homem, história e técnica	Museu do Açúcar
	Aspectos da Arte Popular	Não há indicação do Local de Realização
	O Açúcar nas Artes Plásticas	

Continua na próxima página.

Tabela 1 – Levantamento de Todas as Exposições Registradas nos Relatórios de Gestão entre os anos de 1971 e 1978. (Continuação)

1978	Cantem meu louvor, Marcos Cordeiro	Não há indicação do Local de Realização
	Pintura e Desenho, Leiê – Uma artista do Couro	
	A Farmacopédia Popular	
	O Presépio na Arte Popular	
	90 anos da Lei Áurea	
	Máscaras	
	Elementos e Mitos do Folclore	

Fontes: Relatórios de Gestão. Anos: 1971 a 1978

Autoria Própria

*83 (Oitenta e três) são o total de Exposições registradas ao longo dos 7 (sete) anos de Relatórios de Gestão, entre os anos de 1971 e 1978.

Tabela 2: Levantamento das Exposições Inéditas Registradas nos Relatórios de Gestão entre os anos de 1971 e 1978 por cronologia de citação.

Ano	Exposição
1971	Maracatu Elefante
	Ex-votos
	A República através dos Rótulos de Cigarro
	Arte Sacra Popular
	Cerâmica Popular
	Quadros de Bajado
	Artesanato Religioso
	Brinquedos-Populares
	Cerâmica Popular
	Quadros de Bajado
	Exposição Fotográfica: Tipo Antropológicos de Trabalhadores do campo da Zona Canavieira e de outras Zonas de Pernambuco.
	Casa Regional
1972	Arte-Africana
	Desenhos de Maria Carmem
	Nordeste
	Retrospectiva - Mestre Vitalino
	A Casa Popular
	Exposição Estácio Coimbra
	Tipos Antropológicos do Nordeste
	Tipo Populares do Nordeste
	A arte do Flandre
1973	Índios
	Quadros e Tapetes de Rosa Maria de Barros Sulocki
	Pintura de Elizier Xavier
	Fotos Concurso de Fotográficas sobre a Zona Agrária do Norte/Nordeste

	Cachaça e Rótulos
	O Homem do Nordeste
	Artesanato Indígena
	Temas Religiosos e Populares
	Cerâmica Popular
	Folclore Nordestino
	Literatura de Cordel
	Exposição Panorâmica dos 25 nos do IJNPS

Continua na próxima página

Tabela 2: Levantamento das Exposições Inéditas Registradas nos Relatórios de Gestão entre os anos de 1971 e 1978 por cronologia de citação. (continuação)

Ano	Exposição
1974	Arte Plumária Indígena
	Pintura a Óleo de Manuel Arruda
	Esculturas de Zézito Guedes
	O Folclore através da Cerâmica
	Luminárias Populares
	Fotografias originais, gravuras e mini-pinturas
	Estandartes de Clubes Carnavalescos
	Acervo Joaquim Nabuco
	O Artesanato e o Homem
	Peças da Cultura Regional Nordestina
1975	Cerâmica Popular do Nordeste
	O Homem do Nordeste (Permanente)
	Artefato Indígena
	Pinturas e Cerâmica e Renan Padilha
	Joaquim Nabuco (Permanente)
	Retrospectiva de Xico Santeiro
	Exposição Itinerante Comemorativa dos 40 anos de Casa-grande & Senzala

1977	Aspectos da Arte Popular
	Fisionomia e Espírito do Mamulengo
	O Crucifixo na Arte Popular
	Cenas Típicas do Século XVII
	Iconografia dos Bairros do Recife
1978	O açúcar e o Homem, história e técnica
	Aspectos da Arte Popular
	O Açúcar nas Artes Plásticas
	Cantem meu louvor, Marcos Cordeiro
	Pintura e Desenho, Leiê – Uma artista do Couro
	A Farmacopédia Popular
	90 anos da Lei Áurea
	Máscaras
	Elementos e Mitos do Folclore

Fontes: Relatórios de Gestão. Anos: 1971 a 1978

Autoria Própria

*Total de Exposições Inéditas Realizadas 64 ao longo de 7 (sete) anos.

*No ano de 1976 não é citada nenhuma exposição inédita no Relatório de Gestão anual.

Tabela 5: Quadro comparativo dos módulos do pavimento superior da Exposição de longa duração do Museu do homem do Nordeste de 1998.

Pavimento Superior – Planta Projeto	Pavimento Superior – Planta Catálogo
VIII – Introdução a Antropologia	4 – Legado Religiosidades
XI – Economia	4 – Legado Artes e Ofícios
X – Artesanato em Cerâmica	4 – Legado Artes e ofícios Cerâmica
XI – Lúdicos – Festejos	4 – Legado A festa
XII – Religiosidade	4 – Legado Festa de Carnaval